

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, DESENVOLVIMENTO
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

PAULO ROGÉRIO ALVES RODRIGUES

**VIOLÊNCIAS CONSENTIDAS.
AS MÃOS INVISÍVEIS DO ESTADO E DO MERCADO NA PRODUÇÃO
DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER USUÁRIA COMPULSIVA DE
DROGAS NA CRACOLÂNDIA DO BAIRRO JOSÉ MENINO, EM
SANTOS**

**SANTOS
2024**

PAULO ROGÉRIO ALVES RODRIGUES

**VIOLÊNCIAS CONSENTIDAS.
AS MÃOS INVISÍVEIS DO ESTADO E DO MERCADO NA PRODUÇÃO
DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER USUÁRIA COMPULSIVA DE
DROGAS NA CRACOLÂNDIA DO BAIRRO JOSÉ MENINO, EM
SANTOS**

Dissertação e Produto Técnico apresentados à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Orientação: Prof. Dr. Hélio Alves.

**SANTOS
2024**

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Viviane Santos da Silva - CRB 8/6746

R696v Rodrigues, Paulo Rogério Alves
Violências consentidas: as mãos invisíveis do estado
e do mercado na produção de violência contra a mulher
usuária compulsiva de drogas na cracolândia do bairro
José Menino, em Santos / Paulo Rogerio Alves Rodrigues
; orientador Hélio Alves. -- 2024.
202 f.:

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas,
2024

Inclui bibliografia

1. Violência. 2. Mulher. 3. Crack. 4. Cracolândia.
5. Racismo. 6. Fascismo. 7. Vulnerabilidade. 8. Marginalização.
I. Alves, Hélio - 1951-. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 159.9(043.3)

RODRIGUES, Paulo Rogério Alves. Violências Consentidas. As mãos invisíveis do Estado e do mercado na produção de violência contra a mulher usuária compulsiva de drogas na cracolândia do bairro José Menino, em Santos. 2024. 202 páginas. Dissertação e Produto Técnico do Programa de Mestrado Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos, Santos, 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Hélio Alves (orientador)
Instituição: Universidade Católica de Santos

Prof.^a Dr.^a Thalita Lacerda Nobre
Instituição: Universidade Católica de Santos

Prof. Dr. Luiz Sales do Nascimento
Instituição: Universidade Católica de Santos

Prof.^a Dr.^a Aldenir Dias dos Santos
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa: Mestrado Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas
Área de Concentração: Psicologia Desenvolvimento e Políticas Públicas
Linha de Pesquisa: Gestão e Práticas Psicológicas em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social

In Memoriam

Isabel Alves Rodrigues e Eligio Rodrigues, meus pais.

Maria Izabel Calil Stamato, primeira orientadora.

Jucimeire Freitas, mulher negra em situação de rua e usuária de drogas.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro pedido é para que esse breve relato de agradecimento não seja lido como em cumprimento de qualquer formalidade. A motivação não é protocolar. Trata-se do reconhecimento das implicações em meus círculos familiares e de amizade por ficar em casa, frequentemente, mais de 12 horas sentado lendo, escrevendo, tomando nota, estudando. Muitos ajudaram, mas houve uma trindade fundamental nesse percurso, afinal me autoisolei até mesmo dentro de casa, e o primeiro a sofrer foi meu companheiro Dante Agustinelli Neto, que nem sempre compreendia minha necessidade de solidão e silêncio, mas sempre respeitou e dedicou apoio, incentivo e não deixou minha autoestima cair. Se trancava com os cães para me oferecer condições de trabalhar, refletir, sem contar o socorro ante uma dificuldade tecnológica. Fundamental!

Ao professor-doutor Hélio Alves, que prontamente me acolheu para orientação, após a morte da professora Maria Izabel Stamato, a quem eu conhecia desde a década de 1980. Ele me era novo, mas desde o início a sensação era de que o professor me conhecia de longo tempo, e prontamente entendeu que meu caos criativo e produtivo não combina com cronograma rígido, e que preciso de regras para me organizar, questionar e, por vezes, desrespeitar. O agradecimento ao doutor Hélio estendo a todos os professores do curso, que infelizmente transcorreu à distância devido à pandemia de Covid-19. Mas deixaram ótimos ensinamentos, lembranças, sentimentos positivos e transmitiram o gosto pela pesquisa científica. Muito obrigado!

Um agradecimento imenso à vida por me proporcionar conhecer e trabalhar com Cristiano da Silva Carvalho, com quem dividi a angústia em levar serviço público a território marginal, cujas pessoas são ainda mais discriminadas por se verem presas ao vício, à Cracolândia, e que me emprestava otimismo quando meu olhar se preparava para se voltar a outra direção. Inesquecível! Estendo o agradecimento a todos os operadores sociais da manhã, solidários ante adversidades, parceiros em aceitar novas divisões internas de grupo de trabalho; contribuíram ao permitir que algumas vezes eu ficasse trabalhando no José Menino, enquanto eles iam atender pessoas em situação de rua que ficam nos demais bairros na região da praia. Ainda que nessas ocasiões a atuação fosse como servidor, permitia a observação de campo, elemento importante na pesquisa. Agradeço ainda à chefe da seção, Margareth Ferreira Sales, por ter permitido o trabalho frequente neste território e que resultou nessa jornada.

Os três citados participaram do cotidiano do estudo, cada qual à sua maneira e modo de contribuição, mas agradeço imensamente também ao meu irmão Wagner Alves Rodrigues, sua companheira Rosana Aparecida Macedo Pedroso, meus sobrinhos Melissa Figueiredo Rodrigues e Guilherme Machado Rodrigues, de quem temporariamente me afastei devido à dedicação e seriedade com que levei a pesquisa. Foi difícil o distanciamento da família, mas necessário para a construção desse caminho acadêmico. Por fim, mas longe de ser a menos importante, um agradecimento imenso à minha terapeuta Cristiana Vidal, fundamental na travessia dos momentos de crise.

“É doloroso viver assombrado pelo fantasma de um sonho irreal;
ter uma visão ampla do império se desfazendo em cinzas e poeira;
sentir a dor do vencido,
e ainda assim saber que, junto com todo o Mal que lhe recaiu em um dia sinistro,
foi eliminado algo que merecia viver,
foi morto algo que com justiça se recusava a morrer;
saber que, junto com o Certo que triunfara,
houvera o triunfo de algo Errado,
algo sórdido e cruel,
algu que não correspondia ao que existia de melhor e mais amplo.
Tudo isso é amargamente difícil,
e muito homens
e cidades
e povos
encontraram nisso um pretexto para a melancolia,
e para o lamento, e para a espera passiva”

(Du Bois, W.E.B., *As Almas do Povo Negro*, 2021, p. 103-104

RODRIGUES, Paulo Rogério Alves. *Violências Consentidas. As mãos invisíveis do Estado e do mercado na produção de violência contra a mulher usuária compulsiva de drogas na Cracolândia do bairro José Menino, em Santos*. 2024. 202 páginas. Dissertação e Produto Técnico do Programa de Mestrado Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos, Santos, 2024.

RESUMO

Esta dissertação expõe os resultados da pesquisa realizada na Cracolândia do bairro José Menino, em Santos (SP), destacando a violência endêmica contra mulheres em situação de rua e usuárias de drogas. A pesquisa abrangeu o período de dezembro de 2023 a janeiro de 2024 e incluiu 24 mulheres entre 20 a 50 anos. Foi empregado um design metodológico qualitativo-quantitativo, com instrumentos que incluíram pesquisa de múltipla escolha e entrevistas abertas, para explorar as experiências das mulheres com relação à violência, racismo e a vida na Cracolândia. Adotando o método fenomenológico de Alfred Schütz, o estudo absteve-se de julgamentos prévios e se concentrou nas experiências cotidianas das entrevistadas. Os achados são alarmantes: todas as mulheres relataram violência e 85% sofreram agressões múltiplas de diferentes agressores. As sequelas emocionais e psicológicas são significativas, manifestando-se como medo, insegurança, solidão e tristeza prolongada. Os resultados revelam a falha no apoio institucional às vítimas, com o déficit alarmante de suporte dos serviços públicos. Os dados indicam que 80% das mulheres enfrentaram a violência sem solidariedade, e aquelas que receberam ajuda, a encontraram predominantemente entre parceiros de vício. Esta situação ilustra a ineficiência estatal na proteção e assistência a este grupo vulnerável. Chama atenção o contraste entre a realidade vivida pelas mulheres e o reportado em documentos oficiais como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 e o Atlas da Violência de 2023. Essas fontes sequer reconhecem a Cracolândia como zona de violência interna, apesar dos achados do estudo. Adicionalmente, os Boletins de Ocorrência da Polícia Civil de Santos, de 2018 a 2022, desmistificam a noção de que pessoas em situação de rua e usuárias de drogas estão intrinsecamente ligadas à criminalidade. A análise sugere que a violência na Cracolândia expressa o neofascismo e se manifesta no racismo estrutural, na misoginia, homofobia, transfobia e na aporofobia. É demonstrada que a função de controle social racializada faz da Cracolândia a junção das funções desempenhadas no passado pela senzala e o pelourinho, onde a violência é uma constante e os direitos civis muitas vezes ignorados, mantendo as mulheres em uma espiral de marginalização e violência. Conclui-se que a Cracolândia simboliza um espaço de punição racial e exclusão social, onde a presença do Estado falha em ser uma alternativa confiável à agressividade local. Esta dissertação desafia a percepção de que a área é neutra em termos de violência interna e aponta à necessidade de uma ação estatal urgente frente à realidade sombria, dando voz àquelas frequentemente esquecidas pelas narrativas oficiais e institucionais.

Palavras-chave: Violência endêmica; Racismo estrutural; Cracolândia; Mulheres; Vulnerabilidade; Marginalização.

RODRIGUES, Paulo Rogério Alves. *Consentful Violences. The Invisible Hands of the State and Market in Producing Violence Against Compulsive Drug-Using Women in Crackland of José Menino Neighborhood, in Santos*. 2024. 202 pages. Dissertation of the Master's Program in Psychology, Development and Public Policies at the Catholic University of Santos, Santos, 2024

ABSTRACT

This dissertation unveils the findings of research conducted in the Crackland of the José Menino neighborhood in Santos (SP), highlighting endemic violence against homeless women and drug users. The study spanned from December 2023 to January 2024 and included 24 women aged between 20 to 50 years. A qualitative-quantitative methodological design was employed, with instruments including multiple-choice surveys and open interviews, to probe into the women's experiences regarding violence, racism, and life in Crackland. Utilizing Alfred Schütz's phenomenological method, the study refrained from prior judgments and focused on the interviewees' everyday experiences. The findings are startling: all women reported violence, and 85% suffered repeated aggressions by various assailants. The emotional and psychological aftereffects are significant, manifesting as fear, insecurity, loneliness, and prolonged sadness. The results disclose an alarming failure in institutional support for the victims, with a critical deficit in public services' support. The data indicates that 80% of the women faced violence without solidarity, and those who did receive help found it predominantly among addiction partners. This situation illustrates the state's inefficiency in protecting and assisting this vulnerable group. The contrast between the reality experienced by the women and what is reported in official documents such as the Brazilian Public Security Yearbook of 2023 and the Violence Atlas of 2023 is stark. These sources do not even acknowledge Crackland as an internal violence zone, despite the study's findings. Moreover, the Occurrence Bulletins from the Civil Police of Santos, from 2018 to 2022, debunk the notion that the homeless and drug users are inherently linked to criminality. The analysis suggests that the violence in Crackland expresses neofascism and is evident in structural racism, misogyny, homophobia, transphobia, and aporophobia. It is demonstrated that Crackland serves a role akin to the historical functions of the slave quarters and the whipping post, where violence is a constant and civil rights are often ignored, keeping the women in a spiral of marginalization and violence. The conclusion is that Crackland symbolizes a space of racial punishment and social exclusion, where the state's presence fails to be a reliable alternative to local aggressiveness. This dissertation challenges the perception that the area is neutral regarding internal violence and calls for urgent state action in the face of this grim reality, giving voice to those frequently forgotten by official narratives and institutions.

Keywords: Endemic violence; Structural racism; Crackland; Women; Vulnerability; Marginalization.

RODRIGUES, Paulo Rogério Alves. *Violencias Consentidas. Las Manos Invisibles del Estado y del Mercado en la Producción de Violencia Contra la Mujer Usuaria Compulsiva de Drogas en la Cracklandia del Barrio José Menino, en Santos*. 2024. 202 páginas. Disertación del Programa de Maestría en Psicología, Desarrollo y Políticas Públicas de la Universidad Católica de Santos, Santos, 2024.

RESUMEN

Esta disertación presenta los resultados de la investigación realizada en la Cracklandia del barrio José Menino, en Santos (SP), resaltando la violencia endémica contra mujeres sin hogar y usuarias de drogas. El estudio se llevó a cabo desde diciembre de 2023 hasta enero de 2024 e incluyó a 24 mujeres de entre 20 y 50 años. Se utilizó un diseño metodológico cualitativo-cuantitativo, con instrumentos que incluyeron encuestas de múltiples opciones y entrevistas abiertas, para explorar las experiencias de las mujeres en relación con la violencia, el racismo y la vida en Cracklandia. Adoptando el método fenomenológico de Alfred Schütz, el estudio se abstuvo de juicios previos y se centró en las experiencias cotidianas de las entrevistadas. Los hallazgos son alarmantes: todas las mujeres informaron sobre violencia y el 85% sufrió agresiones repetidas por varios agresores. Las secuelas emocionales y psicológicas son significativas, manifestándose como miedo, inseguridad, soledad y tristeza prolongada. Los resultados revelan un fracaso alarmante en el apoyo institucional a las víctimas, con un déficit crítico de soporte de los servicios públicos. Los datos indican que el 80% de las mujeres enfrentaron la violencia sin solidaridad y aquellas que recibieron ayuda, la encontraron predominantemente entre compañeros de adicción. Esta situación ilustra la ineficiencia del estado en la protección y asistencia a este grupo vulnerable. El contraste entre la realidad vivida por las mujeres y lo que se informa en documentos oficiales como el Anuario Brasileño de Seguridad Pública de 2023 y el Atlas de Violencia de 2023 es llamativo. Estas fuentes ni siquiera reconocen a Cracklandia como una zona de violencia interna, a pesar de los hallazgos del estudio. Además, los Boletines de Ocurrencia de la Policía Civil de Santos, de 2018 a 2022, desmitifican la noción de que las personas sin hogar y los usuarios de drogas están intrínsecamente vinculados a la criminalidad. El análisis sugiere que la violencia en Cracklandia expresa el neofascismo y se manifiesta en el racismo estructural, la misoginia, la homofobia, la transfobia y la aporofobia. Se demuestra que Cracklandia cumple un rol similar a las funciones históricas de las barracas de esclavos y el poste de castigo, donde la violencia es constante y los derechos civiles a menudo son ignorados, manteniendo a las mujeres en una espiral de marginalización y violencia. Se concluye que Cracklandia simboliza un espacio de castigo racial y exclusión social, donde la presencia del estado falla en ser una alternativa confiable ante la agresividad local. Esta disertación desafía la percepción de que el área es neutra en términos de violencia interna y señala la necesidad de una acción estatal urgente frente a esta sombría realidad, dando voz a aquellas que frecuentemente son olvidadas por las narrativas oficiales e institucionales.

Palabras-clave: Violencia endémica; Racismo estructural; Cracklandia; Mujeres; Vulnerabilidad; Marginalización.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: 1° Distrito Policial - 2022	86
Tabela 2: 2° Distrito Policial - 2022	87
Tabela 3: 3° Distrito Policial - 2022	88
Tabela 4: 4° Distrito Policial - 2022	89
Tabela 5: 5° Distrito Policial - 2022	90
Tabela 6: 7° Distrito Policial - 2022	91
Tabela 7: 1° Distrito Policial - 2021	92
Tabela 8: 2° Distrito Policial - 2021	93
Tabela 9: 3° Distrito Policial - 2021	94
Tabela 10: 4° Distrito Policial - 2021	95
Tabela 11: 5° Distrito Policial - 2021	96
Tabela 12: 7° Distrito Policial - 2021	97
Tabela 13: 1° Distrito Policial - 2020	98
Tabela 14: 2° Distrito Policial - 2020	99
Tabela 15: 3° Distrito Policial - 2020	100
Tabela 16: 4° Distrito Policial - 2020	101
Tabela 17: 5° Distrito Policial - 2020	102
Tabela 18: 7° Distrito Policial - 2020	103
Tabela 19: 1° Distrito Policial - 2019	104
Tabela 20: 2° Distrito Policial - 2019	105
Tabela 21: 3° Distrito Policial - 2019	106
Tabela 22: 4° Distrito Policial - 2019	107
Tabela 23: 5° Distrito Policial - 2019	108
Tabela 24: 7° Distrito Policial - 2019	109
Tabela 25: 1° Distrito Policial - 2018	110
Tabela 26: 2° Distrito Policial - 2018	111
Tabela 27: 3° Distrito Policial - 2018	112
Tabela 28: 4° Distrito Policial - 2018	113
Tabela 29: 5° Distrito Policial - 2018	114
Tabela 30: 7° Distrito Policial - 2018	115

LISTA DE FIGURAS, IMAGENS E GRÁFICOS

Imagem 1: Manchas na parede são infiltrações de água, usadas pelos adictos para beber	20
Imagem 2: Tecido com listras horizontais tampa a entrada da casa improvisada na boca do túnel	25
Imagem 3: Lado de São Vicente da Cracolândia que dá acesso direto ao calçadão da praia	34
Imagem 4: Prédio à esquerda e casa à direita com muros baixos (1,5m de altura) e via de acesso à Cracolândia do VLT	82
Imagem 5: Um dos grafites de Alan, viúvo de Kassiah, expressando sua lembrança	134
Imagem 6: Autor ignorado, mas que registrou seu sentimento pela morte de Geane .	135
Imagem 7: Placas de concreto pintadas, apagando as inscrições nas paredes do túnel	135
Imagem 8: Na cidade acororada, todos são tratados como suspeitos	143
Imagem 9: Aparente joelho hidráulico foi adaptado para ser usado como cachimbo no fumo do crack	192
Imagem 10: Cachimbo feito com duas peças presas por plástico amarrado e pedra de crack de R\$ 10,00	192
Imagem 11: Na ponta do cano, que parece cigarro convencional, está bola feita com palha de aço misturada com crack.....	193
Imagem 12: Cachimbo feito com cano, levemente torcido, e duas pedras de crack de R\$ 5,00 cada.....	193
Imagem 13: Joelho hidráulico, com roca, adaptado para funcionar como cachimbo e duas pedras de R\$ 5,00	194
Imagem 14: Lata de cerveja com a resina do crack. Esse resíduo será jogado dentro da lata para ser fumado.....	194
Imagem 15: Configuração original do túnel do VLT. Na imagen, usuários começaram a deixar o local que seria limpo.....	195
Imagem 16: Túnel com as 710 placas de concreto nas laterai, e em parte do passeio central. Custo: R\$ 931.351,49	195
Imagem 17: Pessoas dormem no vão das placas. Até março de 2024, pelo menos dois usuários foram atropelados.....	196
Imagem 18: Resto de cobertor e de roupa indicam o uso do local como pernoite para usuário de drogas ilícitas	196

Imagem 19: Homem e cachorro se acomodam entre as placas de concreto instaladas entre as duas linhas férreas	197
Imagem 20: As placas de concreto deixavam um vão junto a parede do túnel e esse espaço foi improvisado como casa.....	197
Imagem 21: Vista do trem saindo do túnel do VLT, sentido a estação João Ribeiro, em São Vicente Vista do trem.....	198
Imagem 22: Usuários de crack não gostam de ser vistos fumando e improvisaram “malocas” junto ao muro dos prédios.....	198
Imagem 23: Seringueira que era ponto de encontro de usuários de crack foi cortada pelo serviço da Terracom	199
Imagem 24: Guarda Municipal e Polícia Militar acompanham trabalho de limpeza das linhas férreas do VLT	199
Imagem 25: Usuários de drogas que frequentam a Cracolândia do VLT expressavam suas emoções na parede do túnel.....	200
Imagem 26: Sob o pretexto da limpeza, túnel é pintado apagando o registro da presença de usuários de drogas no local.....	200
Imagem 27: Usuário de crack usa a pedra como espécie de analgésico para aliviar a dor. Eles resistem em ir à UBS	201
Imagem 28: Homem adiou buscar socorro médico para o problema no pé e acabou tendo que amputar dois dedos	201
Gráfico 1: 1° Distrito Policial.....	116
Gráfico 2: 2° Distrito Policial.....	117
Gráfico 3: 3° Distrito Policial.....	117
Gráfico 4: 4° Distrito Policial.....	118
Gráfico 5: 5° Distrito Policial.....	118
Gráfico 6: 7° Distrito Policial.....	119
Gráfico 7: Violência na Cracolândia/Rua.....	133
Gráfico 8: Local da Violência	136
Gráfico 9: Formas de Violência	138
Gráfico 10: Sensação de Medo.....	139
Gráfico 11: Sensação de Ameaça	140
Gráfico 12: Violência Sexual	141
Gráfico 13: Prostituição.....	142
Gráfico 14: Apoio Após Sofrer Violência.....	144

Gráfico 15: De quem vem o apoio?.....	146
Gráfico 16: Traumas.....	147
Gráfico 17: Culpa	148
Gráfico 18: Solidão	150
Gráfico 19: Tristeza.....	153
Gráfico 20: Superação da Violência.....	155
Gráfico 21: Percepção Objetiva da Violência	156
Gráfico 22: Percepção Subjetiva da Violência.....	156
Gráfico 23: Tempo em Cracolândia - Indivíduos.....	157
Gráfico 24: Saúde Emocional na Cracolândia	159
Figura 1: Localização do túnel por onde passa o Veículo Leve sobre Trilhos.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. PERCURSO	19
1.1 Roteiro.....	22
1.2 Intervenção no túnel.....	24
CAPÍTULO 2. CONHECENDO O TERRITÓRIO	27
2.1 Território Material	31
2.2 Território Político.....	37
2.3 Território Simbólico.....	48
CAPÍTULO 3. UM “RIZOMA” CHAMADO CRACOLÂNDIA.....	55
CAPÍTULO 4. CIDADANIA NEOLIBERAL	59
4.1 Cracolândia	66
4.2 Neoliberalismo.....	71
4.3 Medo	76
CAPÍTULO 5. VIOLENTAMENTE	80
5.1 Violência oficial.....	85
5.2 Ética	120
5.3 Na sombra	123
5.4 Rua	126
6. METODOLOGIA	128
6.1 Confirmação.....	129
7. PESQUISA DE CAMPO.....	130
7.1 Saúde mental.....	142
7.2 Referência	148
7.3 Solidão	149
7.4 Tempo	154
7.5 Avaliações grupais	155
7.6 Entrevistas.....	160
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
9.PRODUTO TÉCNICO.....	166
Introdução	172
9.1 Objetivo geral.....	174
9.2 Objetivo específico	174
9.3 Plano de Ação	174
9.4 Etapas do Projeto	174

9.5 Lei sugerida (baseada na Lei 754/2012 – adicional de gestão pública).....	175
Referências básicas do Produto	176
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXOS.....	184

INTRODUÇÃO

Neste início de século XXI é difícil encontrar alguém indiferente à presença ou mesmo proximidade da população em situação de rua, cuja condição humana não desperte posicionamentos religiosos, políticos, éticos, de direitos humanos, mas também higienistas, racistas e fascistas. Ainda que considerem opinião, mais ou menos fundada na realidade, com ou sem embasamento teórico e legal, é fato que o debate se restringe ao hoje, desconsidera-se o passado, como se a presença de homens e mulheres ocupando as vias públicas fosse uma espécie de aparição metafísica, sem relação causal, como se a rua não pudesse ser consequência indesejada de decisões políticas adotadas antes.

Eximir-se de pensar sobre as múltiplas causas, nos sentencia ao mito grego de Sísifo, condenado ao eterno recomeço, e que neste caso equivale a tentar com ações pontuais/pessoais, resolver um drama coletivo complexo e múltiplo; ou de forma mais clara, tem-se a espécie de alternância nos nomes de assistidos(as) pela assistência social, mas sem que as intervenções do Estado ataquem de fato a desequilibrada distribuição de renda, o déficit habitacional, a evasão escolar, o analfabetismo tecnológico para o trabalho, todos pertencentes à engrenagem da fábrica de produção de indesejáveis em que se tornou a sociedade capitalista neoliberal. Estima-se que os Estados Unidos tenham 600 mil pessoas sobrevivendo pelas ruas; na União Europeia, cerca de 400 mil nas mesmas condições, e no Brasil já se passa de 100 mil, mesmo sem um censo nacional específico para esse universo (Silva *et al.*, 2020, p. 450).

A presente pesquisa elegeu para estudo as violências dirigidas à mulher em situação de rua, usuária de drogas lícitas e ilícitas e frequentadora da Cracolândia do bairro José Menino (Santos/SP), situada no túnel do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), e imediações, entre as estações Nossa Senhora de Lourdes (Santos) e João Ribeiro (São Vicente). A investigação fenomenológica procedeu como espécie de estudo dialético, onde dispositivos quantitativos ofereceram parâmetro do nível de agressividade a que esse público está sujeito, e avança-se com recursos teóricos das ciências humanas.

O que corpos femininos que habitam a Cracolândia indicam é a dimensão do racismo, misoginia, aporofobia, transfobia, e que a condição de usuária de substâncias psicoativas é usada como justificativa moral para a vida à margem dos direitos civis, performando um clima nada refratário ao fascismo. Números impressionam alguns, mas o assombro vem da estrutura institucional que garante a violência se tornar orgânica, repetitiva, familiar, atingindo inclusive os vizinhos, que absorvem a agressividade sem

perceber que o testemunho de conflitos sociais, sem reagir, produz o costume de se conviver com o cotidiano violento.

No Capítulo **Percurso** é descrita a estratégia empregada pelo servidor público neste território, desde a aproximação com o usuário de entorpecentes, até passar a prestar serviços de acessos à documentação, programa de transferência de renda, a equipamentos públicos da saúde e da assistência social, e a construção do vínculo de confiança com os(as) assistidos(as). Esse período coincide com o fechamento das laterais do túnel do VLT, onde algumas pessoas se acomodavam; então tem-se o acompanhamento histórico da configuração dessa Cracolândia antes, durante e após a intervenção urbana do poder público, que resultou em nova acomodação espacial dos adictos, mas passando longe de qualquer implicação na redução de consumo de drogas e de danos.

Em **Conhecendo o Território** é descrita a configuração espacial dessa Cracolândia, desfeita a imagem do senso comum que a reduz ao ponto de concentração, sem perceber a ligação entre esse local e vias próximas. A Cracolândia é comparada à figura do rizoma, um conceito político e psicológico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, e argumenta-se porque as ações de segurança pública adotadas pelo Estado em todas as Cracolândias foram ineficientes no propósito de exterminar com esse espaço. Em **Cidadania Neoliberal** apresentam-se argumentações teóricas de filosofia, psicologia, sociologia e da geografia humana que procuram fundamentar as razões políticas que oferecem a estrutura necessária para racismo, misoginia, aporofobia, transfobia.

No capítulo **Violentamente** são apresentados números da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo que desmentem a lenda urbana que associa criminalidade com a população em situação de rua e usuária de drogas lícitas e ilícitas. Dados oficiais de 2018 a 2022 provam que uma das maiores Cracolândias de Santos, em termos espaciais e de circulação de frequentadores, não faz do distrito policial do bairro o campeão em ocorrências, nem mesmo quando envolvem entorpecentes. Em contrapartida, quatro institutos que monitoram a violência no Brasil não produziram uma linha sequer com informações sobre a agressividade interna desse espaço. A escola é percebida como foco de violência em razão da presença das drogas e, contraditoriamente, o lugar que reúne os dependentes químicos permanece despercebido, tonando inexistente toda forma de violência cometida na Cracolândia.

Em **Metodologia**, apresenta a pesquisa de caráter quanti-qualitativo, realizada nos períodos matutino e vespertino, com 20 mulheres adultas, de 20 a 50 anos, respondendo de forma voluntária, individual, sigilosa e em privacidade, ao questionário com 15

perguntas sobre violência, demonstrando que todas sofreram algum tipo de ataque na rua/Cracolândia com sequelas à sua saúde mental. O questionamento ocorreu dentro da Cracolândia do José Menino, mas não durante o consumo de entorpecente. A pesquisa ainda ouviu outras quatro mulheres, da mesma faixa etária e que responderam a três perguntas abertas: Como foi sua trajetória de vida até chegar à Cracolândia? O que significa a Cracolândia para a mulher? E se algo em sua história seria diferente se fosse branca ao invés de negra? Essa última tem como foco apurar a percepção do racismo.

A **Pesquisa de Campo** apresenta análise de gráficos e fotografias, e evidenciam o nível de violência contra os corpos femininos, com reflexos nos sentimentos de medo, abandono, insegurança, corroborados pela inconstância dos serviços públicos. Também é apresentada a análise de discurso das mulheres que demonstraram a dificuldade em narrar suas experiências. Apesar de serem pessoas diferentes, o conjunto que respondeu ao questionário de múltipla escolha, se provou mais desenvolvido, enquanto todas as que tiveram de descrever sua história, demonstraram dificuldade em narrar as experiências.

Essa pesquisa refuta tomar os números como pragmatismo absoluto para explicar este fenômeno heterodoxo, os adota como ponto de partida para a análise além do factual. A agressividade, seja de que ordem for, é respaldada por uma condição sistêmica que garante sua reprodução por tempo indeterminado e essa estrutura se alicerça no estímulo a uma vida narcísica, dominada pela competitividade instigada pela visão neoliberal de profissionalismo e de economia que diminuem o campo de percepção do outro como parceiro, cada vez mais tomado por adversário, concorrente, inimigo, como pontuam Emmanuel Lévinas, Hannah Arendt, Byung-Chul Han, Achille Mbembe, Jessé Souza, Zygmunt Bauman, Heleieth Saffioti, Cida Bento, Angela Davis, Adela Cortina, Michael Sandel, Pierre Bourdieu, Milton Santos, Charles Mills, Pierre Dardot e Christian Laval, Judith Butler, Frantz Fanon, Jorge Broide, Gilles Deleuze e Félix Guattari, entre tantos intelectuais que nos ajudam a interpretar e superar um tempo de tantas angústias.

As mulheres em situação de rua que gastam sua vida na Cracolândia como uma vela, expõe a extrema vulnerabilidade em que se encontram e em que são mantidas, mas engana-se quem acredita serem elas as únicas a sofrerem com a violência tão compulsiva quanto o consumo de crack.

CAPÍTULO 1. PERCURSO

A opção pelo emprego do método fenomenológico decorre por permitir o aproveitamento do trabalho iniciado antes desse estudo dirigido e a possibilidade de valorizar a experiência de atender dentro de um espaço estigmatizado como a Cracolândia. É preciso ir à rua, estar na rua e vivê-la para se colocar em uma ambiência que contribua para o pesquisador não cair em armadilha hierarquizante e ter a postura arrogante de se colocar como superior, juiz determinante do certo e errado. Creio que a prática adotada em Santos possa ser replicada em diferentes municípios com equivalente sucesso. A essa vivência *in loco* somam-se os saberes já consagrados em Psicologia, Filosofia, Sociologia e Geografia, associados à pessoal observação de campo para buscar entender a complexidade da vida em área livre, e em particular a do público feminino. Uma empreitada que exigiu do olhar a inclusão da análise do espaço onde ocorrem as violências e suas articulações, o que no caso específico se refere à cena de uso em área livre, turística, ambiente inconstante, um enclave urbano com movimentos próprios.

Primeiro veio o trabalho como operador social da equipe de abordagem do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Santos, depois evoluiu para a pesquisa científica. Esse atendimento preliminar se provou crucial para produzir as condições de convivência que viabilizaram o ofício acadêmico dentro da Cracolândia estabelecida no túnel do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e entorno, no bairro José Menino, em Santos, próximo à praia.

O maior desafio desta empreitada consistiu no fato de o levantamento das informações se dar no espaço de uso intenso e descontrolado de drogas lícita e ilícita, o que empiricamente significou que, por vezes, ela/e não estava disposta/o a uma entrevista que ultrapassasse cinco minutos. A inquietação, pressa e irritabilidade da/o usuária/o de crack e cocaína são elevadas e explícitas. Tentar a pesquisa no momento do consumo, ou subsequente, não é recomendável, porque a/o entrevistada/o a qualquer instante pode abandonar o diálogo, inviabilizando o preenchimento do questionário. O traço de instabilidade apareceu mesmo quando não estavam usando entorpecente, o que acentuou a dificuldade em recrutar voluntária/o para estudo neste local e a importância de não se estar pressionado pelo tempo para concluir a coleta de dados.

Por fim, às vezes no meio da entrevista percebia-se que a/o outra/o estava sob efeito de droga, que a resposta não fazia sentido, e nessas condições o material foi descartado. A vivência indicou que fazer ciência nesse meio recomenda primeiro uma

presença anterior ao apontamento técnico, a fim de se construir vínculo com o público-alvo. Depois, exige intervalo maior de dias, em comparação com levantamentos feitos em pontos convencionais, porque é escorregadio esse tipo de amostragem.

A iniciativa de entender melhor os frequentadores da Cracolândia nasceu da suspeita de que elas/es não acessariam os serviços socioassistenciais. O tempo e o trabalho confirmaram essa desconfiança. E mais, a crença dentro da repartição municipal era de que ao túnel do VLT (Imagem 1) se dirigiam habitantes do morro e de São Vicente (cidade vizinha) para o uso de substâncias psicoativas e que não haveria público da assistência social. O atendimento regular, no entanto, constatou que quase a totalidade dos frequentadores desse lugar encontra-se em situação de rua de forma crônica e outra parcela, mesmo tendo residência fixa, se coloca nessa condição vulnerável devido ao consumo abusivo de drogas e chega a passar meses em uso, inclusive pernoitando seguidamente neste território. Ter para onde voltar, não significa necessariamente a volta; a depender dos aspectos emocionais associados aos novos vínculos e ao nível de uso de entorpecentes, o retorno para casa é adiado, em alguns casos, por tempo indeterminado.

Imagem 1: Manchas na parede são infiltrações de água, usadas pelos adictos para beber



Fonte: o autor (2023)

A Cracolândia só se expõe por inteira após entrar em seu mundo. Ingressar com as ideias já disponíveis do lado de fora, significa explorar uma estrutura com roupas escolhidas antes de se conhecer o corpo que se vai cobrir. Se pode vestir esse espaço com o figurino da violência (segurança), da doença (saúde), do desamparo (psicologia) mas só penetrando de mãos vazias é possível perceber que todas essas vestimentas, e outras mais, servem nesse organismo. É preciso ficar aberto para perceber que este lugar não se limita ao ponto concentrador, embora geralmente seja esta a imagem mental que o represente.

Essa área possui braços, que são as ruas das proximidades que recebem um público menor, mas igualmente usuário de substâncias psicoativas e que em algum momento se deslocará até o ponto da concentração e se fundirá na massa. Com a intimidade que só o tempo e o respeito permitem alcançar, percebe-se ainda mais, que a Cracolândia não é o chão, mas o indivíduo, e este circula por toda a cidade, migra entre bairros, vai a diversos municípios, estados, e até país.

O fazer dos operadores da abordagem contou com um carro, tanto para o deslocamento da equipe profissional quanto do adicto, a qualquer equipamento público, seja da assistência social, saúde, justiça e/ou da cidadania. Porém, em sua maior parte, tratou-se de monitoramento a pé por 18 ruas, que abrangem todo o entorno do parque público municipal Orquidário, o interior do túnel, as margens da linha férrea do trem, entre as estações do VLT Nossa Senhora de Lourdes (Santos) e João Ribeiro (São Vicente), mais o trecho da praia dessa região, paralela à base do Morro do José Menino.

Fazer levantamento científico em ambiente aberto e totalmente fora de controle, como neste caso, requer prudência porque a desconfiança predomina nestas condições, até como meio de sobrevivência para seus frequentadores. Devido a característica de impaciência dos dependentes químicos foi formado um banco de dados para evitar a necessidade de repetição das perguntas que constam no fichário do serviço (ver Anexos) quando a mesma pessoa fosse encontrada em outras datas. Irritá-los dificulta a convivência e o trabalho. Então, passa-se a acompanhar esse coletivo e ver como evolui o ambiente, incluindo a relação entre eles e deles com comerciantes e residentes fixos.

Em uma perspectiva cronológica, o atendimento regular da abordagem social começou em maio de 2021, sempre no período matutino e atendendo adultos. Já o levantamento das informações complementares à ficha convencional iniciou-se em setembro do mesmo ano para a configuração do perfil sociodemográfico. Os dados sobre violência contra a mulher foram coletados na sequência, em outubro de 2021 e concluídos em novembro do mesmo ano. Essas informações preliminares motivaram o estudo

aprofundado no Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas e o aprofundamento teórico do que já vinha sendo prática laboral.

Nessa época não havia qualquer obstáculo físico impedindo a permanência de pessoas nas laterais do túnel, e costumeiramente havia usuários dormindo, consumindo drogas e em grupos de convivência. A quantidade de adictos era oscilante, de um dia para o outro, embora nas manhãs de chuva costumasse abrigar dezenas de pessoas, mas ressaltando que ocorreram atendimentos da assistência social em dias chuvosos e com a galeria esvaziada. Além de abrigo físico e psicológico, essa passagem sob o morro funciona como ponto de referência.

1.1 Roteiro

As primeiras visitas a este espaço tinham como único objetivo tornar familiar a presença do servidor. Foram dias seguidos apenas cumprimentando homens e mulheres que ficavam junto à parede de cimento, observando o lugar com discrição, sem focar em um ponto ou pessoa por muito tempo. Nas duas primeiras semanas as caminhadas duravam cerca de meia hora e incluíam sempre ampliar a área por onde se circulava. Eram avanços tímidos. Nesse período de quase silêncio notava-se que alguns nunca saíam da galeria, enquanto a maioria era encontrada em diferentes pontos em cada oportunidade. Foram esses circulantes que atuaram como espécie de usuário-guia e ajudaram a despir e a desenhar a geografia desse grande ponto de encontro para consumo descontrolado de entorpecentes, auxiliando inclusive a estabelecer seu raio de abrangência.

A área em análise apresenta formato retangular. Vai desde o entorno do parque público municipal Orquidário, se estende ao jardim da praia até a divisa com o município vizinho pela orla, passando pelas ruas internas entre o calçadão da praia e o morro. A aglomeração, geralmente, ficava no túnel do VLT e perto de uma seringueira. Por questões externas e pelo dinamismo do próprio lugar, a qualquer instante a concentração migra para outro ponto desse grande perímetro citado.

O passo seguinte para conquistar a confiança e empatia desse público foi a entrega dos kits de higiene pessoal, contendo sabonete, toalha descartável, pasta e escova de dentes, preservativo masculino e folders a respeito de doenças sexualmente transmissíveis e outras patologias. A folheteria é fornecida pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pela Coordenadoria de Controle de Doenças Infectocontagiosas (CCDI), enquanto todos os produtos de higiene pessoal vêm do Centro Pop, a base da abordagem. A distribuição gratuita desses artigos facilitou a apresentação pessoal dos operadores, impactou imediata

e positivamente a relação, pois quem entregava os produtos deixou de ser um desconhecido, mas alguém que ingressou no território de forma respeitosa e colaborativa.

A entrega do kit era condicionada ao fornecimento de dados pessoais para preenchimento da ficha da abordagem social. Raramente havia resistência a dar informações, mas quando a recusa surgia era aceita sem contestação, o kit era entregue, pois o importante era conhecê-los e se fazer conhecer. Depois, a proposta apresentada passou a ser agendar no Poupatempo (equipamento que concentra diversos serviços públicos e banco) o dia para entrar com o pedido da emissão da segunda via do RG, o que também teve aceitação. Quando o trabalho de garantia de direitos chegou nesse estágio foram ofertados acessos ao Centro Pop para banho, lanche, atendimento técnico (com assistente social e psicóloga), além do acesso às UBS e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Todos os assistidos eram transportados em veículo da assistência social, mas em geral resistiram em deixar a região do José Menino (VLT). Essa dinâmica foi replicada em outras Cracolândias de Santos e obteve respostas semelhantes.

Esse método viabilizou a formação do banco de dados e quando se chegou a 100 registros ocorreu a estratificação e verificou-se a composição de 69 homens e 31 mulheres na Cracolândia do José Menino. Como as informações eram insuficientes para explicar a permanência humana naquele ambiente, partiu-se para a elaboração de um novo questionário com o objetivo de se aprofundar o conhecimento sobre esses indivíduos. Decidiu-se aplicar o levantamento em 50 pessoas, o que corresponde à metade do banco de dados da época, respeitando a equivalência de gênero, o que representou entrevistar 35 homens e 15 mulheres. Todos os questionamentos foram anônimos, a adesão voluntária e aplicados *in loco* e em privacidade. Como esse espaço é mutante, nem todos/as os/as entrevistados/as constavam no banco de dados, o que não compromete a leitura do fenômeno, dada sua natureza mutável, e que espelha a contemporaneidade.

Como previamente sabia-se que a dificuldade central estava associada à inquietude dos/as entrevistados/as, os mais de 25 anos de experiência como jornalista ajudaram na construção do formulário complementar, com 17 perguntas, além da ordem das questões apresentadas. A estratégia foi incluir temas que seriam do interesse delas/es, como por exemplo, que tipo de infraestrutura urbana faz falta naquele lugar, quantas vezes come por dia, onde dorme. Essas indagações eram intercaladas com as que abordavam o uso dos entorpecentes, para evitar a sequência grande de perguntas a respeito da drogadição e incomodá-los/las. Apesar desse cuidado ter se mostrado providencial, alguns se irritavam com a quantidade de perguntas e era frequente a/o entrevistada/o

abandonar o questionário no meio, ou adiar a participação para outra data porque seu foco era fumar, enquanto um terceiro grupo mudava de comportamento e passava a demonstrar falta de atenção ou aparentar estar sob efeito de entorpecente (o que não era evidente no início). Em todos esses casos a folha de entrevista era rasgada e descartada no lixo.

Terminado o levantamento sociodemográfico começou-se o da violência contra a mulher, que apesar de abranger apenas 11 entrevistadas, consumiu um mês de esforço. O primeiro obstáculo era encontrar mulher sozinha, pois além do anonimato era inegociável a privacidade (mesmo critério da pesquisa sociodemográfica), uma vez que as perguntas entrariam em questões íntimas. Além de se repetirem os problemas do levantamento anterior, havia a irritação, da parte delas, por dois meses seguidos de entrevistas, mais a insistência dos homens em continuarem junto de suas companheiras ou amigas. Com paciência e explicando a relevância do trabalho conseguiu-se a colaboração.

1.2 Intervenção no túnel

Concluída a fase de coleta de informações complementares, a abordagem social manteve o atendimento a este público. A diferença é que as visitas se tornaram mais espaçadas, uma vez que com a queda do contágio da Covid-19, houve o retorno dos servidores municipais afastados por possuírem comorbidades e essa volta implicou a retomada da rotina anterior, com atendimento regular a todos os bairros de Santos. Ironicamente, o caos gerado pela pandemia produziu condições trabalhistas para a atenção permanecer focada em determinado público durante alguns meses, e ofereceu a base preliminar para a posterior investigação científica. O banco de dados voltou a ser alimentado e conta com mais de 200 nomes até 2023.

Desde que a abordagem passou a trabalhar com regularidade nessa região, se tornou testemunha involuntária do impacto real, na Cracolândia, da intervenção do poder público. Nesse período era comum o anúncio do fechamento das margens internas da galeria não ser levado a sério pelos dependentes químicos. A partir da instalação do canteiro de obras, em março de 2023 (PMS, 2023), não apenas a ingerência ganhou credibilidade, como os frequentadores se anteciparam e começaram a se fixar em outros pontos da Cracolândia, sobretudo dois trechos do morro apelidados de “Barreira” e “Baiana”, embora outra parte do coletivo permanecesse no interior do túnel do VLT.

Esse ecossistema dava mais uma demonstração de sua capacidade de reagir ao meio e se adaptar. Durante os meses para instalação das 710 peças de concreto pré-moldadas nas laterais internas do túnel, os adictos circularam com mais frequência por

toda região, inclusive áreas que recebiam duplas, trios de usuários de crack, por vezes acolhiam grupos maiores. Em outubro de 2023, as placas já estavam instaladas nas duas laterais, no entanto, o vão formado entre o material pré-moldado e a parede do túnel passou a ser ocupado por algumas pessoas em situação de rua (Imagem 2), que improvisaram novas formas de moradia. O acesso foi depois fechado com cimento.

Imagem 2: Tecido com listras horizontais tampa a entrada da casa improvisada na boca do túnel



Fonte: o autor (2023)

A forma como o poder público atravessa esses territórios parece dialogar com o “espaço impessoal”, na expressão do geógrafo Renato Ortiz. Ele usa esse termo se referindo a aeroporto, rodoviária, shoppings, mas a Cracolândia tem na impessoalidade outra de sua característica, contribuindo para que o poder público não se sinta forçada a justificar qualquer intervenção nesse território, usado pelos consumidores de drogas. Fosse outra área pública, uma praça, por exemplo, o Estado se sentiria inclinado a explicar a obra pública. Tudo isso reforça a percepção de desapego, ainda que o lugar acolha e contribua para a sensação de pertencimento de indesejáveis.

O geógrafo completa seu raciocínio dizendo serem esses lugares impessoais transformadores de indivíduos na figura capitalista de usuários (Ortiz, 2015, p. 106). Sua interpretação é de que o espaço foi capturado pela globalização, o que equivale a “uma estrutura única, subjacente a toda e qualquer economia” (Ortiz, 2015, p. 27). Com a Cracolândia não é diferente.

CAPÍTULO 2. CONHECENDO O TERRITÓRIO

Toda Cracolândia é heterogênea e inquieta. Essa natureza espacial rebelde escapa da primeira observação que se faz desse lugar (às vezes, a única), que é de ordem descritiva, paisagística, materialista, estática e que homogeneiza tudo. O ponto de vista externo tende a universalizar quem se encontra nesse ambiente, tratar todos como iguais, despersonalizando-os, como se nunca saíssem do lugar, como se não houvesse humanidade. A narrativa dominante é exógena a este lugar e à sua gente, trata-se da imposição do “mundo que não lhe deixa tomar uma verdadeira consciência de si mesmo e que lhe permite ver a si mesmo apenas através da revelação de outro mundo (...) enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros” (Du Bois, 2021, p. 23).

É a nova segregação territorial, que extrai as potências de vida, a produção de subjetividades positivas e só é percebida de modo depreciativo. Constrói-se uma totalidade desconsiderando-se diferenças; e a velocidade com que hoje se vive contribui para reduzir a realidade à aparência. Não se dedica tempo a fixar nem os olhares, assim, a paisagem passa, os relacionamentos são fluidos, ou como diz Bauman, “em nossos tempos líquidos modernos há boa quantidade de razões (...) para sentir a incerteza e a insegurança” (Bauman, 2022, p. 129).

Toda Cracolândia fica em uma cidade, um bairro. Soa obviedade escrever essa evidência geográfica, mas afirmar a territorialidade se faz relevante porque o fato dela não estar deslocada do espaço/tempo, nem desassociada das dimensões políticas, econômicas, nem livre dos pensamentos hegemônicos, implica que reflexões feitas por teóricos de diferentes áreas das ciências humanas, ajudem a explicar a Cracolândia e sua gente, mesmo sem se referir diretamente a este contexto, de onde seus frequentadores extraem da relação com a droga, com o poder e o chão, uma escala de valores e de prioridade. Este capítulo aborda a micropolítica, o jogo de forças na área social, com as ponderações analíticas distribuídas nos subtítulos território material, território político e território simbólico.

Na Cracolândia, não é só a aparência de sua gente que é diferente, o tempo fica tão impregnado de subjetividade que é como se diluísse as 24 horas e aos aspectos cronológico e histórico acrescenta-se uma superfície onde os fenômenos acontecem. Paul Virílio ensina que “unidade de lugar sem unidade de tempo, a cidade desaparece” (Virílio, 2014, p. 11). E assim ocorre. O crack faz sumir a cidade do senso comum, faz o dia virar semana, às vezes quase uma quinzena sem comer nem dormir o que o corpo requer, existência acelerada pelo consumo de drogas. Frequentadores habituais de Cracolândia estampam no

corpo os efeitos colaterais do neoliberalismo, não previstos e nem explicitados por seus defensores, um sistema atuando na geração de desigualdades, perpetuando-as pelo descarte humano de quem deixou de ser produtivo, de ser útil ao mercado capitalista.

O tempo, conceito que inspirou filósofos de várias escolas ao longo da história, segue com seu embalo sedutor. Mesmo que inconsciente, a inflexão espaço-tempo é o primeiro ponto de discórdia entre os de dentro e os de fora da Cracolândia. Deleuze e Guattari recorrem à mitologia grega para explicar a diferenciação de tempos vividos no mesmo espaço, o que nos ajuda a explicar onde se situa a peleja. Na mitologia, Cronos é fundamentalmente o presente, mas representa passado e futuro porque é o tempo como medida, o tempo daquilo que é pesado, o tempo do Estado, da percepção clássica, da vida convencional. Cronos “determina o sujeito”. Aion, enquanto tempo indefinido, incorporal, indeterminado, é o tempo elástico da pessoa em situação de rua, do andarilho, o tempo prolongado por quem se desequilibrou com as drogas. Seguidor de Deleuze, Fuganti recorre à filosofia estoica para expressar e atualizar os deuses mitológicos gregos e expõe que “da relação do corpo com o tempo incorporal puro emergirá outro efeito incorporal: o acontecimento” (Fuganti, 2021, p. 105).

O acontecimento que interessa à pesquisa é aquele que deriva da relação assimétrica com o relógio e que na prática potencializa conflitos entre fixos e nômades; uma vez que o mundo organizado pela produção prega respeito a prazos, compromissos; rigor disciplinar inexistente na rua. Um dos conflitos temporais entre comerciantes/residentes e a população flutuante que vive em área livre reside no ponto em que o primeiro é enrijecido e o segundo é fluido; um tem hora para tudo; o outro, qualquer hora serve, principalmente se for agora. O filósofo explicita melhor de qual divergências ele trata: “alguns dos habitantes do mundo estão em movimento; para os demais, é o mundo que se recusa a ficar parado” (Bauman, 2001, p. 70). Não se trata de jogar com as palavras, mas de perceber que a rigidez social deu lugar à fluidez, e a inaptidão ao novo mutante gera insegurança e conflito.

Enquanto leitura da estrutura espacial, tem-se observação, interpretação, mas sem juízo de valor, sem recorrer aos conceitos de melhor ou pior, sem verticalizar, apenas a constatação de que sujeitos diferentes, vivem o tempo de forma distinta. Deleuze e Guattari argumentam que a “diferença não passa absolutamente entre o efêmero e o duradouro, nem mesmo entre o regular e o irregular, mas entre dois modos de individuação, dois modos de temporalidade” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 42). Distinções estas que não significam tempos separados, mas em multiplicidades, velocidade, lentidão,

agenciamentos distintos. O tempo, quando não é bom e nem mau, não é julgado e se permite não sentenciar previamente o seu uso.

No entanto, a relação espacial na Cracolândia, ditada pelo Estado, passa pela limitação de sua gente à periferia, um enclave social urbano que atua na formação da identidade marginal. Cracolândia em zona turística, como no caso desse estudo, configura a rebelião silenciosa dos marginalizados, pois desloca para o espaço dos brancos, o lugar arbitrariamente decidido pelo poder público onde adictos, negros(as) e a população em situação de rua devem ficar, que é o território empobrecido econômico e socialmente. “As representações sociais sobre pessoas em situação de rua geralmente são depreciativas e pejorativas (...), representações negativas não condizem com a realidade, mas contribuem para a formação da identidade estereotipada deste grupo” (Silva *et.al.*, 2020, p. 452).

Assim como culturalmente ainda se culpa a vítima pelo sofrimento, o poder e a sociedade depositam na adicção toda responsabilidade por se expor: “elas estão ali porque querem”, repete o senso comum. É como se a condição de viver em área livre e ser dependente química, justificassem expulsar a cidadã do estado democrático de direito. A Lei 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha, e a Delegacia da Mulher, não chegam à Cracolândia porque elas foram coletivamente condenadas à segregação, e para decifrar esse impedimento é preciso antes entender o que Deleuze e Guattari chamaram de rostidade, que vem a ser, simultaneamente, o rosto individual e coletivo, entendendo por rosto não a face, mas todo o corpo e sua relação com o social. Existe um rosto do professor, que se associa também à sua vestimenta, comportamento, linguagem, bens de consumo, e isso vale para advogado, juiz, médico, mas também aos pobres, população em situação de rua, aos negros. “A rostificação não opera por semelhança, mas por ordem de razões. É uma operação muito mais inconsciente e maquínica que faz passar todo o corpo” para em seguida resumirem que “o rosto é produzido na humanidade”, (Deleuze; Guattari, 1997, p. 32).

Em poucas palavras, o rosto que marca o papel social dessas mulheres a expulsa da cidadania, e ao fazer isso alimento o desejo do microfascismo, no assujeitamento de pobres e negros(as), que em geral se corporificam em quem sobrevive aprisionado nas áreas livres. Ainda que esta pesquisa não tenha a perspectiva quantitativa como norte, números podem indicar parâmetros à reflexão. É o caso da composição demográfica da Cracolândia do VLT, onde existem três homens para cada mulher, somente isso já impregnaria de relevância esse estudo, uma vez que esse quadro de gênero equivale ao inverso do apontado

pelo censo demográfico nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Esse levantamento oficial indica que, em 2022, o Brasil era composto por 51,5% (104.548.325) de mulheres e 48,5% (98.532.431) de homens, ou seja, uma superioridade feminina na composição convencional. Entretanto, no lugar objeto desse trabalho elas são minoria e circulando por ambiente hostil, ausência do poder público na maior parte do tempo e farta vegetação nativa. Rogério Haesbaert resume a relação da humanidade com o ambiente afirmando que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial” (Haesbaert, 2021, p. 20). No tocante à pesquisa, o contexto territorial é que a Cracolândia acolhe sobreviventes da exclusão, é o lugar de quem não tem lugar na sociedade de consumo, é lugar onde até estruturas de proteção, denúncia e combate à violência aos vulneráveis não chegam. É o lugar, como se demonstrará adiante, do(a) negro(a), e branco(a) nesse lugar será tratado(a) como negro(a).

Deleuze e Guattari concebem a territorialização/desterritorialização como papel-chave na interpretação do mundo contemporâneo. Decifrar como o chão é ocupado, sua gramática, simbologia, relações de poder interna e externa, a influência do pensamento neoliberal e seus reflexos nos modos de individuação ajudam a entender como é construída a violência contra a mulher em situação de rua, usuária de drogas e frequentadora de Cracolândia. Só entrando nesse universo se constata a performance da solidão, da fragilidade; como as afeta o julgamento moral, que criminaliza usuárias(os) de entorpecentes; o quanto a visão de fora é incapaz de enxergar a agressividade endêmica.

E tudo se repete de novo, às vezes com os intervalos para respirar proporcionados pela abstinência, até as dolorosas recaídas, que invariavelmente esses sujeitos associam com algum episódio negativo em sua vida e que encontraram no retorno ao uso das drogas a forma de lidar com a dor e a persistente sensação de fracasso. Diferentes geógrafos, filósofos, sociólogos e psicólogos dedicaram tempo para refletir sobre territorialização e desterritorialização. As concepções de Haesbaert e Santos para a geografia humana parecem melhor se adequar à explicação de um espaço comumente descrito por quem está fora, dando-se pouca voz a quem se encontra dentro, e com isso contribui na consolidação de fantasias e preconceitos. Haesbaert dedica um livro para tratar do Mito da Desterritorialização e descrê daqueles que preveem o fim dos territórios, basicamente porque os fenômenos sociais precisam do espaço para acontecer.

A desterritorialização é tratada como o outro lado da territorialização, dialética espacial que faz do movimento o próprio lugar. Resume que a desterritorialização é a falta de vínculo com o presente; a desmaterialização das relações simbólicas; a prevalência da fluidez sobre o sedentário; a multiplicidade de identidades. Sem falar sobre Cracolândia, Haesbaert desnudou-a (Haesbaert, 2021, p.364-366).

2.1 Território Material

A percepção concreta deste espaço, onde os fenômenos se manifestam e onde é travado o jogo social de poder, de cultura, de economia, é onde o capitalismo neoliberal e a globalização se impõem e enfrentam raras resistências. A primeira coisa a ser feita é apresentar a Cracolândia do VLT a partir do ponto de vista interno e concreto. O local eleito para estudo exhibe a particularidade de ter se desenvolvido em área turística, próximo à praia do José Menino, em Santos, na divisa com o município de São Vicente, região com hotel, pensões e apartamentos de aluguel para veraneio.

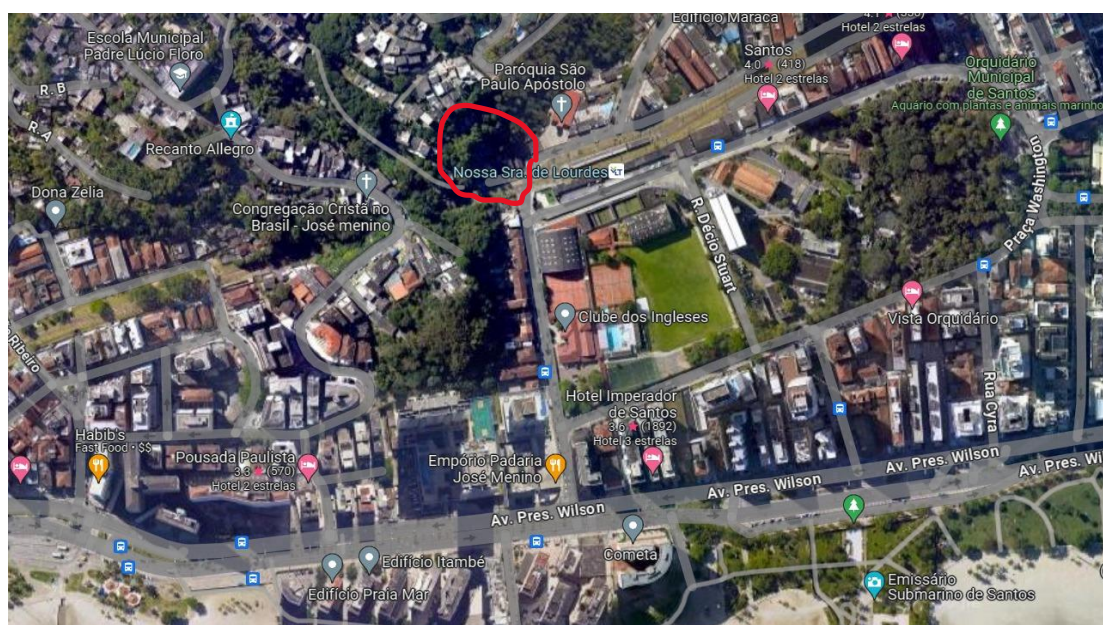
É significativo que esse comportamento transgressor tenha se adaptado à intensa circulação de pedestres, resistido à investida policial; e o fenômeno cresce em significado se aceita a definição proposta pelo geógrafo Milton Santos, para quem “espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana” (Santos, 2007, p. 110). Neste caso: drogados, traficantes, turistas, comerciantes e trabalhadores estabelecem convivências, por vezes amistosas, outras nem tanto.

A relação entre fixos e nômades é explicitamente maniqueísta, cada lado resumindo esse convívio como o conflito do bem contra o mal. Comerciantes e moradores do entorno reprovam os dependentes químicos por viverem no vício, na rua e sujos, todas condições físicas. Já os usuários de drogas condenam comerciantes e moradores por não entenderem suas crises, queixa esta repleta de subjetividade, e rebatida pelos fixos, apressados em classificá-los como sujeitos avessos a obedecer regras e a ter responsabilidade. O que não se confirma enquanto valor universal. “Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como certas e proibindo outras como erradas” (Becker, 2021, p. 17). A cegueira para compreender o outro e suas vulnerabilidades, contribui indiretamente para o avanço da violência contra a mulher neste ambiente, o que se adequa ao que Mbembe chamou de “alterocídio”, onde passa-se a conceber “o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso

proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (Mbembe, 2014, p. 26).

A geografia urbana da Cracolândia do José Menino dista cerca de um quilômetro, de uma extremidade a outra, com pessoas em situação de rua circulando por uma zona mista entre residencial e comercial, incluindo a área do equipamento de transporte coletivo ferroviário chamado Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), mantido pelo Governo do Estado de São Paulo. O perímetro urbano em questão abrange as ruas Seis, Gaspar Ricardo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Décio Stuart, Newton Prado, Cyra, todo entorno do Parque Público Municipal do Orquidário (Praça Washington), o interior do túnel, as margens da linha férrea do trem, desde a estação Nossa Senhora de Lourdes até a seringueira (sentido São Vicente), mais a praia na região da divisa, e as ruas Euclides de Campos, Sebastião Arantes Nogueira, Pedro Borges Gonçalves, Rei Jorge VI, Princesa Isabel, Álvaro de Carvalho, Coronel Cândido Gomes, Sebastião Arantes Nogueira, Monteiro Lobato, Antônio Ribeirão e Delfino Stockler de Lima (Figura 1).

Figura 1: Localização do túnel por onde passa o Veículo Leve sobre Trilhos



Fonte: Google Maps, 2023

Toda essa extensão geralmente é coberta por monitoramento a pé pela equipe de operadores da abordagem da assistência social. Mas o carro se desloca para apoio e facilitar a distribuição dos kits mencionados anteriormente. Os operadores sociais também explicam a política socioassistencial a comerciantes e moradores do bairro, a fim

de que entendam que o trabalho não consiste em retirar ninguém, mas convencê-los a aderir aos serviços públicos.

O uso de crack nessa área também se dá em alguns pontos fechados, em imóveis do bairro. Essa concentração próxima à praia representa a ruptura com o tradicional, uma vez que fumá-lo ao ar livre geralmente ocorre em espaços degradados, de baixa circulação de pedestres e na periferia. O crack não gosta de testemunhas. Entretanto, no José Menino, durante o dia e por muito tempo, parte da vizinhança atravessava a galeria a pé e de bicicleta (por uma passarela central, entre as duas linhas férreas) como forma de encurtar caminho, trafegando ao lado de quem acende cachimbo. Esse atalho foi interditado pelo poder público, justificando a iniciativa como preventiva a atropelamento.

O efeito prático é que os usuários de drogas se espalharam pelas imediações, com avanço em maior número sobre o Marapé e a Pompeia por serem bairros fronteiros pelo lado de Santos. Mas encontra-se pessoa em situação de rua frequentadora da Cracolândia por toda a Cidade. Importante registrar que quando município entrava no túnel para atravessá-lo, era comum algum adicto avisar dessa presença como um alerta para que se tivesse respeito. Se entrava criança (junto com adulto), a mesma coisa; também era frequente não usarem droga no momento da abordagem da assistência social, tanto que às vezes eles(as) pediam para que se deixasse o local para voltarem a fumar.

Alguns adictos jogavam papelão, roupa, cobertor, qualquer tecido sobre a cabeça para encobrir o rosto e o consumo do crack. Esse comportamento podia ser observado de longe, independentemente da presença ou não de estranhos por perto. Quem não tinha essa possibilidade virava-se de costas para ciclistas e pedestres. Essa atitude não se repete quando do uso de maconha e cocaína. Tudo acontece a duas quadras do mar, pelo lado de Santos, enquanto a outra ponta da Cracolândia do VLT, em São Vicente, fica de frente para a orla (Imagem 3) do Bairro Itararé. Conforme a noite avança, reduz-se a passagem de pedestres, ciclistas e a área fica exclusiva aos usuários de drogas, com as mulheres viciadas entregues à própria sorte. Como ensina o geógrafo Paul Virílio, “é o uso que qualifica o espaço” (Virílio, 2014, p. 140), o que neste caso, aquilo que dá propriedade a este lugar é o uso intenso de drogas, o medo de conflitos e os estigmas sociais.

Imagem 3: Lado de São Vicente da Cracolândia que dá acesso direto ao calçadão da praia



Fonte: o autor (2023)

Como já exposto por Bourdieu, relações sociais e econômicas participam da forma como se entra em contato com realidades diferentes; “sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar” (Bourdieu, 2007, p. 13). Ainda que a aparência seja usada como objeto para suposta justificativa de exclusão, as normas sociais implícitas descarregam tanto peso quanto as normas explícitas (a legislação, por exemplo) em sua marcha para classificar e separar indivíduos.

Fluxo

Comerciantes e residentes do José Menino interpretam o ponto de uso de drogas como se estivesse emoldurado, dentro de uma fronteira, o espaço que percebem é delimitado, a partir de sua janela, da perspectiva da porta de sua residência ou comércio, de suas caminhadas, da imprensa. Veem o espaço como fixo, o que resulta na delimitação de uma área; lhes escapa que o fluxo abrange ampla região, de intensa mobilidade e que o fluxo é a Cracolândia. Essa natureza móvel e adaptável, incompreendida também pelo Estado, é o que anula o efeito prático das intervenções de segurança que objetivam acabar com a Cracolândia, porque os adictos não permanecem territorializados, estão presos à droga e não ao solo, o local tem importância mínima, tanto que migram de um lugar ao outro mesmo sem interferência externa. É da natureza da população em situação de rua e do(a) usuário(a) de crack, a vida nômade.

Na história recente, a inabilidade do poder público ao eleger a segurança como ferramenta prioritária na lida com o adicto é escancarada no levantamento bibliográfico elaborado por Ygor Diego Delgado Alves e Pedro Paulo Gomes Pereira. Eles consultaram produções acadêmicas, jornalísticas e literárias para levantar as intervenções promovidas na Cracolândia estabelecida na região central de São Paulo, capital, de 1990 a 2010. Em *Dilemas – Revista de Estudo de Conflitos e Controles Sociais* os autores publicaram artigo onde apresentam considerações sobre os programas oficiais Tolerância Zero (1997), Operação Limpa (2005), Nova Luz (2007), Operação Sufoco (2012), de Braços Abertos (2014) e Redenção (2019).

Concluimos que as ações do poder público na Cracolândia paulistana, desde meados dos anos 1990 até 2010 — período que antecede a Operação Sufoco e os programas De Braços Abertos, Redenção e Recomeço —, estiveram articuladas com interesses do mercado imobiliário, além de responderem a apelos feitos pela mídia. Desde a Operação Tolerância Zero, implementada de 1997 a 2000, após a Cracolândia debutar no noticiário, se prometia a valorização e a reurbanização da região pela implementação de equipamentos culturais. O Programa de Incentivos Seletivos, de 2005, que buscava atrair investimentos para o setor imobiliário, veio acompanhado da Operação Limpa; seu fracasso resultou na ampliação da área abrangida pelos incentivos, via projeto Nova Luz, e no aumento da violência sobre os consumidores de crack. A cada uma dessas políticas correspondeu farta exposição midiática, centrada nos deslocamentos da cena aberta de uso do crack, da Boca do Lixo para os arredores da Praça Júlio Prestes, onde hoje se encontra. (Alves et al., 2021, p. 481).

Apesar de ser de conhecimento geral os seguidos insucessos em se dar ênfase à segurança no trato de conflitos sociais, esse pensamento segue vivo. Em Santos, desde setembro de 2019 uma viatura da Guarda Civil Municipal (GCM) permanece estacionada ao lado da estação Nossa Senhora de Lourdes durante o dia. A mesma GCM por vezes atua dentro da Cracolândia. Essas medidas não refletiram, nem poderiam, sobre o tratamento dos dependentes químicos. O único efeito concreto foi espalhá-los.

Quando ocorrem interferências externas, os adictos se deslocam pelas proximidades e avançam até São Vicente, onde o serviço público de Santos não atua. Depois que a segurança e a limpeza urbana deixam este espaço, tudo volta ao cenário anterior. A persistência em criminalizar o(a) usuário(a) demonstra permanecer tão atual quanto ineficaz, assim como tentar simplificar um fenômeno social complexo e de recente explosão demográfica. A primeira coisa que se lê em *Discurso sobre o Colonialismo* é a advertência de que “uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento provoca é uma civilização decadente” (Césaire, 2020, p. 9). Parece prudente ao Estado mudar o tipo de abordagem a esse público, se o objetivo é obter outro resultado.

Cartografia

Os fatores internos responsáveis pela mobilidade na Cracolândia seguem duas máximas: chegada de droga e contato social. Quando alguém é identificado com crack ou cocaína, essa informação circula pela área e quem tiver relacionamento com esse(a) usuário(a) vai se deslocar até essa pessoa e pedir para compartilhar, sob o compromisso informal de quando tiver a substância retribuir a gentileza. Ou seja, é possível usar droga mesmo sem dinheiro e essa dinâmica funcional explica parte dos deslocamentos.

Outras mudanças ocorrem provocadas por estímulos negativos, como dívidas e conflitos internos que levam à migração forçada pela violência ou sua ameaça. Existe, ainda, movimentações ancoradas no desejo de migrar para outro ponto da cidade, tendo motivações diversas, que incluem desde frequentar outra Cracolândia do município (o que é comum) ou a busca por mudar de ares como tentativa improvisada de redução de danos (quase sempre infrutífera) ao se afastar do ponto concentrador de oferta de drogas. Por fim, outro estímulo negativo à migração decorre do poder público se apropriar de pertences de quem ali sobrevive.

Complementando a cartografia do comportamento geral dos adictos nessa área, até março de 2024, regularmente eram encontradas pessoas dormindo nas calçadas das ruas Newton Prado, Cyra, Sebastião Arantes Nogueira (próximo ao estacionamento), Rei Jorge VI, Coronel Cândido Gomes, Antônio Ribeirão e Delfino Stockler de Lima, sob uma marquise larga (2 metros) e com cerca de 20 metros de comprimento. Todos frequentadores da área pesquisada.

A visão pragmática desenha uma composição urbana convencional, mista entre residencial (com predomínio de edifícios) e comércio de serviços diversos, inclusive de refeições, atraindo pessoas em situação de rua que sobrevivem da mendicância e doação de alimentos. O esmolar também era praticado nos semáforos da Rua Santa Catarina com a Avenida Manoel da Nóbrega e na divisa entre Santos e São Vicente, no lado da praia. Na área abrangida pela Cracolândia do VLT ocorrem as feiras-livres nas ruas Rio Grande do Sul (quarta-feira) e Princesa Isabel (sábado, divisa com São Vicente). Esse comércio de alimentos em barracas, ao ar livre, desempenha múltiplos papéis, ao funcionar como local de trabalho, de mendicância, e até mesmo como ponto de partida para a contagem do tempo de drogadição prolongada.

Funciona da seguinte forma: o dependente usa a feira como referência para a contagem, seja o dia, a véspera ou a data seguinte ao comércio de rua. Calcula-se quanto tempo permaneceu em consumo quase ininterrupto de crack, se começou o uso contínuo

na data da feira e a pessoa segue na mesma dinâmica até a volta deste comércio, completou uma semana de uso abusivo; se começou na véspera deste comércio ou no dia posterior, repete a mesma lógica da contagem.

Aqueles que sobrevivem de serviços esporádicos, o fazem ajudando alguns comerciantes fixos do José Menino (limpeza e descarga de mercadorias), feirantes, quiosqueiros da orla (segurança, atendimento a clientes, transportando bebidas e alimentos) e atividades eventuais diversas, geralmente relacionadas à construção civil. Para completar, alguns homens e mulheres se prostituem na orla da praia como forma de ganhar dinheiro ou troca do sexo por drogas. Este modo de ocupação pode mudar a qualquer momento devido a natureza inquieta dos dependentes químicos e de como estes(as) se relacionam com a cidade e os(as) munícipes com eles(as).

Se a mobilidade é uma das marcas de nossa época, frequentadores de Cracolândia trazem no próprio modo de viver essa contemporaneidade, ou como defende Renato Ortiz, “a modernidade é o contrário da fixidez. Ela é mobilidade. O princípio da circulação, que se realiza nas reformas urbanas” (Ortiz, 2000, p. 79).

O resumo da reflexão sobre o território material, sob a perspectiva da pesquisa, é que a extensão da área, somada à intensa mobilidade de seus frequentadores, e o ambiente natural (baixa iluminação, pouca circulação de pedestres no período noturno e a vegetação do morro) produzem uma combinação que não se configura como segura para a presença feminina. Apesar do comparecimento regular da GCM, inclusive com um carro diariamente estacionado em frente a uma das bocas do túnel, essa atuação se volta mais para comerciantes e moradores fixos do que à proteção dos nômades.

2.2 Território Político

A reflexão sob o viés político do espaço se debruça na relação de micropoder, do cotidiano, onde ainda se respira a lógica da classificação humana, ambiente propício ao ressurgimento do fascismo, que se manifesta no racismo, misoginia, aporofobia, transfobia, nas micropolíticas, para usar uma expressão deleuziana. A ideia de fascismo adotada na pesquisa é a de Deleuze e Guattari, que a aponta como produção desejante das massas, desejo que se volta ao passado, à conservação (Deleuze; Guattari, 2004, p. 33-34). Sobrevive nas relações interpessoais, não necessariamente do Estado, embora este dê sua contribuição ao tolerar discriminação e discriminar. No volume 3 de Mil Platôs, os autores o descrevem como “uma potência micropolítica ou molecular que torna o fascismo perigoso, porque é um movimento de massa: um corpo canceroso mais do que um

organismo totalitário” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 85). O descortinar da Cracolândia, escancara a violência dirigida aos vulneráveis entre os vulneráveis, que é a população feminina em situação de rua neste espaço, onde o uso seguido de drogas ilícitas é usado como justificativa à repressão e faz desaparecer a empatia, sobretudo às mulheres negras.

Por questão de honestidade intelectual, a primeira coisa a se admitir (ou, no mínimo, refletir), é que a ideia de raça é uma concepção política criada por brancos para julgar quem tem a pele escura. Por isso é apresentada neste estudo, pela primeira vez, no capítulo que analisa o território sob o ponto de vista político. Du Bois, Fanon, Mbembe, Jessé Souza, Ângela Davis, entre outros, acusam o conceito de raça como um dispositivo discriminador. O sociólogo Guimarães, inclusive, o identifica como “conceito nativo”, por “possuir um sentido histórico, um sentido específico para determinado grupo” (Guimarães, 2003, p. 95).

Em seguimento à honestidade intelectual, a Cracolândia desempenha o papel de controle social racial, ao fazer funções antes realizadas pela senzala (alojamento dos escravos) e o pelourinho (local do castigo físico). A funcionalidade social da Cracolândia é irmã da funcionalidade dos abrigos para a população em situação de rua e do sistema prisional, todas filhas da escravidão e cujo objetivo prático é separar pretos de brancos.

A cobrança do Estado por mais abrigo, ampliação da oferta de leitos de abrigamento a quem sobrevive em área livre, raramente é substituída pela reivindicação por programa habitacional dirigido a esse público, ou, de forma preventiva, uma linha de moradia popular. A razão é que o primeiro trata-se de acolhimento coletivo, desprovido de personalidade, individualidade, e, principalmente, não gera novo(a) proprietário(a).

O(A) negro(a) segue fora da certidão de nascimento do liberalismo, cujos pais são capital e propriedade destinados ao branco. A segunda razão é que reivindicar moradia inscreveria o(a) negro(a) em políticas de direitos, ou seja, equivale a apontar uma saída ao enclave social, incluí-los no orçamento de saúde, educação, esportes, cultura; enquanto o cotidiano inalterado, segue sendo como se “tudo o que faz a vida valer a pena – a liberdade, a justiça e a verdade – tem o aviso: uso restrito dos brancos” (Du Bois, 2021, p. 223).

A funcionalidade da Cracolândia, da prisão e do abrigo é a de manter a demarcação do lugar do(a) negro(a), que pela determinação branca é o espaço segregado, que no inconsciente coletivo se acomoda na exploração violenta da força de trabalho braçal, na submissão racial e na vida na periferia das cidades. “Não podemos fingir que a escravatura e a colonização não existiram ou que as heranças desta triste época foram totalmente liquidadas” (Mbembe, 2014, p. 295) e a reserva de uma área racializada atua para viabilizar

opressão. Há uma intencionalidade velada, mas atuante, geradora de sentimentos sequer legitimados, porque o racismo o(a) prende à cidadania de segunda classe:

Produzir o negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. Mercê de trabalhar à corveia, o negro é também nome de injúria, o símbolo do homem que enfrenta o chicote e o sofrimento num campo de batalha em que se opõem grupos e facções sociorracialmente segmentadas” (Mbembe, 2014, p. 40).

A advogada de direitos humanos Michelle Alexander sustenta que o sistema prisional dos Estados Unidos faz do “encarceramento em massa” do negro um “sistema de controle social racializado” (Alexander, 2021, p. 39) e a professora Cida Franco apesar de não usar a mesma expressão, apontou algo similar no Brasil, onde a população carcerária é majoritariamente integrada por afrodescendentes.

Em seu estudo sobre o encarceramento de negros norte-americanos, Alexander pontua que a Guerra às Drogas foi declarada em um período de declínio de seu consumo, no entanto, houve “aumento vertiginoso de prisões e condenações por delitos relacionados a drogas, especialmente entre pessoas não brancas” e, segundo a pesquisadora, os Estados Unidos têm hoje a maior população carcerária do planeta, resultado de um salto de 300 mil presos para mais de 2 milhões no intervalo de três décadas (Alexander, 2021, p. 41-42). O “encarceramento em massa, é o que tranca pessoas não apenas atrás de grades de verdade em prisões de verdade”, argumenta Alexander, “mas também atrás de grades e muros virtuais”, (Alexander, 2021, p. 50) e esses sistemas “renascem em nova forma”, se adaptam à época para sobreviverem e atuarem (Alexander, 2021, p. 54).

Ademais do exposto, agrava-se o fato de que na Cracolândia a violência do Estado contra essa população tende a ficar mais impune do que na periferia, onde há mais oferta de câmera de celular para registrar eventuais abusos, enquanto na Cracolândia além de os celulares carregados serem em menor número, o usuário é confundido e tratado como traficante; uma prática que encontra eco em parte da sociedade brasileira.

“Miniaturização do Estado”

Na Cracolândia isso se apresenta de forma dúbia: na vida normativa do Estado e na indolência das ruas. Entender essa antinomia passa por se verificar contradições atuantes neste drama atual. O sociólogo Boaventura de Souza Santos identifica a “erosão do contrato social” gerenciado pelo Estado, cuja crise política se reflete no “declínio de seu poder regulatório” e define essa condição como a de sua “miniaturização” (Santos, 2002, p. 59-60).

Boaventura alerta que vive-se a “transformação da soberania e do modo de regulação”, e que essa nova organização é despossuída de centralidade, onde a “coordenação do Estado funciona como imaginação do centro” (Santos, 2002, p. 60).

Esse esvaziamento se reflete na disputa entre bem público e bem comum, onde o Estado passa a ser objeto de um “campo de luta política menos codificada e regulada que a luta política convencional. É neste novo marco que as várias formas de fascismo societal buscam articulações que amplificam e consolidam as regulações despóticas, transformando assim o Estado em componente do seu espaço privado” (Santos, 2002, p. 60). Empiricamente, a miniaturização do Estado possibilita o ambiente político para reduzir a complexidade dos dilemas sociais à limitada ação de segurança, sobretudo quando envolve corpos vulneráveis, desprovidos de força política.

As presenças de adicto e de viventes em área livre geram desconforto e reclamação em parte dos habitantes tradicionais; e a súplica de dessa parcela incomodada é para que se retire essa gente da frente dos olhos, mas como já demonstrado na história recente, essa alternativa é inútil porque a situação de rua não é causa de si mesma, mas consequência, efeito colateral do capitalismo neoliberal e das crises internas dessa época de transição ao novo avanço tecnológico.

Fosse a rua decorrência exclusiva de atos individuais, essa qualidade indicaria uma razão a partir de princípio metafísico, como o destino (tornando inútil a ação física); ou a predisposição de origem biológica/cognitiva para o rompimento com o convencional. Aceita a premissa que concentra o peso decisório na esfera pessoal, ter-se-ia um histórico linear das ocupações sobre praças, calçadas e locais abandonados, uma vez que seria uma contingência esperada que recairia sobre dado segmento da humanidade, o que também apontaria como uma inclinação global, ainda se aceite que a causa é personalística. No entanto, esse pressuposto não resiste à evidência recente produzida pela Covid-19, fartamente registrada pela ciência e a imprensa, ao indicar que este vírus produziu consequências diversas, entre estas o aumento da população em situação de rua, como acusa o censo realizado em São Paulo, antes e durante a pandemia.

A outra hipótese é de que fatores externos e relacionais contribuam para resultar na vida em área livre. Portanto, intervenções direcionadas aos efeitos (pessoas que já ocupam as ruas) têm eficácia restrita, porque enquanto não se atuar sobre a complexidade e multiplicidade das causas, outros sujeitos chegarão para ocupar o lugar de quem foi removido à força ou mesmo tendo partido espontaneamente. Sem intervir sobre as causas múltiplas, a substituição está garantida ou, no melhor dos cenários, deixada ao acaso.

Todavia, a presença dos serviços de segurança e de limpeza servem para alimentar a expectativa do controle sobre o direito à cidade, embora a interferência do Estado acabe por gerar frustração diante da continuidade da Cracolândia, justamente porque neste caso o poder público atua sobre os efeitos. Os sujeitos podem ser outros, mas o espaço segue ocupado pelo mesmo perfil, decepcionando quem presume ser simples a solução, embora as variáveis que atuam nesta conjuntura sejam diversas e conjugadas.

Como a solução instantânea não chega, desacreditam do serviço público e o que sobra a moradores e comerciantes é o sentimento de impotência. Aceitar a complexidade do caso tem desdobramento temporal, uma vez que implica em reconhecer que a mudança não se dá de imediato e que o panorama não se encontra sob o domínio da previsibilidade. Ninguém sabe quando, nem quantos, ingressam na rua, a cada dia, como forma de sobreviver. Às vezes instrumentos das ciências exatas ajudam a ler as ciências humanas. Em um estudo onde abrange empresas, nações e indivíduos, o matemático Thomas Sowell demonstra que seja qual for a área de atuação, o sucesso depende do atendimento a todos os pré-requisitos necessários à esta empreitada, e que basta não satisfazer um deles para a certeza do fracasso. No caso em questão, o pré-requisito para qualquer atendimento à população em situação de rua, incluindo quem frequenta Cracolândia, passa pelo aumento da infraestrutura da assistência social e da saúde, além do ingresso das demais políticas.

Isso fica evidente diante de fatos. A área insular de Santos possui 39,4 Km² e no censo realizado em outubro de 2019 (a Covid chegou ao Brasil em 2020), foram encontradas pessoas em situação de rua em 22 bairros. Para cobrir essa área, até março de 2024 o poder público disponibilizava dois carros e duas equipes na rua. Como Santos não realizou outro censo após a pandemia, não se sabe se a quantidade de viventes nas áreas livres da cidade aumentou, como ocorreu em São Paulo, e se chegou a mais bairros.

Por vezes a perda desse pré-requisito passa por uma mudança no outro, ou conjuntural, o que configura que não se tem controle sobre todas as variáveis que interferem na civilização. “Às vezes, uma única e inconspícua diferença circunstancial pode causar uma grande e histórica diferença nos resultados humanos” e o mesmo matemático completa seu raciocínio dizendo que “respostas emocionais nada dizem sobre o peso causal de diferentes fatores, por mais que possam modular cruzadas políticas e iniciativas governamentais” (Sowell, 2023, p. 124-125). A segurança é a primeira força disponível, à mão, dos governantes, mas não necessariamente a indicável tecnicamente.

Se através da segurança a presença do Estado na Cracolândia é frequente, nas políticas de Direitos Humanos o que se dá é a falsa presença. Como a ausência total

resultaria em situação embaraçosa, mostrar-se eventualmente impede dizer que o lugar não é atendido ou se encontra abandonado; porém o comparecimento esporádico dificulta qualquer planejamento. A falsa presença atua para dar a ilusão de serviço prestado, mas sem a retaguarda necessária à sua realização, pois o fim não é de fato desejado.

Vários mundos

A construção da Cracolândia como enclave passa por outra dicotomia, produzida pela era do algoritmo, onde de um lado parte da sociedade expande sua vida digital, enquanto populações em extrema pobreza e em situação de rua permanecem em estágio analógico ou transitório, devido as restrições no acesso à rede mundial de computadores. Empiricamente o conflito passa pelo fato de as redes sociais darem vazão às fantasias, traduzidas em postagens com lindas paisagens, experiências virtuosas, assertivas, quantidade crescente de amigos e curtidas. O imaginário mundo perfeito, descolado do factual, não suporta o contraste com a realidade corporificada no sujeito em seu caminho, que dorme no papelão, destituído até de privacidade, e que mesmo em silêncio perturba por nos lembrar do desemprego, das cíclicas crises econômicas, doença mental, abandono e da insegurança advinda de um tempo onde as certezas não existem mais. Ao invés de produzir alívio, a contemporaneidade amplifica o medo de errar, de se perder tudo e acabar na rua. A incerteza nos faz projetar o medo, representado pelo outro que sobrevive em área livre e do qual evita-se a aproximação, mantendo-o no anonimato.

E é justamente o verbo perder o ponto de intersecção e sofrimento entre a sociedade convencional e a população em situação de rua frequentadora de Cracolândia. Quem sobrevive em área livre, acumula perdas materiais e emocionais, experimenta à força o desaparego; de tão indesejado pelo sistema, o Estado lhe furta até os direitos civis, com a retirada de documentação, medicamentos e os poucos bens que consegue guardar são recolhidos pelo próprio poder público. Dá-se com uma mão e com isso ganha-se discurso junto aos defensores dos Direitos Humanos; retira-se com a outra mão, mantendo a retórica e a esperança de quem defende a pura e simples remoção do povo da rua. O discurso adequa-se à conveniência dos ouvidos de cada plateia.

Esse desvio banalizou-se a ponto de levar o Supremo Tribunal Federal no dia 25 de julho de 2023, a exigir das autoridades políticas de todo o Brasil que apliquem o Decreto Federal 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e cita explicitamente a proibição do “recolhimento forçado de bens e pertences, a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua e o emprego de técnicas de arquitetura hostil contra essa população” (STF, 2023, n.p). A

determinação ainda concedeu 120 dias para que o Governo Federal elabore o plano de ação e de monitoramento desta política, conforme consta na página do Judiciário na internet sob o título “STF determina que entes federados adotem providências para atendimento à população em situação de rua”. Pelo menos até 08 de março de 2024 o recolhimento dos pertences da população em situação de rua seguia sendo praticado por empresas ligadas ao poder público e sem a existência de organismo fiscalizador com poder disciplinar sobre essa conduta, que procura gerar incômodo para estimular a saída da cidade.

A Comissão de Direitos Humanos do Congresso aprovou a criação do Estatuto da População em Situação de Rua, do Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Os projetos são de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede Sustentabilidade-AP) e busca garantir acesso gratuito à alimentação, água potável, banheiro público e itens de higiene pessoal. A proposta ainda criminaliza a aporofobia e até 10 de março de 2024 não havia sido votada pelos congressistas. Como judiciário nenhum no mundo legisla sobre aquilo que não existe, não dá para negar a prática usual da remoção compulsória de objetos e de pessoas das áreas livres. Perdem seus poucos recursos materiais para o próprio Estado, a quem caberia a defesa dos vulneráveis.

E perder é justamente o verbo que empresários, trabalhadores e comerciantes não pretendem conjugar em nenhum tempo verbal, primeira, segunda ou terceira pessoa, seja no singular ou plural. A todo instante nega-se que perder seja uma possibilidade real da existência; enquanto na calçada, o corpo sujo e descalço do outro teima em nos lembrar do risco que representa viver. Cotidianamente a materialidade dos frequentadores de Cracolândia e das pessoas em situação de rua desmente a propaganda neoliberal que apresenta o sucesso ao alcance das mãos de todos, bastando desempenho. O embate entre fantasia e realidade deixa perdido(a) quem ainda não consegue decifrar a complexidade de uma era em transição. Em parte, isso explica porque alguns sequer conseguem encarar quem vive na extrema pobreza, o quanto essa realidade perturba:

Ninguém gosta de ser desprezado ou desprezada. Mas a crença meritocrática adiciona insulto ao dano. A noção de que seu destino está em suas mãos, de que você consegue, se tentar, é uma faca de dois gumes: por um lado é inspiradora, por outro, odiosa. Ela felicita vencedores, mas rebaixa perdedores, até mesmo do ponto de vista das próprias pessoas” (Sandel., 2021, págs. 38-39).

O mesmo Sandel chama atenção ao “pouco espaço para a solidariedade” que sobra do gerenciamento neoliberal e que faz da meritocracia uma espécie de nova tirania

(Sandel, 2021, p. 38). Não é difícil imaginar a condição de desamparo que fica aquele(a) que não consegue se sentir vencedor(a) no capitalismo. A dificuldade de convivência com coletivos transgressores de comportamento, por parte de alguns integrantes da classe hegemônica, se converte em pressão política que, na prática, equivale ao esvaziamento da cidadania, caso sejam atendidos os desejos de remoção forçada:

O espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos (...) cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem” (Santos, 2007, p. 59).

De tanto o poder público fechar os olhos à periferia, a vivência de pés descalços espalhou-se. Antes, a miséria, os viciados e o povo da rua se concentravam nas comunidades, longe dos olhos da elite e da classe média, confortavelmente instalados em seu lar, o que fazia da extrema pobreza algo abstrato, inodoro. No início do século XXI, chegaram e se instalaram até em área turística, como no José Menino, fizeram com que aquilo que no passado era número, agora tenha cara, nome e história. No plano inconsciente, o que a presença da população em situação de rua e usuária de drogas lícitas e ilícitas comunica é que ninguém está seguro indefinidamente contra as falhas desse sistema econômico. A vida insegura é a vida que nos aproxima e nos torna íntimos da indigência, da pobreza de recursos para nos proteger do capitalismo neoliberal, que fez da liberdade de mercado a arapuca para capturar desejos.

A distância favorece a existência imaterial, explicitada de forma poética pelo geógrafo apaixonado por seu ofício: “Por trás (do abstrato), cada vez mais, está o espaço cuja existência sabemos, mas não vemos, não tocamos, não cheiramos, não ouvimos, o espaço abstrato da localização, da repartição, da distância, dos limites (...) o espaço que só percebemos pelos corpos que ocupam lugar nele” (Moreira, 2019, p. 250). Neste ponto a experiência se concentra na percepção racional. Mesmo que se admita que a relação afastada com a miséria não iniba estímulos sensoriais, pois é viável se sensibilizar com sofrimentos e injustiças ocorridos ao longe, a distância se encarrega de conter as emoções, mesmo sem intencionalidade. Um fã, por exemplo, se emociona ao ver um artista de seu gosto por aparelho audiovisual, mas a carga emotiva não se compara com a experiência ao vivo.

A pobreza quando abstrata é uma condição do distante, abre espaço para manifestações religiosa, moral, política, sem necessariamente nos comprometer, ainda que se possa contribuir financeira ou emocionalmente com alguma causa, aderir a alguma petição pública. Ainda assim, seguirá longe. A pobreza quando encarada de perto, se abre

ao incômodo, seja da ordem sensorial, intelectual, nos confronta com pensamentos políticos, responsabilidade moral. Ninguém se sente intimado a tomar partido em uma questão social que transcorre no exterior. Participar, ou não, cabe exclusivamente a valores e motivações pessoais. Mas quando o drama se passa diante de nós, na nossa porta, até é possível não se tomar partido, mas o silêncio e a inação desaparecem. O fenômeno da população em situação de rua ilustra o impacto causado pela distância. Quando longe, o desconforto era menor; quando perto, não se fica indiferente:

Se no século XIX a atração cidade/campo esvaziou o espaço agrário de sua substância (cultural e social), no final do século XX, é a vez do espaço urbano perder sua realidade geopolítica em benefício único de sistemas instantâneos de deportação cuja intensidade tecnológica perturba incessantemente as estruturas sociais: deportação de pessoas no remanejamento da produção, deportação da atenção, do face a face humano” (Virflio, 2014, p. 12).

Tratar do território político na Cracolândia exige incluir a questão racial. Crack e Cracolândia existem impregnados de marcadores sociais, no imaginário coletivo associam-se a negros(as) e pobres, o que no micropoder se manifesta regularmente por via da repressão. Uma das formas perversas de discriminar o território e de quem o ocupa se dá pela dispersão dos serviços públicos garantidores de direitos, como se o fato de usarem drogas ao ar livre legitimasse a retirada da cidadania. Limita-se o sujeito a apenas consumidor múltiplo de entorpecentes, nega-se seu passado e futuro porque desconsidera-se sua história e o fato de serem adictos justificaria despojá-los de qualquer perspectiva fora do presente.

Essa lógica reducionista é incorporada, inclusive, até por quem teve sua cidadania recolhida e isso fica evidente no agradecimento religioso pelo trabalho da assistência social no território. Ao invés de receberem como direito, o que lhes abre à cobrança, o atendimento do serviço público é entendido como graça. Um pensamento cuja força ontológica brota do fim da escravidão, quando homens e mulheres são libertos, mas o Estado não os encaminha aos direitos civis. “Libertos da situação de cativo, quando da promulgação da Lei Áurea, continuaram, porém, excluídos, despossuídos” (Nogueira, 2022, p. 32) e a mesma autora constata que “o acesso do negro às instituições e instâncias sociais foi sempre tardio” (Nogueira, 2022, p. 144). A rua prova que pouco mudou. Lewis Gordon cita Du Bois, que identificou duas realidades americanas após o fim da escravidão: os(as) negros(as) serem cidadãos sem todos os direitos dos brancos e a vida consciente dessa realidade dual (Costa *et al.* 2023, p. 109). Dito de outro modo, os fins desejados pelos detentores do poder econômico levam à exclusão social (Casara, 2020, p. 25).

Para a discussão não ficar restrita à teoria, Gordon cita a passagem onde um homem negro se coloca como problema, não que ele se veja dessa maneira, mas que a sociedade branca ainda resiste à presença negra em todo espaço, sobretudo ao consagrado ao dono de capital. “Sempre que uma maioria da população apoia a escravidão ou qualquer outra iniquidade, ela é consistente com o liberalismo, na medida em que a maioria funciona como força legitimadora” (Costa, *et al.*, 2023, p. 114). A respeito da ideia de legitimação, Deleuze denuncia o peso da maioria como o “modelo ao qual é preciso estar conforme” (Deleuze, 2008, p. 214), não no sentido de aceitação, mas apontando para a força do poder hegemônico do homem branco e que resiste a qualquer questionamento.

O contraponto da relação entre maioria e legitimidade é abordado pela psicóloga Cida Bento, que se cerca de números para expor como a população negra é majoritária em espaços opressores, citando que a população prisional é negra (64%), que de cada três presas, duas são negras, além de a população carcerária feminina ter crescido 567,4%, de 2000 a 2014; e que o tráfico responde por 54% dos encarceramentos. “O racismo permite o exercício do biopoder” (Bento, 2022, p. 47-49) e mais, “os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo” (Bento, 2022, p. 74).

O sociólogo Jessé Souza é outro intelectual que orienta sua investigação dando o devido peso político às ações racistas e aporofóbicas praticadas no Brasil, uma dessas iniciativas foi liderar um grupo de pesquisadores que se dedicou ao estudo e entrevista de usuários de crack e sobre este território marginal (no sentido de ficar à margem da sociedade). O levantamento de dados, feito de 2014 a 2015, registrou que de cada dez usuários de crack, oito são negros e a mesma proporção não chegou ao Ensino Médio. Logo na introdução, alerta para o fato de que cada classe social tem sua estrutura familiar e modos de socialização, resultando em diferentes capacidades emocional, moral e cognitiva. “Logramos reconstruir um tipo de socialização familiar correspondendo a uma classe singular que depois fracassa na escola e é excluída do mercado econômico competitivo” (Souza, 2016, p. 23-25).

O trabalho de campo liderado por Souza, entre outros aspectos, apontou para a construção do pânico social em torno do crack, o que pode ter contribuído para estender a toda população negra periférica, os preconceitos e fantasias negativas despertados pelos corpos dos “crackeiros”.

Toda experiência psicológica, patológica ou não, apoia-se de formas diversas no corpo social. Por sua vez, do ponto de vista sociológico, um entendimento estrito das Cracolândias como apenas uma das variantes da marginalização social dos brasileiros pobres e negros não contemplaria completamente os significados das experiências individuais patológicas daqueles que, intoxicando-se ininterruptamente, agravam sua exclusão da cidadania. A aproximação da psicopatologia com a sociologia pode contribuir para iluminar elementos estruturais desse complexo fenômeno contemporâneo da sociedade brasileira (Souza, 2016, p. 164).

Outro sociólogo, Bourdieu, adverte não haver “espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (Bourdieu, 1997, p. 160). Essa verticalização é tanto interna quanto externa na Cracolândia. As normas sociais se impõem e se sobrepõe ao território, com os homens recorrendo à força, se necessário, para se colocarem acima da mulher usuária de drogas. Na Cracolândia, como na rua, não há espaço para demonstração de fraqueza, sensibilidade e é difícil à mulher escapar da opressão em área livre.

É sintomático verificar que ao se olhar a drogadição fora deste território estereotipado, o tratamento do poder constituído e do conjunto social muda. No artigo Drogas, Performance e Psiquiatrização na Contemporaneidade, Joel Birman demonstra o quanto as drogas sintéticas se disseminaram e ganharam a preferência dos usuários, por serem mais baratas, além de o crescimento da ingestão de fármacos, sobretudo psiquiátricos, ter sido acompanhada pelo aumento do comportamento compulsivo dos usuários dessas substâncias.

Segundo ele, “se a economia do narcotráfico se multiplicou e adquiriu ganhos incalculáveis, a indústria farmacêutica expandiu bastante os seus lucros, e a acumulação de riqueza por ela possibilitada se empreendeu de maneira exponencial”, acrescentando que pouco se fala a este respeito (Birman, 2014, p. 28), talvez por ser uma droga lícita, que movimenta a indústria farmacêutica mundial e o silêncio se justifique pelo fato do consumo não ser vinculado imagetivamente a pobres e negros. Outro aspecto trazido pelo artigo é a relação entre o consumo dessas substâncias com a pulsão de domínio, a masculinidade. Birman conclui que o resultado dessa performance é que a “disseminação da violência e da crueldade é um dos efeitos mais eloquentes desta modalidade de subjetivação” (Birman, 2014, p. 26). Tem-se que o uso de fármacos para efeito de drogadição, feito predominantemente por brancos, não integra a Guerra às Drogas.

Escrevendo sobre o racismo, Angela Davis afirma que “alguns dos sintomas mais evidentes da desintegração social só são reconhecidos como um problema sério após assumirem tamanha proporção epidêmica que parecem não ter solução” (Davis, 2022, p.

177), ela se referia ao crescimento do estupro e à nova onda de violência, no século XX, proporcionada pelo racismo nos Estados Unidos. Entretanto, esse diagnóstico permanece atual e se aplica a outro crescimento, o da população em situação de rua no Brasil e em outros países.

Diante de todo o exposto, é preciso número para se perceber a periculosidade da Cracolândia para a mulher?

2.3 Território Simbólico

Por vezes a atmosfera na Cracolândia lembra o filme *M, O Vampiro de Dusseldorf*, de Fritz Lang, lançado em 1931. No primeiro plano essa obra fala do assassinato sequencial de crianças e é evidente que não é este ponto que me remete à Cracolândia, mas sim a ambientação da história, ao suspense que brota da sensação de que algo de ruim está prestes a acontecer; da forma como o cineasta apresenta o medo social, que por vezes aparece de modo sutil. O sangue e a agressão, tão comuns em filme sobre assassinos, dão lugar ao vazio, às perdas e é isto o que se comunica em segundo plano, tanto na película quanto na Cracolândia: o humanismo parece desaparecer. No caso do filme, crianças; na vida atual, pessoas em situação de rua, frequentadoras de pontos de reunião para uso de entorpecentes, que aparecem pelo incômodo que causam, e desaparecem em cidadania.

A agressividade no filme brota pela ausência, assim como na Cracolândia do José Menino, pela ausência rotineira de políticas de Direitos Humanos. Essa falta que contribui para a violência é como se indiretamente retirasse o respeito por homens e mulheres só por estarem no chão. Usa-se a droga como desculpa para discriminá-los, porque é socialmente mais aceitável, mas a droga incomoda menos quando está na boca de empresários, integrantes da elite econômica, elite política, artistas, intelectuais, a classe média. Como há um resto de vergonha, aponta-se para substâncias psicoativas em lugar do pobre, do(a) negro(a). A pobreza incomoda, os despossuídos não têm lugar no mundo neoliberal, que valoriza a troca entre objetos. A troca que se pode extrair da experiência com quem sobrevive com pouco é descartada para ninguém se sentir obrigado(a) a refletir sobre o meio consumista de viver.

Na obra de Fritz Lang, nem sempre o assassino aparece, mas a presença incômoda é notada pelo fato do criminoso assobiar um trecho de *Peer Gynt*, suite nº 1, do clássico *Na Gruta do Rei da Montanha*, de Edvard Grieg. O perigo está à espreita, sente-se medo pelo que não se vê, presente-se, intui-se. Esse é o pano de fundo de *O Vampiro de*

Dusseldorf, o ambiente do fascismo, um perigo invisibilizado, que até sem falar diz quem tem direitos e quem não os tem, diferencia e classifica pessoas. Quem olha para a mulher correndo risco na rua e que usa crack em volúpia? Essa condição faz dela culpada a priori?

Se no filme a narrativa do suspense é sustentada pela música, o assobiar, no José Menino e em todo lugar onde há pessoas em situação de rua, o medo da pobreza se comunica até na ausência desse público, por meio dos sinais de sua passagem: o papelão e o cobertor largados, a roupa suja no chão, e o resto da comida que foi resto antes na mesa da classe média e agora fica espalhada pela calçada.

Na vida real, a burguesia assustada aponta quem tomou as áreas, antes livres, como as responsáveis pelo desamparo causado pela crise de uma contemporaneidade que não cessa de se transformar, sofrendo seguidas e profundas mudanças provocadas pela revolução tecnológica que dizimará empregos. Dessa dúvida brota insegurança, por vezes expressa pelo medo ao outro. A elite já prejulga e condena quem está em situação de rua e nas Cracolândias ao afastar-se, sem se dar conta de que “a defesa contra o sofrimento gera seus próprios sofrimentos” (Bauman, 2022, p.8).

As ideias de posse, status e competitividade tão disseminadas no ocidente, e que colocam o dinheiro no centro da vida, não fazem eco entre dependentes químicos. Viver na Cracolândia produz uma espécie de suspensão econômica desse sujeito, uma vez que o capitalismo se estrutura na produção e no consumo, e ambos escapam da prioridade de vida dos adictos. Apesar de se autoperceberem libertos, é a droga que os aprisiona ao capitalismo e às regras de seu jogo. É que a liberdade, principal conceito explorado pelo liberalismo que nasceu como alternativa ao feudalismo, não tem o mesmo poder de sedução junto a esse grupo. A liberdade capitalista é irmã do consumo e quem sobrevive em Cracolândia possui anticorpos à sedução consumista.

Byung-Chul Han sugere outra perspectiva para se olhar a contemporaneidade. O neoliberalismo, para ele, não é conduzido pela razão, mas produz tensões destrutivas e “a liberdade, tal como o neoliberalismo pretende que esta seja, é uma propaganda”. Este filósofo associa a exploração da liberdade como a forma de potencializar a produtividade e afirma que “essa é a lógica perversa fundamental do neoliberalismo” (Han, 2022, p.31). Tanto isso é verdade que em assuntos relacionados à população em situação de rua e aos usuários de drogas em área livre, o Estado é chamado não para intervir em proteção ao mais fraco; é o mais forte quem reivindica defesa à sua liberdade.

Para Milton Santos, objetos não existem fora da simbologia (Santos, 2020, p. 98), o que se aplica ao túnel do VLT, que representa acolhimento, proteção, volta ao útero; ou

seu contrário, vinculado ao medo, por não se ter clareza de seu interior, o escuro, o mistério, a sensação de local fechado. Parte dos frequentadores alega sentir dificuldade em sair do túnel, mesmo que seja para permanecer em outro ponto da Cracolândia. Costumam atribuir essa dificuldade a motivos místicos e alegam não saber explicar o que ocorre no próprio organismo, mas se referem a uma “força” que os segura no túnel. A força da atração exercida pelo túnel encontrou um jeito de sobreviver mesmo ao fechamento de suas laterais. Alguns se arriscam e se acomodam no vão deixado pelas estruturas de concreto instaladas na passarela central, mesmo com risco de acidente.

Analisando as adversidades modernas, Isildinha Nogueira resume essa situação como “a natureza humana não sabe lidar com o caos; o homem tem medo de se ver frente àquilo que ele não controla, seja tecnicamente ou simbolicamente”, completando que o sistema de representação evolui e torna-se modo de classificação de pessoas (Nogueira, 2022, p. 62). Esse campo simbólico da discriminação aparece até pela ausência, o que faz com que nem todos notem a violência direcionada. Por exemplo, a pouca quantidade de banheiro público não aparece como importante para a sociedade convencional, assim como os chuveiros públicos. Em Santos, essa infraestrutura urbana se concentra na praia, tendo como público-alvo banhistas e turistas. Nas áreas economicamente empobrecidas do Município, esse dispositivo social é escasso, e próximo à Cracolândia simplesmente não existe. Isso demonstra que ao mesmo tempo um equipamento pode ser disfarçado de coletivo, quando na prática é direcionado a um público específico e exclui outro. E sem alarde.

Assim como é difícil ao preconceituoso admitir seu preconceito, por vezes é difícil reconhecer uma realidade que nos contradiz, e isso decorre porque a realidade é dinâmica e nosso pensamento nem sempre a acompanha, e está disposto a seguir uma mudança do real que não mais nos favorece ou convém. “O imaginário compensa a falta na realidade” (Han, 2022, p. 28).

Ainda explorando a perspectiva simbólica, o corpo é o primeiro território, é a ele que se aprende a cuidar e a descuidar, sentir na pele e em seu interior o progredir do tempo. A fluidez espacial e as consequências físicas da opressão ficam claras, particularmente, nos corpos da Cracolândia. O que salta aos olhos de forma generalizada são mãos e pés enegrecidos pela cultura do crack, a roupa suja, o estar descalço/a, o cabelo alvoroçado, é a expressividade da exclusão impregnada no corpo. Quem está em situação de rua e não usa crack, ou não deseja ser associado a essa substância, não hesita em negar

seu consumo, o que explicitamente indica o peso social que seu estereótipo carrega. Não à-toa o sociólogo Jessé Souza a chama de “a cocaína do pobre”.

Mas o lugar que concentra usuários de drogas ilícitas e empresta a percepção de pertencimento a seus frequentadores, e a garantia de não serem julgados por sua estética, suas práticas, sua rotina que contraria as normas vigentes, produz posteriormente o efeito reverso. Pertencer a este ambiente é pagar o preço do apagamento social e de lidar com mais barreiras à consolidação da cidadania.

Se o corpo é território, Bourdieu nos ajuda a entender um pouco as motivações silenciosas que atuam na sociedade na direção de excluir determinados grupos. Bourdieu cunhou o termo *habitus*, que, simultaneamente, vem a ser o conjunto produtor de práticas, e de identificação e avaliação dessas mesmas práticas. Com isso, o sistema atua na elaboração de representações e de classificações de objetos, indivíduos e classes, inclusive a partir do intangível. Um dos *habitus* a que mais se recorre, de poder subjetivo e quase imperceptível, é o gosto. Como o *habitus* atua como espécie de mediador, no intermédio, o gosto de maneira sutil vai atuar na construção de mundos, selecionar quem cabe e, claro, excluindo os indesejáveis, o que abarca pobres, negros, a periferia, população LGBTQIAPN+, população em situação de rua e os(as) frequentadores(as) de Cracolândia, convenientemente chamados pelo *establishment* de invisíveis.

O gosto (ou o *habitus*) enquanto sistema de esquemas de classificação está objetivamente referido, através dos condicionamentos sociais que o produziram, a uma condição social: os agentes se autoclassificam, eles mesmos se expõem à classificação ao escolherem, em conformidade com seus gostos, diferentes atributos, roupas, alimentos, bebidas, esportes, amigos, que combinam entre si e combinam com eles, ou, mais exatamente, que convêm à sua posição. Mais exatamente: ao escolherem, no espaço dos bens e serviços disponíveis, bens que ocupam nesse espaço uma posição homóloga à posição que eles ocupam no espaço social. Isso faz com que nada classifique mais uma pessoa do que suas classificações (Bourdieu, 2004, p. 159).

Como um corpo produz cultura, estética, a Cracolândia e a rua criam linguagem e identificações próprias, que tendem à despersonalização. Ao contrário da sociedade convencional, no lugar do nome e sobrenome que as identifiquem e as mantenham ligadas ao sistema hegemônico, são os apelidos que se apresentam, às vezes mais de um. Mas os apelidos subtraem a família, encobrem a história individual, a origem; por vezes os apelidos mudam de acordo com o lugar, conforme a Cracolândia ou fora dela. Instaura-se a produção de uma identidade circunscrita a dado território e seus agentes.

Esse comportamento adapta-se ao que Judith Butler destacou como a força do “endereçamento”, alertando que existe uma violência embutida no ser endereçado que implica em responder as normas: ao nome, profissão, estado civil, o estar na rua. “O que

nos vincula moralmente tem a ver com a forma como somos endereçados pelos outros de maneira que não podemos evitar nem prevenir” (Butler, 2022, p. 159). A vinculação social é determinada pelo opressor, e não pelo oprimido, o que faz da mulher, historicamente depreciada pela cultura masculina, ser vinculada a valores negativos, o que no caso dessa investigação passa pelo agravo de ser majoritariamente negra, manter-se na rua e no consumo de drogas ilícitas.

As questões de linguagem e de endereçamento servem para Butler entrar na questão da identidade, da representação. Em alguns pontos do país a população em situação de rua se organizou em coletivos de luta e traçam pauta reivindicatória, mas hastear a bandeira da Cracolândia permanece um tabu, e na percepção da filósofa ao tratar dos indivíduos marginais, o que está em jogo não é tê-los como modelo, e sim o cuidado com a significância de vivências fora da norma padrão.

Quando consideramos as formas convencionais em que pensamos sobre a humanização e a desumanização, debatemo-nos com a suposição de que aqueles que são representados, especialmente os que têm uma autorrepresentação, têm também uma chance maior de serem humanizados, e aqueles que não têm essa chance de se representar corre um risco maior de serem tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos que humanos, ou, na verdade, de não serem vistos de forma alguma (Butler, J., 2022, p. 171)

Interpretando o ponto de vista apontado por Butler, a marginalização da Cracolândia e de quem a frequenta, esvazia o campo da representação e esta ausência explica, em parte, a desumanização do espaço. Como sugere Bourdieu, é preciso descobrir o poder “onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico e, com efeito, esse poder invisível, só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber quem são os sujeitos que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7-8). O poder desse simbolismo atua na elaboração de realidade, o que no caso da Cracolândia, significa a comunicação por gírias próprias, a capacidade de identificar situações de risco, ainda que esta habilidade fique neurologicamente comprometida pelo uso abusivo do crack.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força. Pelas relações de força que as fundamenta e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados” (Bourdieu, 1989, p. 15).

A própria linguagem acaba por apartá-los(las) do convencional. Se como diz Bauman, a “exclusão faz parte da natureza das coisas, é um aspecto inseparável de ser e estar no mundo” e “ninguém pode realmente declarar-se imune” à exclusão (Bauman, 2022, p. 198), o Estado Democrático de Direitos precisa oferecer alternativas para sair do estágio que Pierre Dardot e Christian Laval chamam de pós-democrático, com o que concorda o jurista Rubens Casara, alertando que o “pós-democrático é o Estado compatível com o neoliberalismo, com a transformação de tudo em mercadoria” (Casara, 2020, p. 25), o que resulta no abandono de mercadorias (pessoas) de menor valor.

Não à-toa Antonio Negri e Félix Guattari acusam o capitalismo de ter se tornado “a lei da cegueira, a lei das finalidades absurdas”, resultando em uma forma de vida de medo “transcendental, que infiltra a morte nas consciências individuais e polariza toda a humanidade” (Negri; Guattari, 2017, p.6-9). O que fica do território simbólico é a violência que o perpassa e à sua gente, desde o sucumbir da delicadeza às desqualificações verbais endereçadas a esse coletivo em razão de suas práticas, até buscar fundamentar nestas as razões para a supressão de sujeitos de direitos. É a agressividade muda do virar a cara para não testemunhar a violência explícita.

Por fim, e particularmente à mulher, sobretudo à negra, o viver na Cracolândia e pelas ruas embute a violência silenciosa da falta do teto, da desfiliação, que como explicou Saffioti, consiste numa “série de fatos sucessivos: desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, perda dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, cortes crescentes dos laços sociais, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão. Enfim, de perda em perda, o desfiliado encontra-se no não lugar” (Saffioti, 2015, p. 12). Para a mulher negra, essa condição não é apenas a falta do espaço que deveria ser de acolhimento e proteção, remete inclusive à perda do local de trabalho para algumas.

Resumindo o capítulo, a violência simbólica nos fala até pelas ausências: os sinais da presença de pessoas em situação de rua, nas roupas abandonadas pelo chão, no papelão usado como colchão; ou na renda média que é tomada como medida de bem-estar e que nos leva a interpretar a desigualdade nem como perigo, muito menos como a origem de problemas, como decifrou Bauman (Bauman, 2022, p 9). A violência simbólica está na estética usada para separar não só da convivência, mas dos direitos civis. Essa agressividade que por não ser facilmente identificável, enfrenta menos resistência para permanecer.

Por não ser facilmente identificável, mesmo a violência sutil se enquadra naquilo que Hannah Arendt chamou de “flagrante manifestação do poder” (Arendt, 2001, p. 31), acrescentando que “aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes ou os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência” (Arendt, 2001, p. 63). Como poucos personagens se tornaram tão despossuídos de poder como a população em situação de rua, com perdas ainda maiores para a mulher, e a negra em particular, involuntariamente ela ocupa a condição de alvo fácil e frágil de um sistema que elege quem tem direitos.

CAPÍTULO 3. UM “RIZOMA” CHAMADO CRACOLÂNDIA

Antes de se explicar esse fenômeno social enquanto rizoma, precisa-se chegar ao acordo de que aquilo que define a Cracolândia é o compartilhamento da droga, o que pressupõe uma prática feita por, no mínimo, duas pessoas. A partir disso esse ambiente vai se distinguir em quantidade de participantes, se aberto ou fechado, e em subjetividades relacionadas a este território e a quem o frequenta. Concebê-la exclusivamente como lugar aberto, periférico e composto por pobres e negros(as), além de não corresponder à realidade, só serve para alimentar insidiosa exclusão. Se aceito que o compartilhar é sua essência, pode haver Cracolândia também em imóveis de todas as classes sociais, com a vantagem de não ser visto dessa forma, tirar o peso desse rótulo, não ser superlotado e, principalmente, escapar do estereótipo que o crack carrega.

É fato que majoritariamente são pessoas em situação de rua que circulam em Cracolândia ao ar livre, mas o território também é frequentado, direta ou indiretamente, por quem possui residência e usa droga ilícita. O comportamento desse público externo se divide em três grupos: alguns entram na Cracolândia, compram o que desejam e saem; outros socializam um pouco com os demais dependentes químicos e partem, e, por fim, quem não deseja ser visto nesse ambiente faz contato com alguma pessoa em situação de rua que vai até a Cracolândia, compra a droga para ela e depois entrega a encomenda. Geralmente esse comprador fica com parte da substância psicoativa, enquanto o dono do dinheiro recebe a mercadoria e vai embora.

Em Santos, o serviço de abordagem social atua com regularidade nas Cracolândias dos bairros José Menino, Chinês, Paquetá e Vila Nova. Empiricamente, quem entra em uma Cracolândia vai na outra. Por determinado período pode se fixar mais em uma, mas esse comportamento é temporal.

O conceito de rizoma será aplicado no território onde acontece esse estudo em virtude de ser acompanhado mais de perto, mas é viável sua adoção em todas as cracolândias, com as devidas particularidades e adequações. A ideia de rizoma tem por base a heterogeneidade e a multiplicidade, qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro, compreende territorialidade física e não-física, por isso pode ser concebido como um mapa, que deve ser produzido, construído e modificado por linhas de fuga:

Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças (...) o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, e seguindo-a, a

multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 31).

Na dinâmica da Cracolândia, a heterogeneidade e a multiplicidade se referem ao leque diversificado de seus frequentadores, independentemente de sua origem, orientação sexual, idade, classe social, raça, disposição de consumir muita ou pouca droga. Não importa o que motiva o uso de entorpecentes, tampouco se vai gerar dor de consciência, crise religiosa, sentimento de culpa. Nesse espaço não-uniforme inexistem hierarquias, as relações são entre iguais (horizontais), existe vínculo com o território, mas não dependência. É isso o que se trata quando Deleuze escreve que o rizoma tem direções movediças, é sempre movimento, produção.

No cotidiano isso se traduz na intensa movimentação desse espaço. A quantidade de frequentadores muda a todo momento, geralmente o ponto que atrai o maior número de usuários era o interior do túnel (totalmente fechado nas laterais em outubro de 2023), mas por vezes a concentração migra para a extremidade de São Vicente. É uma dinâmica interna, construída pelas relações e pelo peso do dinheiro, que compra o crack e atrai mais usuários a qualquer parte desse território, que é fluido.

Na obra *A Natureza do Espaço*, o geógrafo Milton Santos não escreveu sobre Cracolândia, mas quando trata da universalidade das coisas, aproxima seu pensamento ao do rizoma. “O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento (...) Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (Santos, 2020, p. 118). E a Cracolândia se subdivide, se reconfigura cotidianamente. Deleuze chama esse movimento de linhas de fuga, que acontecem nos territórios, sendo que esse termo se refere tanto à terra quanto ao indivíduo. Em sua teoria, desterritorialização e reterritorialização atuam como se fossem um dínamo social. Assim o fazem frequentadores de Cracolândia.

Ler relações sociais de forma rizomática ajuda a interpretar determinados comportamentos pessoais e coletivos, permite ir além do pensamento binário, se abrir a outras formulações. “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas”, resumem os autores logo na capa do primeiro volume de *Mil Platôs*, obra que se apoia na ideia de multiplicidade e de intermináveis conexões. A Cracolândia não tem começo, fim, formato, nada em seu interior é definitivo, nem mesmo o consumo de droga é permanente, por mais inacreditável que isso possa parecer a quem desconhece o lugar.

Alguns permanecem nesse espaço porque o longo período em uso seguido de crack, impacta negativamente na alimentação e o usuário perde peso em pouco tempo, lhe conferindo um aspecto reprovado fora dali. Ficar na Cracolândia é uma tentativa de se proteger da censura, se recuperar, de se preservar externamente, escapar das críticas, mas de forma ambígua, a continuidade no mesmo espaço expõe ao desejo, favorece à recaída:

A crueldade não tem nada a ver com uma violência qualquer ou com uma violência natural, com que se explicaria a história do homem; ela é o movimento da cultura que se realiza nos corpos, se inscreve neles, domesticando-os. É isto o que a crueldade significa; a cultura da crueldade não é um movimento da ideologia, mas sim um movimento que mete à força a produção no desejo e, inversamente – igualmente à força –, o desejo na produção e reprodução sociais. Porque até a morte, o castigo e os suplícios são desejados e são produções (Deleuze; Guattari, 2004, p. 149).

O território, na descrição de Deleuze e Guattari, é mais que o apontado pela geografia, trata-se do resultado da territorialização, o que significa que só existe território quando há expressões de ritmo e de qualidades capazes de definir esse espaço, dando-lhe uma personalidade, uma “assinatura”. A Cracolândia reproduz em parte a organização coletiva tradicional, sobretudo no que se refere ao privilégio masculino e ao uso da força enquanto argumento capaz de convencer e intimidar. Mas representa ruptura ao sinalizar uma vida com menos apegos, menos competição e produtividade. Gostem ou não, esse espaço tem assinatura, personalidade própria.

Os autores franceses fazem referência à geografia para demonstrar a diferença entre a concepção convencional da vida e a esquizoanálise. Logo na apresentação do volume 4 de Mil Platôs, eles pontuam que enquanto o Estado trafega por um espaço cheio de relevos, estrias, o rizoma é liso, imaterial, capaz de entrar e sair por qualquer lado, direção. A ideia desenhada pela dupla traduz a representação da Cracolândia, que pode ser acessada por diferentes pontos, inclusive sem ligações espaciais explícitas.

Pela concepção da esquizoanálise, um “rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais”. (Deleuze; Guattari, 2000, p. 14). Este conteria o princípio da multiplicidade, da heterogeneidade, abrindo-se para o crescimento a partir de agenciamentos, produzindo conexões e movimentos (Deleuze; Guattari, 2000, p. 15-16). Essa percepção resume a dinâmica tanto da Cracolândia quanto de seus frequentadores, que a todo instante escapam das normas convencionais, criando dificuldade de entendimento de seus comportamentos.

A percepção das relações como rizoma e da vida do ponto de vista da esquizoanálise, que se concebe como diversa e com potência, entra em choque com a organização humana convencional. Para Fuganti, “o Estado, a família, as igrejas, as instituições moralistas de um modo geral despertam em nós paixões tristes, pois querem que sejamos impotentes, dependentes e obedientes” (Fuganti, 2021, p. 109).

O Estado, a razão ou a ciência, a moral ou a lei, pretendem sempre definir e limitar a essência de alguma coisa por ideias modelares e fixação de atributos ao caráter e essa coisa deve ser conduzida a obedecer a tal definição para que funcione segundo os interesses de quem a classificou. Se a coisa agir contrariamente a definição, transgredindo os limites impostos por ela (...) ouvimos atribuições tais como fora da lei, imoral, criminoso, louco, ladrão, irracional, doente mental, perverso, marginal, excêntrico, desajustado, incestuoso, adúltero e tantas outras conhecidas” (Fuganti, 2021, p. 110).

A esses ataques pode-se incluir a pessoa em situação de rua e o drogado, que por vezes se confundem em um só personagem. O Governo Federal adota a expressão desalento, que abrange trabalhadores(as) que desistiram de procurar emprego com carteira de trabalho assinada depois de inúmeras reprovações em processos seletivos. Comportamento semelhante identifica-se entre algumas pessoas cuja vida na rua se cronificou, um coletivo que demonstra desalento com relação às instituições sociais, que só servem aos enrijecidos, foi ultrapassada pela sociedade líquida e nem percebeu.

CAPÍTULO 4. CIDADANIA NEOLIBERAL

Até aqui apresentou-se o percurso do trabalho no serviço público e considerações a respeito da violência contra a mulher na Cracolândia, que estimularam o projeto de mestrado profissional. Em seguida expôs-se o território, que, dada a sua relevância e mistério, se constitui em objeto paralelo do estudo, observado nas configurações material, política e simbólica. E compara-se a Cracolândia ao conceito de “rizoma”, proposto por Deleuze e Guatarri, provando, principalmente, que o espaço tem importância relativa ao usuário de drogas ilícitas, que quem permanece preso ao lugar é o Estado, munícipe e comerciante, demonstrando que os efeitos práticos das ações policiais são ineficazes do ponto de vista da dependência química, e questionáveis em relação à segurança pública.

Agora, precisa-se entender como chega-se coletivamente à criminalização universal de frequentadores da Cracolândia e que resultou na simulação de cegueira, surdez e mudez social ante o sofrimento das mulheres que vivem esse espaço, sobretudo às negras, cujas expressões parecem despertar desprezo ao invés de empatia.

Muitos podem ser o ponto de partida a essa investigação, mas a adoção em si de um início demarcado nos induziria a uma perspectiva de relevância histórica, e se fosse factual, no lugar da discussão sobre a origem da desumanização dos adictos haveria uma data de nascimento dessa discriminação. Como isso não ocorre e nem temos de pronto essa resposta, parece ser indício de que essa transformação se deu de forma gradual e com alguma discrição para passar despercebida por parte do público. E mais, como o alvo da pesquisa compõe a população em situação de rua, composta em sua maior parte por afrodescendentes, como apontam os censos realizados em Santos, até 2023, parece forçoso que a análise abarque aspectos de racismo, misoginia e aporofobia, o que por uma questão de lógica nos remete a assumir a reflexão pela perspectiva racial, e nesse sentido servirão de guias as obras de Charles Mills, Aquille Mbembe, Frantz Fanon, Jessé Souza, Du Bois, Heleieth Saffioti e Angela Davis.

Em Contrato Racial, logo nas primeiras linhas da introdução de sua obra, Charles Mills afirma que “a supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje”, demarcando que as teorias políticas e os regimes governamentais sempre mantiveram no norte a interpretação racial da realidade. Mills demonstra como o hoje, na prática, é atemporal, se arrasta desde os socráticos, percorre diferentes pensadores e exclui homens e mulheres negros dos modelos de sociedade,

como se não fossem humanos, e a partir dessa exclusão ficam alheios à cidadania, o que significa ser colocado à margem da Justiça, ou posto de forma enviesada.

Platão, Aristóteles, Locke, Kant, Hobbes, Rousseau, só para citar alguns filósofos, apesar das diferentes visões políticas, todos têm em comum o fato de serem homens brancos e orientarem seus pensamentos a partir desse prisma, tornando-o padrão. Os diversos tratados sociais propostos pelo ocidente, no melhor cenário ignoram os não-brancos, no pior, não são concebidos como integrantes da humanidade. O contrato racial inclui o negro na vida social, o que faz dele uma convenção “política, moral e epistemológica” (Mills, 2023, p. 41) expondo os não-brancos sendo tratados como objetos ao invés de sujeitos do acordo (Mills, 2023, p. 44), como os selvagens e os bárbaros (Mills, 2023, p. 46) da história, em relatos escritos por mãos brancas.

O que o professor de filosofia comprova é que no transcorrer dos séculos essas ideias ofereceram a base que separou o mundo entre pessoas e subpessoas (Mills, 2023, p. 50); cuja incapacidade do colonizador em compreender populações diferentes, não o intimidou a dispor da força para sujeitá-las (Mills, 2023, p. 52):

Em questões relacionadas à raça, o contrato racial prescreve para seus signatários uma epistemologia invertida, uma epistemologia da ignorância, um padrão particular de disfunções cognitivas localizadas e globais (que são psicológica e socialmente funcionais), produzindo o resultado irônico de que os brancos, em geral, não serão capazes de compreender o mundo que eles próprios criaram (Mills, 2023, p. 52).

Curioso notar que o colonizador branco, termo aplicado para tentar atenuar sua condição de invasor, é quem define para a história o povo vítima de violência (a invasão é a violência primeira nesse caso) como o estranho, o que lembra o “ser do não-ser” do estrangeiro (Derrida, 2003, p. 11), o não reconhecimento do ser que não se conhece e se quer dominar.

Mills ajuda a que se perceba o nem sempre sutil apagamento do não-branco. Um exemplo é a diferença com que se registra a cor dos mortos e o disparador de empatia. Com justiça o assassinato de aproximadamente 6 milhões de judeus, na II Guerra Mundial (Mills, 2023, p. 148) horroriza até hoje e o holocausto é retratado em dezenas de filmes, livros e outras artes. No entanto, nem a história, nem a arte, oferecem dedicação equivalente para expor os massacres na Etiópia, Madagascar, Vietnã, Argélia, Malásia, Quênia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Namíbia (Mills, 2023, p. 131). Se o horror se relaciona aos números e não aos princípios humanos para justificar a ênfase ao holocausto judeu, como a mesma lógica explica o silêncio do poder e das artes ante os 10 milhões de mortos somente no Congo? (Mills, 2023, p. 146).

O mesmo autor cita a anotação feita por um médico do governo da Austrália que evidencia a barbárie que recaiu sobre uma parcela da população do norte da ilha: “era notório que os negros haviam sido abatidos como corvos e que ninguém dava atenção” (Mills, 2023, p. 133). Sim, as violências raciais não despertam comoção nos donos do poder, que são aqueles que irão direcionar as narrativas da história oficial e, se for preciso, apagam o registro da existência dos indesejáveis, como comprovam os registros fotográficos no túnel do VLT, exibidos adiante no Capítulo Pesquisa de Campo. O contrato racial permanece em vigor.

Outro exemplo é a violência interna na Cracolândia, contra a mulher que vive nesse território, e como aponta Mills, o fato dessas pessoas serem “inadequadas” devido ao comportamento desviante (Mills, 2023, p. 94) levam ao apagamento dessa violência, que não aparece em qualquer controle estatístico oficial sobre violência de gênero e etnia. Um território que existe apenas pela perspectiva externa. “Há custos de angústia e sofrimento que nunca podem ser compensados” (Mills, 2023, p. 76), lamenta Mills, se referindo aos efeitos discriminatórios contra os negros. Lembrando que a opressão das mulheres é a mais antiga, ele sublinha o racismo para a condição feminina. “Na medida em que essas normas são aceitas, os negros serão as raças mais alienadas de seus próprios corpos – um destino particularmente doloroso para as mulheres negras” (Mills, 2023, p. 103), sem que isso diminua a carga que afeta toda coletividade de afrodescendentes. Assim, à coloração da pele busca-se associar valores, conceitos para forjar a justificativa à classificação entre os povos, a criminalização seletiva, enfim:

Cabe entender o racismo como ideologia como algo que mira tanto a mente dos não brancos quanto dos brancos, inculcando a subjugação. Se o contrato social exige que todos os cidadãos e pessoas aprendam a respeitar a si mesmos e uns aos outros, o contrato racial prescreve autoaversão e deferência racial não brancas aos cidadãos brancos. O triunfo final dessa educação é que eventualmente se torna possível caracterizar o contrato racial como *consensual* e *voluntarista*, mesmo para os não brancos (Mills, 2023, p. 136).

Para o pensamento feminista negro é transparente como a água pura a diferença entre autodefinição e autoavaliação de seus corpos. O primeiro rediscute o “processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina”. O segundo, substitui as “imagens externamente definidas” por “imagens autênticas de mulheres negras”. É o esforço para desconstruir estigma e construir a realidade livre da validação do pensamento produzido pelos brancos (Collins, P. H., 2016, p. 102). Outro pensador negro, Achille Mbembe sinaliza não nutrir dúvidas a respeito do impacto contratualista para a população negra e a apresenta como:

produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria (Mbembe, 2014, p. 19).

Para aprofundar raízes e se impor mundialmente na concepção contratualista, o racismo se tornará integrante da economia. Em *A Riqueza das Nações*, um dos textos formuladores do liberalismo europeu, seu autor, o escocês Adam Smith, apresenta conceitos voltados tanto aos donos do capital quanto da mão de obra, e expõe critérios para justificar o lucro do primeiro e o salário do segundo. Em diversos momentos de sua obra associa a separação de interesses à natureza humana, sugerindo indiretamente a supremacia branca como da ordem natural. Algo que só pode partir de quem é favorecido por esse tipo de pensamento. Ele propôs a divisão do trabalho e escreve uma espécie de manual para a concentração de riqueza e a segurança. Mas não há trabalho nem segurança para todos. Repete Hobbes ao dizer que “riqueza é poder” (Smith, 1996, p. 88) e deixa isso claro ao escrever que “sua fortuna é maior ou menor, exatamente na proporção da extensão desse poder, ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio” (Smith, 1996, p. 88).

Concebe o Estado como o agente legalizador do acúmulo de capital, sem propor dispositivos de reversão dessa premissa; e a estrutura para manter em pé esse edifício liberal se sustenta em dois pilares: os “fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural” (nega a economia como criação humana) e que para esse ordenamento ser exitoso requer “liberdade individual”.

A justificativa para tudo é a “defesa do interesse próprio nessa esfera das relações humanas, com base na ideia de que da busca do interesse individual resultam benefícios sociais” (Smith, 1996, p. 15), o que se revela pura especulação lógica, uma vez que inexistente tal garantia. Trata-se de um raciocínio indutivo, parte de uma premissa particular (interesse individual) para chegar a uma conclusão coletiva (benefícios sociais). Mais de três séculos após a publicação dessa obra, a mágica liberal não se comprovou, mas o princípio segue sendo replicado para justificar o acúmulo do lucro de poucos e a exclusão de muitos.

O foco do pensamento dista de qualquer preocupação em relacionar crescimento econômico com distribuição de renda e igualdade social. O uso semântico que se faz do termo liberdade, apresentada como de “ordem natural”, se converte no canto da sereia

para a classe trabalhadora, e sobretudo aos negros(as), que ficarão presos nas amarras invisíveis da subordinação, uma vez que nunca a liberdade e o direito à propriedade foram estendidos aos negros como condições naturais. O fato é que para as comunidades estigmatizadas, a “Servidão Voluntária”, como aponta Boétie, tem no medo o sentimento capaz de inibir “o esforço de reivindicar seus direitos” (De La Boétie, 2020, p. 19). Ao que parece, a “disposição de submissão se tornou tão profundamente enraizada em uma nação que o próprio amor à liberdade agora parece não ser mais natural” (De La Boétie, 2020, p. 20).

A liberdade não se encontra ao alcance de todas as mãos, como sugere o liberalismo. A Riqueza das Nações, é citada por Mills como um dos exemplos de fundamentações teóricas concebidas a partir do homem branco. Mesmo reconhecendo que o termo escravo teve designações diferentes ao longo da história (na Grécia antiga se referia a trabalhadores domésticos e presos de guerra) e que o conceito de liberdade tenha diversas interpretações filosóficas, essas adequações jamais foram refeitas pelo capitalismo. Assim, a teoria que nasce discriminando a humanidade pela cor da pele, nunca se interessou em rever a raiz do desamparo social, pelo contrário, o neoliberalismo aprofundou-o. A discriminação fica evidente em algumas passagens do livro:

Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los. Não é difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas. Os patrões, por serem menos numerosos, podem associar-se com maior facilidade; além disso, a lei autoriza ou pelo menos não os proíbe, ao passo que para os trabalhadores ela proíbe. Não há leis do Parlamento que proíbam os patrões de combinar uma redução dos salários; muitas são, porém, as leis do Parlamento que proíbem associações para aumentar os salários. Em todas essas disputas, o empresário tem capacidade para aguentar por muito mais tempo. Um proprietário rural, um agricultor ou um comerciante, mesmo sem empregar um trabalhador sequer, conseguiriam geralmente viver um ano ou dois com o patrimônio que já puderam acumular. Ao contrário, muitos trabalhadores não conseguiriam subsistir uma semana, poucos conseguiriam subsistir um mês e dificilmente algum conseguiria subsistir um ano, sem emprego” (Smith, 1996, p. 119).

O que se evita colocar no centro da mesa para debate é o drama social. As crises surgidas na década de 1930 e na II Guerra Mundial estimularam diversas nações a implementarem o Estado de Bem-estar Social, mas como em três décadas os países não eliminaram conflitos humanos milenares, o liberalismo ressurgiu com força nos Estados Unidos (Ronald Reagan, 1981-1989) e Reino Unido (Margaret Thatcher, 1979-1990) na forma do neoliberalismo, e a partir da década de 1980 prepararam a saída do Estado dos programas sociais. “O estado de bem-estar social (...) não pode ser compreendido apenas

em termos de direitos e garantias” (...) “precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social”, escreve Gurgel, C. e Justen A., citando Esping-Andersen (1991, p. 99).

Com o neoliberalismo também não respondendo aos anseios dos indesejados socialmente, a rejeição aos desprovidos de economia se acomodou no cerne das relações interpessoais. “A pobreza introduz a discriminação negativa” (Cortina, 2022, p. 153), sentencia a professora emérita de Filosofia, Adela Cortina, acrescentando que quem despreza assume implicitamente a posição de superior, se imagina com direito de julgar o(a) outro(a), passa a associar valores morais a esse(a) estranho(a) como forma de buscar legitimar sua discriminação. O que por si já é violência. Em oposição à retórica liberal, a autora cita Amartya Sen, para quem a pobreza é falta de liberdade e aponta ao imperativo moral, que conduz ao “pertencimento mútuo” e ao “respeito à dignidade do outro” (Cortina, 2022, p. 119).

Para reforçar seu ponto de vista, Cortina recorre a outro mestre, Jeffrey Sachs, que identificou três grupos de pobreza econômica: a extrema (não conseguem satisfazer necessidades básicas e sem ajuda externa não deixam a pobreza); moderada (as necessidades básicas são atendidas de forma precária); e relativa (renda familiar abaixo da média nacional). Sachs denuncia a “armadilha da pobreza”, que consiste na queda da renda, geração por geração (Sachs, 2005, p. 233).

Mas a pobreza a que Cortina se refere ultrapassa o mundo dos números, invade as esferas ética e política de forma combinada; conceitua pobreza como a “impossibilidade de realizar os projetos de vida” e ainda inclui nessa categoria o analfabetismo e os mais atingidos pela mortalidade infantil, expectativa de vida, alimentação e moradia (Cortina, 2022, p. 152-153). Ela chama de aporofobia essa aversão ao pobre; sublinha que o medo e o ódio despertados têm como alvo geralmente um indivíduo desconhecido (Cortina, 2022, p. 22) e que “o pior castigo que pode ser dado é a condenação à invisibilidade, ao desconhecimento da existência do outro” (Cortina, 2022, p. 118). A observação feita pela filósofa aplica-se à perfeição ao que ocorre com as mulheres usuárias de substâncias psicoativas, frequentadoras da Cracolândia do José Menino (VLT), cuja violência é silenciada pelo desconhecimento gerado pela falta de notificação dessa ocorrência.

O direito a uma vida sem pobreza é um direito das pessoas, ao qual corresponde o dever das sociedades em fornecer os meios para garanti-lo. É o que decorre do reconhecimento de que o ser humano tem dignidade e não apenas um preço. É verdade que a proteção desse direito também tem repercussões positivas para a paz social e isso é uma excelente notícia, porém,

ajudar a sair da armadilha da pobreza é correlato ao direito das pessoas a viver uma vida em liberdade” (Cortina, 2022, p.167).

Cortina classifica a manutenção da pobreza como “patologia moral” e adverte que a aporofobia se projeta nas formas de outros preconceitos, como misoginia, racismo, homofobia e xenofobia. No caso do público-alvo dessa pesquisa, toda mulher que frequenta a Cracolândia incorpora as violências da misoginia; a maioria, a do racismo; e outra parcela, a da homofobia e transfobia. Algumas carregam o peso de todas essas discriminações. Na prática, a discriminação estimula a permanência nesse território como meio de proteção ao preconceito e indiretamente forma-se uma identidade grupal.

O jornalista Andrew Solomon, que investigou questões identitárias de minorias como gays, anões, surdos, portadores de autismo, síndrome de Down, transgêneros, entre outros, divide esses indivíduos em identidades de formação vertical e horizontal, sendo a primeira transmitida de pais para filhas(os), como a etnia, por exemplo, enquanto a outra se refere ao reconhecimento entre iguais, como os gays e os usuários de drogas ilícitas. “As identidades verticais”, diz Solomon”, em geral são respeitadas como identidades; as horizontais são muitas vezes tratadas como defeitos” (Solomon, 2019, p. 15).

Somente o detentor do poder consegue transformar diferenças em classificações sociais, e com isso atribuir escala de valores aos grupos, o que serve para alimentar o que Mbembe chamou de “mito da superioridade racial”, tendo o mito papel importante na fundamentação do poder (Mbembe, 2014, p. 27).

No livro *Crack e Exclusão Social*, encomendado pelo Ministério da Justiça e Cidadania, cuja 1ª edição foi lançada em 2016, o sociólogo Jessé Souza organizou e coordenou um grupo científico com 16 pesquisadores que buscaram aprofundar o conhecimento sobre os efeitos sociais do crack, inclusive sua simbologia e constataram que comumente ela é designada como “droga-lixo, a cocaína dos pobres, consumida por desclassificados sociais que mantêm seu sustento catando lixo” (Souza, 2016, p. 142). No capítulo dedicado ao fumo da pedra na rua, expõe como essa prática é vinculada à violência, resultando na desqualificação da cidadania dos adictos.

O Estado apenas reproduz os consensos sociais opacos que legitimam a construção de cidadãos de primeira e segunda classe, de gente e de subgente. Por trás de toda a violência praticada por agentes do Estado está a construção social da subcidadania, de pessoas que não possuem nenhum valor e por isso podem ser violentadas (Souza, 2016, p. 155).

Tem-se, no entanto, a naturalização das agressividades, seja qual for sua forma de manifestação. O sociólogo Sérgio Adorno, um estudioso do problema, em entrevista ao *Nexo Jornal* (Adorno, 2017) destaca que “lidamos com a violência como se a violência

fosse um dado normal das relações sociais”, e a “violência (...) é algo que nos divide, que acentua as desigualdades sociais, temos que problematizar a violência por esse efeito político”.

4.1 Cracolândia

O estudo empírico-epistemológico atribui o surgimento das Cracolândias ao isolamento dos excluídos pelo neoliberalismo, ressaltando não ser algo casual, tampouco provocado apenas pela pobreza, e refuta a ideia de que a rua se limita à “ausência de um local íntimo e pessoal para se viver” (Souza, 1996, p. 175). A sua interpretação é de que neste território o sujeito faz parte e é dominado por um coletivo, uma subordinação ao mesmo tempo, internamente identitária, e externamente segregacionista.

Os pesquisadores identificaram três perfis de consumidores de crack: trajetórias psicóticas – pessoas com transtornos psicóticos não tratados e sem apoio social; trajetórias com preservação do passado – mantém viva a história pessoal e costumam ter dificuldade de relação familiar; e trajetórias do presente absoluto – dificuldade em projetar planos futuro, a vida é um eterno estado presente (Souza, 2016, p. 177–182). Na apresentação do livro, Souza lembra que em 2010 o tema das drogas passou a chamar a atenção da mídia, e o crack em particular, costumeiramente atrelados a pobres e negros(as). Referenciando o aspecto preconceituoso apontado por Souza, estatisticamente, o “consumo de crack é menor que o de álcool e o de algumas outras drogas, bem como que o álcool e o tabaco são as que mais causam agravos à saúde e ônus ao poder público” (Ribeiro; Nascimento, 2020, p. 4), mas o crack segue ocupando o centro das acusações dirigidas ao usuário de drogas.

O sociólogo que dedica parte de sua carreira acadêmica ao estudo das sociedades periféricas, substituiu o “racismo explícito”, dado pela cor da pele, pelo termo “racismo implícito”, onde a humanidade se vê hierarquizada pela ideologia capitalista, pelo neoliberalismo, concepções fantasiosas de que uns são superiores a outros, mas um conceito que empiricamente se apresenta dominante e vincula os superiores ao espírito, os inferiores ao corpo; superiores ao trabalho intelectual, inferiores, ao serviço braçal; superiores, ao branco e inferiores, ao negro. “Todo domínio social de fato tem de ser legitimado simbolicamente por ideias” (Souza, 2018, p. 12) resume. Em sua opinião, deveríamos combater as articulações de dominação e os princípios estruturantes que resultam na “constituição de uma gigantesca ralé de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas” (Souza, 2018, p. 264).

A violência corporal como sinal de virilidade das classes inferiores apenas fragiliza e criminaliza uma reação em si já estigmatizada pela ordem dominante. De resto, toda a violência pré-política dos excluídos apenas legitima o uso da violência institucionalizada indiscriminada contra eles. Se a lei formal prega a igualdade de todos, são esses mecanismos invisíveis que produzem e justificam a desigualdade permanente ao arrepio da regra jurídica (Souza, 2016, p. 48).

Outro aspecto substancial apontado pelo sociólogo é de que fatores inconscientes, ou pré-reflexivos, agem na motivação das atitudes humanas, e que a elaboração de valores morais usados para classificar pessoas, “conduzem ao desespero do comportamento autodestrutivo” (Souza, 2016, p. 30), como no caso do consumo de substâncias psicoativas. Na investigação dirigida por Souza sobre as formas de vida do crackeiro, constatou-se a concentração de “diversos desvios” e que os vínculos criados entre eles são: pertencimento de classe (usuário de droga ilegal em situação de rua), clivagem de gênero (masculino), cor/raça (negra) e habitus precário, que em sua concepção trata-se da “ausência de disposições planificadoras”. As violências simbólica e ideológica, por sua vez, para se configurarem como legitimadoras da “desigualdade fática”, precisam que “o oprimido pela violência aceite as alcunhas como legítimas” (Ribeiro; Nascimento, 2020, p. 4).

Ainda que esta pesquisa não seja quantitativa e nem busque nessa base seu principal argumento, a cultura ocidental valoriza os números. Para atender a quem se orienta por dados, basta verificar que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), fez a Pesquisa Nacional sobre o Uso do Crack, que retratava a preocupação do Governo Federal com o crescimento do consumo desta droga, que na época (2012) era consumida por 0,8% da população nacional. O levantamento feito em 2012 identificou que 78,8% dos usuários de crack eram homens. A pesquisa ouviu pessoas a partir de 18 anos, que usaram crack e/ou similares, em cenas abertas, pelo menos 25 dias nos seis meses anteriores ao levantamento individual feito no Distrito Federal, 26 capitais e em nove regiões metropolitanas do Brasil. Foi realizado inquérito domiciliar aplicando a metodologia *Network Scale-up* (NSUM).

No capítulo Uma Perspectiva Social para o Problema do Crack no Brasil: implicações para as políticas públicas, quando tratam do consumo feito pelo público feminino, o estudo indica seu elevado índice de extrema vulnerabilidade.

São mulheres marcadas pelas mesmas desvantagens sociais e trajetória dos homens (...). Estas usuárias estão gravemente expostas à violência sexual (44,5% relataram ter sofrido esse tipo de violência) e à ausência de apoio social na gestação (50% das entrevistadas engravidaram ao menos uma vez durante o período de uso regular do crack) (ICICT/FIOCRUZ, 2014, p. 149).

A normatividade sobrevaloriza a violência, real ou imaginária, que parte dos brancos, tendo os não-brancos como alvos, e subvaloriza o sentido inverso e a percepção da miséria, de transmissão quase que hereditária, como violência cometida pelo Estado para com seu povo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)), em 2010 a população residente na Capital era de 11.244.369 e em 2022 passou para 11.451.245 (representando o crescimento de 84,6% nesse intervalo de tempo. Já a população em situação de rua, no mesmo município, saltou de 14.478 (Prefeitura de São Paulo, 2015), em 2011 (não houve pesquisa censitária em 2010) para 42.240 até maio de 2022 o equivalente a um aumento de 191,7%, mais que o dobro se comparado à população fixa, sendo que a contagem dos municípios foi de 2010 a 2022, enquanto a dos sobreviventes em áreas livres foi de 2011 a maio de 2022, ou seja, um ano a menos na contabilidade humana (G1, 2022).

De 2019 a 2021, em plena pandemia da Covid-19, a quantidade de pessoas dormindo no papelão aumentou 31%, na Capital (Agência Brasil, 2022) Essa tendência não parou. De 2021 a 2022 constatou-se o ritmo acelerado da vida nas calçadas: aumento de 32,4% no intervalo de um ano. Os dados indicam que se precisou de menos tempo para a população em situação de rua atingir um índice equivalente de crescimento demográfico de 2019 a 2021; agravado pelo fato de que o contingente vivendo em praças e calçadas, em 2021 (que serviu de base para se estimar o crescimento até 2022), era maior que o existente em 2019, e que serviu de parâmetro ao cálculo da evolução 2019-2021.

Evidentemente que o crescimento populacional não é uniforme e nem os dados disponíveis são de períodos idênticos, mas apenas para efeito especulativo, a subtração da população paulistana de 2022 do total de 2010, chega-se a 206.876 pessoas de diferença, que se fossem distribuídas igualmente pelos 13 anos do citado período, daria 15.913 pessoas ao ano se instalando de forma tradicional na capital do Estado.

Repetir o mesmo exercício especulativo com a população em situação de rua, chega-se a 27.762 indivíduos vivendo em áreas livres, ou 2.313 moradores de rua a mais a cada ano (de 2011-2022), o que equivale a 14,5% da recém população fixa anual (15.913) fixada a São Paulo, ou ainda, para cada dez indivíduos que se estabeleceram em imóveis na referida cidade, ao ano, no período de 2010 a 2022, paralelamente chegaram

quase que duas pessoas para sobreviverem pelas áreas livres do mesmo município, ampliando a visibilidade quanto à desigualdade social.

Os efeitos sociais do capitalismo liberal e seu sucessor mudam o grau de negatividade de acordo com os poderes político-econômico de cada país, mas todos encontram sua medida de exclusão, o que torna universal e atemporal o alerta feito em 1993, por Pierre Bourdieu, de que nos encontramos em “condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria” (Bourdieu, P., 2008, p. 13). A demonstração empírica desta advertência global pode ser conferida diariamente nas ruas; é como se os nômades da rua e frequentadores de Cracolândia participassem de uma guerra, mesmo sem o saber. “Os homens nascem assim, enfermos e zumbis” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 99).

Os números podem ser frios, mas a vida estigmatizada não é, basta lembrar as palavras de Bourdieu: “Os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia” (Bourdieu, 2008, p. 63), o que no caso das Cracolândias costuma ser exclusivamente por uma ótica negativa, acrescentando a crítica do filósofo ao afirmar que os despossuídos de moradia quase não têm vida social. (Bourdieu, 2008, p. 160). Cida Bento aponta que “relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras, guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados” (Bento, 2022, p. 15). O sociólogo Jessé Souza parece comungar igual percepção e alerta para o fato de que o “imperialismo moderno não é uma simples oposição de países (...) mas sim uma articulação econômica, política e cultural” (Souza, 2022, p. 53), um domínio que se expressa por meio do neoliberalismo, que extrapolou os limites do campo econômico e ganhou todas as áreas de atuação humana. Incluso a Cracolândia.

O registro do avanço da vulnerabilidade, da drogadição e da violência são acompanhados pelo progresso da marginalização desse público ao acesso a direitos. O jurista Rubens Casara escreve que “os limites democráticos mostram-se incompatíveis com a razão neoliberal que se volta à plena liberdade de acumular (...) os detentores do poder econômico e o projeto capitalista de ampliação ilimitada do capital recusam limites que o impeçam de lucrar” (Casara, 2018, p. 13). O mesmo autor chegou à conclusão de que no Estado pós-democrático os direitos tornaram-se mercadorias e, portanto, passíveis de negociação, e que a pós-democracia são “tempos sem limite, tempos sem lei” (Casara, 2018, p. 14) e o neoliberalismo tornou-se um “modo de ver e atuar no mundo” (Casara, 2018, p. 29).

Outro estudioso de populações de rua, o psicanalista Jorge Broide acusa que o sistema “domina, fragmenta, destrói, transforma em sucata o ser humano, em produtos de uso imediato e barato, a serem descartados na lata de lixo da sociedade” (Broide, 2006, p. 66). “A violência sem limite no território fragmentado da periferia tem como uma das consequências a manutenção do sujeito em alerta máximo. Os acontecimentos destrutivos podem ocorrer a qualquer instante. O que se instala então é uma ação reativa que alimenta a violência em um circuito fechado”. (Broide, 2006, p. 164).

E é o sistema capitalista, de organização neoliberal, que criará condições sociais e culturais para proliferar a violência contra a mulher em situação de rua e usuária de drogas. Uma das violências estruturais contra esse público é sua inexistência sequer nas pesquisas do gênero, que buscam identificar o feminicídio, a violência doméstica, mas passam longe da realidade da mulher que frequenta Cracolândia, que sequer pode contar com a retaguarda do Estado.

O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação” (Guattari; Rolink, 1996, p. 15 e 16).

Por vezes a violência a este público passa de forma despercebida devido sua aparência sutil. Uma das formas de se definir pessoas em situação de rua, e o mesmo vale para frequentadores de Cracolândia, é dizer que estes sujeitos se desorganizaram, tendo como referência a norma convencional da sociedade. De forma contraditória, o Estado condiciona o acesso aos direitos desses grupos a que tenham organização para que se desloquem até a sede do serviço. Se permanecem na rua e/ou na Cracolândia porque se desorganizaram, como exigir deles/as organização para ir ao atendimento? Negar a cidadania é uma forma de violência, e neste caso, sem nem se expor porque o acesso ao direito está condicionado à organização do outro.

Responsabilizar exclusivamente o usuário abusivo de drogas por não ir aos serviços públicos mantém a narrativa que tenta ocultar que historicamente o Estado deixou de lado esse coletivo. A existência da população em situação de rua e de frequentador de Cracolândia se desenvolveu às margens do Estado. A busca por RG tem relação com a historiografia pessoal, e econômica, através do Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal.

Ao mesmo tempo em que a documentação possibilita a percepção de que se trata de sujeito de direitos, sua ausência é o indicativo da exclusão. Na falta de uma identidade

peçoal, a identidade que sobra é do coletivo, seja o de frequentador de Cracolândia, indivíduo em situação de rua, ou ambos.

As angústias geradas pela falta de documentos são registradas por Fernanda Melo da Escóssia, em sua tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. A partir da observação participante, ela desenvolveu um estudo etnográfico para narrar dois anos de pesquisa de campo no transporte coletivo no Rio de Janeiro. Da Escóssia repete o termo usado por Houlson, “cidadania insurgente”, que se refere ao fato de a cidadania poder ser universal enquanto includente na afiliação, e desigual quanto a acessos a direitos. Uma das conclusões de seu trabalho é de que à busca por documento se associa a busca por direitos, cidadania e recuperação da própria história (Escóssia, 2019, p. 111).

É possível perceber, nos relatos dos usuários do ônibus, uma dimensão moral na qual eles expressam um duplo julgamento: o que receberam dos outros e o que fazem de si mesmos por não terem documentos. Vergonha, não conseguir trabalho, fazer algo de errado, uma coisa ruim, são expressões dessa dimensão moral” (Escóssia, 2019, p. 33).

A ativista negra estadunidense Moya Bailey afirma que a militância e a vida a ensinaram que a sociedade desenha a caricatura da mulher preta, e esta representação rasa passa a ser “verdade”, enquanto “as mulheres pretas reais são as exceções” (Bailey, 2021, p. 66). Esta militante cunhou o termo *misoginoir* (junção de *miso*, em referência à misoginia; e *noir*, que significa preto, em francês), que une racismo com sexismo para com isso travar múltiplos enfrentamentos que atingem um corpo específico. “Mulheres pretas”, escreve ela, “experenciam o racismo e o sexismo não como formas discretas ou separadas de preconceito, mas como uma inseparável amalgamação de toxidade” (Bailey, 2021., p. 59). As mulheres negras da Cracolândia parecem distanciadas de qualquer resistência, luta, representatividade.

4.2 Neoliberalismo

O exame que se segue demonstra como práticas se sustentam em teorias, e que dependendo da força que essas ideias ganham perante a coletividade, passam a ser interpretadas com o status de natural, e, portanto, inquestionável e gerando dúvida se a ação social poderia ser de forma distinta. Um exemplo de criações humanas plenamente absorvidas pela cultura é o dinheiro. Binswanger recorre à lenda de Fausto, na interpretação de Goethe, para descrever a alquimia que transformou não o chumbo em

ouro, mas o papel em ouro. Foi preciso que a população acreditasse que a cédula valia o que estava escrito, bastando para tanto a assinatura do imperador.

Em Goethe, Fausto não estabelece um contrato de serviço com Mefistófeles, mas uma aposta (Binswanger, 2011, p. 57). Na obra *Dinheiro e Magia*, o economista expõe algumas analogias, que associa, por exemplo, o ouro à eternidade. “O objetivo imaterial da alquimia é o ouro da alma (...) o empenho por obter esse ouro espiritual é a busca de conhecer o caminho pelo qual a felicidade perpétua, no sentido do bem, pode ser alcançada”. Já o “objetivo material da alquimia (...) é saúde e riqueza”. (Binswanger, 2011, p. 56). No final, um Fausto cego percebe “a chegada no reino da vasta economia” (Binswanger, 2011, p. 160).

Todavia, o tempo arquivou no esquecimento que a invenção do dinheiro, na Alemanha, fracassou ao ser replicado na França, em 1720 (Binswanger, 2011, p. 83). Na economia pré-capitalista, as transações ocorriam por escambo ou na troca da mercadoria por seu correspondente em metais preciosos: ouro e prata. O autor situa o dinheiro como pertencente ao “reino da imaginação” (Binswanger, 2011, p. 165).

Por ser criação humana e ferramenta que se transforma, mas se mantém crucial no capitalismo, o modo como se distribui o dinheiro é conceitualmente discutível. No século XXI, o neoliberalismo é o pensamento preponderante neste quesito e sobre o qual outros se assentam e que requer ser questionado dadas as desigualdades assujeitadas ao sistema. “O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (Dardot; Laval, 2020, p. 16), indicando o surgimento de uma “razão-mundo” (Dardot; Laval, 2020, p. 16), que passa por reformas estruturais (Dardot; Laval, 2020, p. 20) com o enfraquecimento das instituições e dos direitos (Dardot; Laval, 2020, p. 21), alertando para o “esvaziamento da democracia”.

Os autores advertem que este sistema “emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (Dardot; Laval, 2020, p. 21), sendo um dos mais frequentes o paralogismo que confunde “o beneficiário do crime com seu autor” (Dardot; Laval, 2020, p. 22). Quem lucra com o crime são as finanças, ou na linguagem clássica, o dono do capital e o proprietário, enquanto o autor do crime é o “capitalismo desimpedido” (Dardot; Laval, C. 2020, p. 22), produtor de desigualdades econômicas e sociais. O neoliberalismo esvaziou o sentimento humano de solidariedade e inseriu em seu lugar a competição absoluta. Pierre Dardot e Christian Laval alertam para o erro de se querer circunscrever o neoliberalismo a uma ideologia ou política econômica, quando este na

realidade atua na construção de uma racionalidade, um eufemismo ao novo estágio do capitalismo que se concebe sem qualquer amarra do Estado.

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, íntima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade” (Dardot; Laval, 2020, p. 16).

A sociedade erguida com o espírito de disputa, esvazia o campo de solidariedade, do companheirismo, as relações passam a ser estimuladas tendo o outro como adversário e, em algumas circunstâncias, até como inimigo. A concorrência como premissa leva o neoliberalismo a funcionar como espécie de darwinismo social, onde quem melhor e mais rápido se adapta ao mercado, sobrevive. O sujeito oculto dessa sentença é o perdedor, que deve permanecer à sombra para o sistema prosperar. Sob a defesa das liberdades individuais, condena-se a interferência do Estado para tentar reduzir desequilíbrios sociais, individualizando a responsabilidade pelas desigualdades, tratando de forma genérica a atividade profissional como ferramenta capaz de superar as crises.

A forma frequente com que o senso comum se comunica com o ideário neoliberal é mediada pelo trabalho. A sociedade normativa distingue a pessoa em situação de rua que trabalha daquela que sobrevive da mendicância. A gramática elaborada entorno dessa mão de obra barata inclui os substantivos esforço, disciplina, vontade de sair da rua, inclusive abre a imaginação desassociando-o/a do consumo de drogas. Ideias vinculadas que não resistem à investigação empírica.

Partindo da constatação primeira, de que a pessoa em situação de rua é nômade, isso já abala a presunção de que aquele/a que hoje esmola, sempre se portou dessa forma porque o acusador desconhece a história do acusado. Ao retroceder o presente ao passado, o efeito prático dessa iniciativa é desqualificar o sujeito na calçada que pede dinheiro, comida, bebida. Descarta-se a possibilidade de o comportamento ser resultante de um quadro depressivo ou de patologias congêneres, da qual não se faz escolha.

Como a velocidade impera na contemporaneidade, apressa-se em colocar o indivíduo em um perfil desviante e desconsidera-se a hipótese de sua mudança. Adota-se um marcador definitivo e ao invés de sua prática ser percebida como transitória, diz-se que o morador de rua é determinada coisa, com esse diagnóstico social costumeiramente completado por adjetivo negativo.

A concepção de que quem faz reciclagem deseja mudar de vida e o outro não, se ampara unicamente na valorização do trabalho. Desconsidera-se que somos seres que se habitam a tudo, ou quase; alguns de nós vivem sob temperaturas extremas, sejam elas altas ou baixas; outros em áreas desérticas, na mata, e uma parcela se equilibra morando sobre mangues. Em comparação a esses habitats, a rua é mais uma adversidade a ser enfrentada pela espécie, ressaltando que isso não serve como argumento para não intervir na situação, porque nem todos estão adaptados. A alguns só restou viver em áreas livres.

No entanto, o aspecto mais eloquente da sobrevalorização do trabalho informal é sua incapacidade de se fazer migrar da rua para o imóvel. Claro que existe caso de sucesso, mas é exceção e não a regra. Além da insuficiência do pagamento gerado pela atividade, existem variáveis que não se controlam. Por exemplo, no decorrer dessa pesquisa o mercado da reciclagem mudou, com a queda do preço pago pelo papelão levando parte dos coletores de artigos descartáveis a não recolher mais esse produto. O preço (varia de um ferro-velho para outro, mas chegava-se a remunerar em R\$ 0,25 o quilo, em janeiro de 2024) não compensa o peso. Não há nada que impeça que o mesmo ocorra com outros materiais, ou que a atividade comercialmente acabe. Quem consegue alugar um quarto com o ganho da reciclagem, não tem sobra econômica para suportar imprevisto, seja este financeiro ou de outra ordem. Voltar para a rua, ainda que contrariado, raramente deixa de visitar o horizonte dessa gente.

O fato é que a informalidade gera ganho imprevisível, diário, e essa remuneração em geral é consumida no mesmo dia porque as carências são múltiplas. A desvalorização dessa mão de obra ainda permite sua exploração, costumam aceitar qualquer trabalho, qualquer pagamento. A postura é convenientemente interpretada pela classe hegemônica como disposição e falta de comodismo, desqualificando quem não se deixa explorar.

Dardot e Laval batizam o ser que nasce do novo sistema de “neossujeito” (Dardot; Laval, 2020, p. 327). A nomeação desse indivíduo é argumentada no fato deste não só passar a ser empresa de si mesmo, mas sobretudo pela forma como elabora sua subjetividade. Os autores escrevem que na contemporaneidade o desejo é o alvo deste novo poder, que significa que o indivíduo “trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo”, reduzindo ou mesmo eliminando a distância entre o indivíduo e a empresa” (Dardot; Laval, 2020, p. 327). No contexto atual, argumenta a dupla de teóricos franceses, o ser desejante atende sua vontade e a do outro (empresa que o emprega). “O desejo do sujeito é o desejo do outro. Desde que o poder moderno se torne o outro do sujeito” (Dardot; Laval, 2020, p. 327). O outro do sujeito não é o diferente, mas o igual, é a

pasteurização das identidades, questão já levantada por outros teóricos como Deleuze, Bauman, só para citar alguns, que acusam a busca pela coesão com a massa, sentir igual, pensar igual, agir igual, consumir igual.

Crítico do neoliberalismo, Michael J. Sandel revisita o clichê de que o trabalho dá dignidade e questiona se os resultados financeiros proporcionados pelo mercado refletem o valor social das pessoas e das profissões para o bem comum, e a título de exemplo coloca nessa balança a disparidade dos ganhos obtidos pelo proprietário de um cassino e um pediatra. “Em sociedades favoráveis ao mercado, interpretar o sucesso material como sinal de mérito moral é uma tentação persistente, que de modo contínuo precisamos resistir” (Sandel, 2021, p. 301-302).

Sandel expõe que o conceito de meritocracia, nascido no neoliberalismo, confere o sucesso econômico ao indivíduo, ao seu esforço, desconsiderando desequilíbrios coletivos, diferenças estruturais da sociedade. O autor cita Michael Young, para quem a meritocracia é a “receita para discórdia social” (Sandel, 2021, p. 44) e aponta que aquele que não consegue sucesso, o fracasso decorre de suas falhas sem qualquer participação do Estado e do capitalismo.

A política da humilhação, nesse sentido, difere da política da injustiça. O protesto contra a injustiça olha pra fora; ele reclama que o sistema é fraudado, que os vencedores trapacearam ou manipularam o caminho até o topo. O protesto contra a manipulação é psicologicamente mais carregado. Combina ressentimento dos vencedores com recorrente falta de autoconfiança (...) essa característica da política da humilhação faz com que seja mais inflamável do que outros sentimentos políticos. É um ingrediente potente na fermentação volátil da raiva e ressentimento que abastece protestos populistas” (Sandel, 2021, p. 39).

A avaliação genérica sobre os efeitos da meritocracia ajuda a entender por onde passam os sentimentos negativos nutridos por alguns comerciantes e munícipes dirigidos aos usuários abusivos de drogas e a quem vive pelas ruas. O fato de não terem atingido o sucesso prometido pelo neoliberalismo e a meritocracia, faz com que repudiem a imagem do fracasso capitalista diante deles. O filósofo norte-americano expõe que a tirania do mérito espelha um conjunto de circunstâncias e comportamentos que a tornaram “tóxica” (Sandel, 2021, p. 105). Ele chama a dinâmica de selecionar pessoas, que funciona por trás da meritocracia, como “máquina de triagem” e que gera dor em quem percebe suas limitações. No entanto, nem os ditos vencedores ficam impunes.

Avaliando o neoliberalismo, seu diagnóstico é de que “nas pessoas que chegam ao topo induz à ansiedade, a um debilitante perfeccionismo e à arrogância meritocrática que se esforça para esconder uma autoestima frágil. Nas pessoas que deixa para trás, ela

impõe um desmoralizante, até mesmo humilhante, senso de fracasso” (Sandel, 2021, p. 255). Para evidenciar os efeitos danosos, cita que nos Estados Unidos, essa norma competitiva no trabalho e na sociedade resultou que, até 2017, os americanos sem diploma universitário tinham três vezes mais probabilidade de morrer por desespero, em comparação com quem possuía certificado superior. Com a ressalva de que não existe relação entre tais mortes e o aumento geral da pobreza (Sandel, 2021, p. 287). O capitalismo neoliberal busca transmitir a ideia de estabilidade atrelando-a à materialidade, à concretude, enquanto o existir da pessoa em situação de rua abala essa espécie de dogma social-político-econômico-cultural moderno porque sua concretude (estar na rua) não é objeto de desejo capitalista.

4.3 Medo

Muniz Sodré entende que a atual vida norteadada pelos algoritmos, em plena expansão, ainda não consolidou seus signos e subjetividades, o que não impede de esse período transitório já produzir emoções negativas, como as apontadas por Sandel. Segundo Sodré, vive-se em uma espécie de “mundo-zero”, representado pela “agonia das formas de vida tradicionais” (Sodré, 2021, p. 248). Daí a dificuldade de alguns em conceber a ideia de que alguém seja capaz de se adaptar a viver em área livre e rejeite o abrigo coletivo, ressaltando mais uma vez que essa concepção não pode ser generalizada, nem diminuída em importância, pois “a perda do solo envolve a perda da fronteira e do horizonte, a perda de vínculos com o local ao longo do tempo, perda da primazia da família, da tradição e da religião” (Brown, 2021, p. 227).

Nessas constantes reterritorializações, como prega a esquizoanálise, se o eu é “continuamente reconstruído pelo outro”, como pontua Sodré, isso faz com que a comunicação consigo mesmo e com esse estranho, que neste caso se refere à pessoa em situação de rua e usuária descontrolada de drogas lícitas e ilícitas (Sodré, 2021, p. 209-210), abra espaço para o medo ao desconhecido e ao ódio, “subjacente à competição capitalista” (Sodré, 2021, p. 247), sentimentos estes agravados pelo desemprego crônico, apontado por István Mészáros, que em “nome do progresso técnico e da minimização de custos” condena “grande proporção da força de trabalho a uma existência brutalmente desumanizada, na forma de inatividade compulsória e da total dependência da caridade social” (Mészáros, 1971, p. 47):

A difícil questão para nós é: quanto tempo pode a perversa normalidade de uma ordem socioeconômica e política antagônica, com a irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, manter sua dominação sem destruir a própria humanidade? Esse é o tamanho da montanha que devemos escalar e conquistar” (Mészáros, 1971, p. 35).

Descrente do capitalismo e crítico do Estado, de quem cobra soluções para os dramas originados pelo sistema, Mészáros avalia a ameaça de o neoliberalismo destruir os sentimentos de afetividade, solidariedade e de coletividade. Sua atenção se dirige à capacidade de domínio humano desenvolvido por tal sistema, qualificando-o como “a mais poderosa estrutura totalizadora de controle” e à qual tudo deve se ajustar, “provar sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar” e que “sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria” (Mészáros, 1971, p. 96).

O mesmo autor aponta a relevância do território sobre as “oportunidades de vida” a que pessoas e grupos têm, incluindo a posição hierárquica que ocupam nesse espaço político. Em sua perspectiva, “o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (Mészáros, 1971, p. 100). Uma analogia com o cotidiano do José Menino, tem-se os comerciantes do bairro culpando os usuários de drogas pelas vendas não crescerem; não identificam a crise em questões macro como o mercado de locação, impostos, concorrência digital e juros bancários.

O poder público, como identifica Casara, invariavelmente adota “saídas irracionais à crise da governabilidade neoliberal, que sempre giram em torno da restrição de direitos, do aumento das penas, da criminalização de condutas” (Casara, 2020, p.83). O filósofo Vladimir Safatle, igualmente questionador do neoliberalismo, enfatiza o emaranhado de afetos que dão contornos à sociedade e adverte que quando esse coletivo desaba, sentimentos desaparecem e “leva consigo os sujeitos que ela mesma criou”, por isso:

Compreender o poder é uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, assim como compreender o modelo de individualização que tais corpos produzem, a forma como ele nos implica. Se quisermos mudá-lo, será necessário começar por se perguntar como podemos ser afetados de outra forma, será necessário estar disposto a ser individualizado de outra maneira, a forçar a produção de outros circuitos” (Safatle, 2021, p. 15-16).

Serge Paugam também joga luz sobre a relação entre classes sociais e afetos. Tomando a pobreza como dinâmica, ao invés de estática, esta funciona como uma atração indesejada; a pobreza é percebida como transitória para alguns, ao passo em que se converte em processo duradouro para a população em situação de rua e os dependentes

químicos, que dispõem de poucas ferramentas para ultrapassar a barreira econômica. Paugam cunha o termo desqualificação social, que abrange a expulsão gradativa do mercado de trabalho. “Quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo não ter nenhuma relação com a família” (Paugam, 2018, p. 74-75).

A professora de ciência política estadunidense, Wendy Brown, ao tratar das relações ontológicas do homem com o espaço, sob a perspectiva dos impactos sociais causados por 40 anos de neoliberalismo, aponta que a proximidade com a terra “assegura tanto o solo como o horizonte”, oferecendo condições para prosperar as ideias de propriedade, família, herança e cultivo. Na sequência a autora trata da humanidade quando esta se orienta pelo mar, tendo como consequência a ausência de fronteira e a orientação pelo uso e consumo. Apesar de não ter como foco de sua reflexão a população em situação de rua usuária abusiva de drogas lícitas e ilícitas, sua observação é compatível com a realidade de uma parcela desse público. “A perda do solo envolve a perda da fronteira e do horizonte, perda de vínculos com o local ao longo do tempo, perda da primazia da família, da tradição e da religião” (Brown, 2021, p. 227).

Du Bois nos oferece uma boa síntese da relação entre raça e o sistema econômico, ao constatar que “pela pressão dos capitalistas, o negro corre perigo de ser reduzido à semiescavidão” (Du Bois, 2021, p. 82).

Como as experiências citadas não resultam, necessariamente, em compromissos éticos universais, a hierarquização humana pela propriedade e pelo capital (inclusive o especulativo do mercado financeiro, estéril à produção de bens sociais) e o estímulo desenfreado à competitividade, cria ambiente para que algo de fascista e tirano sobreviva nas sociedades, e que em ocasiões propícias retomam a luta pela supremacia do discurso político. Tende-se a associar fascismo e tirania a indivíduos, mas essas práticas excludentes se adaptaram, os tempos sólidos e de certezas que oferecem segurança ficaram para trás. Quando Bauman aponta a modernidade líquida, indica que a “modernidade pesada/sólida/condensada/sistêmica da teoria crítica era impregnada da tendência ao totalitarismo. A sociedade totalitária da homogeneidade compulsória” (...) “essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambiguidade, da instabilidade, da idiosincrasia” (Bauman, 2001, p. 33).

Como alertou Deleuze e Guattari, o fascismo respira em pequenos atos cotidianos, como no fingir não ver e nem escutar a violência dirigida à mulher na Cracolândia, no culpá-la, e na falsa presença do Estado nesse e em outros territórios periféricos.

A síntese até aqui é o quanto o neoliberalismo acolhe diferentes teorias filosóficas, políticas e sociais que funcionam como práticas discriminadoras. Concepções de mundo que buscam naturalizar preconceitos e silenciar a violência existente nas Cracolândias; o distanciamento do próximo e a defesa contra o desigual nos inclina à desumanização e absorve-se cada vez mais violências. No fim, como não se reage à agressividade, esta tem um ou mais destino, e um destes pode ser absorvê-la.

CAPÍTULO 5. VIOLENTAMENTE

Creio que as evidências apresentadas não deixam margem a dúvida, nos aspectos prático e teórico, de que é real e intensa a agressividade dirigida à mulher usuária abusiva de substâncias químicas que ficam na Cracolândia do bairro José Menino. Ao nomear o capítulo como violentamente, a intenção é demonstrar que este comportamento se tornou orgânico, resultante de processos sociais, políticos, econômicos e urbanos. A violência quando esporádica não tem previsibilidade nem expectativa, porque seu caráter eventual lhe confere o ar de accidental.

Não é isso o que permanece impregnado na Cracolândia do José Menino. A violência quando se repete, pode até ser imprevisível, mas não escapa da expectativa, porque sua reincidência projeta ao futuro sua continuidade, com isso, o fato de se desconhecer quando acontecerá não afeta sua existência, uma vez que a certeza da incidência prevalece. Essa certeza advém do fato de que a agressividade se tornou uma forma comum de expressão, um signo da linguagem contemporânea, o que faz dessa prática uma condição orgânica, como forma de pertencimento a um organismo maior, e que tem na violência uma de suas formas de expressão.

Quando se identifica que algo é orgânico é porque não apenas tem característica própria, como este faz parte de um todo, neste caso uma norma institucional que concebe ao Estado o direito legal à violência. Integrar um organismo pressupõe contato com outras partes desse mesmo corpo para assegurar sua funcionalidade. A violência orgânica é a forma escolhida pelo órgão para se comunicar com o público-alvo. E a opção pela violência é feita pela cultura neoliberal, que como Dardot e Laval e tantos outros já disseram, transformou o homem em mercadoria.

O sistema castiga a população em situação de rua por ficar fora do mercado de consumo de grifes, por seu consumo se restringir à subsistência. Sendo que o problema não reside na fuga do consumo de bens que buscam se associar a status social, o sistema castiga porque a sobrevivência pelas ruas prova que o capitalismo é falho, que o sucesso não é universal como sugere o manual liberal. Sem grande poder de consumo, fica fácil para o mercado, e por extensão o Estado, não concentrarem o foco nesse público.

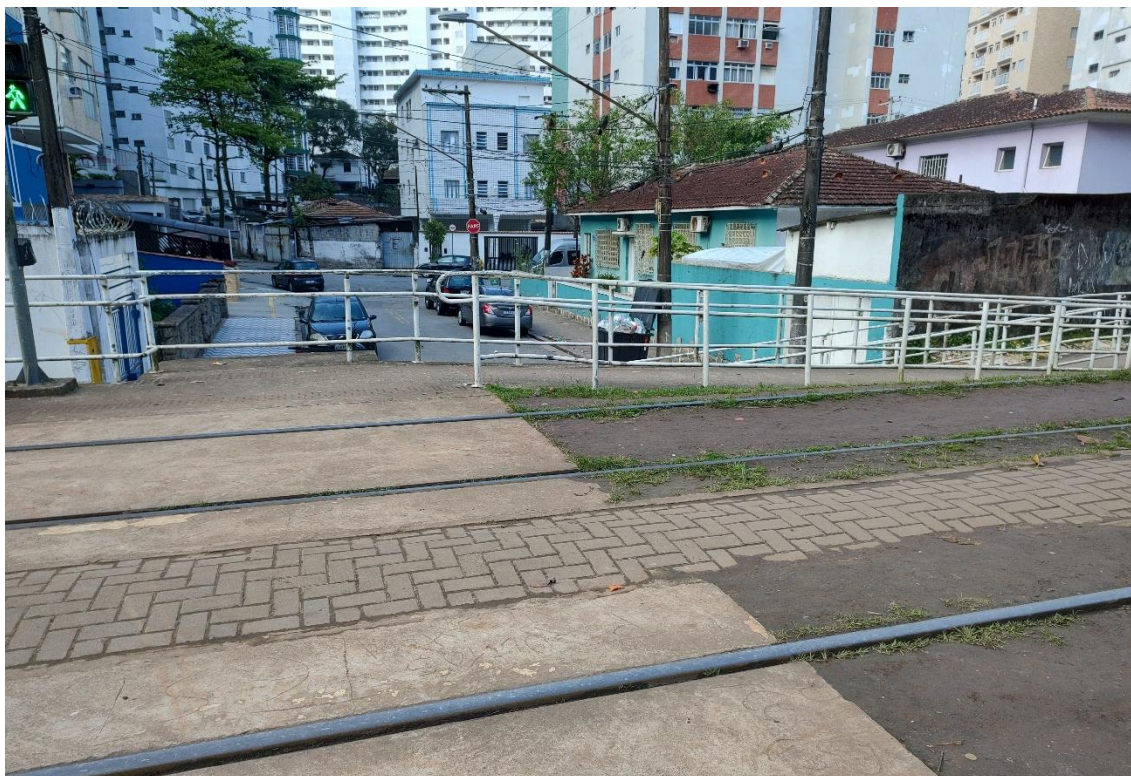
Com a funcionalidade da Cracolândia atuando como a soma de senzala e pelourinho, constatar que a violência maior é interna fica redundante, embora siga desapercibida para a maioria; a violência externa se fortalece no preconceito e pelo comprometimento no exercício de sua cidadania para seus direitos serem efetivados, o

que na opinião da professora Teresa Pires do Rio Caldeira, “indica os limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil” e que “a democracia não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça, e pela vida humana, mas, sim, exatamente os seus opostos” (Caldeira, 2016, p. 11 e p. 56). A democracia não beneficia a todos/as.

Mesmo sem falar, a cidade diz sobre sua inospitalidade através da arquitetura, e no caso do José Menino não existe o cenário de fortificação. Para começar, nem todas as edificações contam com vigia noturno, tampouco encontra-se nos postes, como ocorre em outros bairros de Santos, faixas avisando que determinada área conta com segurança solidária, promovida entre a própria comunidade. De forma alguma a pesquisa refuta a existência de crimes no bairro, o que seria estupidez e negar a realidade. O que a observação de campo e os dados sugerem, é que entre a sensação de insegurança e sua materialidade existe alguma distância; e que a segurança é percebida a partir de quem mais grita, que é justamente quem consegue acesso ao poder, aos meios de comunicação tradicional e digital, enquanto elas sofrem caladas e sob a mira do dedo indicador.

Ao andar pelas ruas paralelas ou de acesso aos locais onde, costumeiramente, os usuários de drogas se concentram, até 2023 era possível observar casas e prédios com muros com pouco mais de um metro de altura (Imagem 4), em alguns comércios sequer existia barreira entre o imóvel e a calçada, com a área que serve de estacionamento do veículo a clientes se transformando em dormitório improvisado por pessoas em situação de rua que estão na Cracolândia do José Menino (VLT). É fato que diversos imóveis apresentam grades nas janelas, recurso este comum em todo o município, mas os dispositivos complementares à segurança, frequentes nos demais bairros, não são visíveis no entorno da Cracolândia, ao contrário da narrativa que descreve o lugar como violento em virtude da presença dos usuários de drogas ilícitas.

Imagem 4: Prédio à esquerda e casa à direita com muros baixos (1,5m de altura) e via de acesso à Cracolândia do VLT



Fonte: o autor (2023)

A configuração arquitetônica que não oferece barreiras não é majoritária, mas se a agressividade fosse totalitária, como na proporção descrita por alguns comerciantes e moradores do entorno do VLT, seria difícil que ainda existissem imóveis com obstáculo de tão fácil transposição, a partir da rua. A violência existe, como nas demais regiões de Santos, mas o que parte da sociedade faz é usar a figura estereotipada do pobre e negro/a usuário/a descontrolado/a de substâncias ilícitas como justificativa moral para a expulsão das pessoas em situação de rua e sua criminalização.

Caldeira estudou a violência em São Paulo de 1988 a 1998 e considera que o crime “organiza toda a narração”, sendo usado para dividir “tempo bom e outro ruim (Caldeira, 2016, p. 33) e isso se repete no José Menino, no antes e depois da abertura do túnel do VLT. Reconhecida por suas pesquisas antropológicas, adverte para a dificuldade em se aceitar a “deterioração do seu padrão de vida”, assim como o ingresso dos trabalhadores na “sociedade de consumo e à cidadania política” (Caldeira, 2016, p. 75). Sua conclusão é de que “a crise econômica alimenta o sentimento de incerteza e desordem. Um contexto de incerteza no qual as pessoas se sentem socialmente ameaçadas e veem transformações ocorrerem parece estimular o policiamento de fronteiras sociais” (Caldeira, 2016, p. 75).

Apesar da 1ª edição ter saído em 2000, o texto permanece atual duas décadas depois e serve para explicar exatamente a relação dos fixos com os nômades do José Menino.

“As pessoas se sentem perdidas e inseguras com as transformações do bairro, e culpam o crescimento da criminalidade e os invasores” (Caldeira, 2016, p 86). Os invasores citados no livro eram os nordestinos que migraram para trabalhar em São Paulo; os da atual pesquisa, os usuários descontrolados de drogas no VLT. Mas antes de Caldeira, a vinculação da agressividade com determinados grupos específicos foi ponto de reflexão de outros pensadores. Vive-se uma dissonância cognitiva produtora de sofrimentos generalizados.

Logo nas primeiras linhas do livro dedicado à violência, Hanna Arendt, a crava como “denominador comum” do século XX (Arendt, 2001, p. 13) e adverte que a agressividade estrutural nunca ficou no passado. Por isso convém fazer-se pelo menos uma breve visita à história, inclusive para perceber como a violência se tornou ferramenta dos soberanos. Um ponto ontológico relevante a ser recuperado é que Arendt ensina que desde os primórdios civilizatórios ocidentais a estrutura da esfera privada foi associada à família; enquanto a pública, vinculada à política, e argumenta que aquilo que hoje chama-se de sociedade vem a ser o conjunto de famílias; e que a vida pública decorre de uma posição política e econômica, de se ser proprietário, de ter capital como antes escreveu Adam Smith; sem isso “o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse” (Arendt, 2001, p. 39).

A esfera familiar, explica Arendt, se mantinha por “necessidades e carências” e esse ambiente era interpretado como natural e decorrente de demandas não atendidas. Ora, de início o ponto que precisa ser relativizado é de que a experiência familiar não pode ser universalizada, se é que algum dia o pode. Um fato que frequentemente se repete é encontrar pessoas em situação de rua e na Cracolândia, cuja vivência carece da figura paterna; para alguns, sequer a identificação do genitor consta na documentação, não faz parte da vida. Afasto qualquer interpretação que vincule a situação de rua como consequência da ausência do pai, não é isso! O que se contesta é adotar um modelo de família e fantasiar que esse molde se reproduziu em todos os lares, o que não é verdade, sobretudo nos países periféricos como o Brasil, para usar um termo empregado por Souza.

A vida pública, ao contrário, significava a superação das fragilidades privadas, era o espaço da liberdade, que se situa na esfera social (Arendt, 2001, p. 39-40). Mas a matriz do pensamento grego trata o espaço público como uma questão de direito e não confunde público com universal. A instalação da vida nas calçadas é violência para quem dorme no

chão e, contraditoriamente, se instalar nesse espaço público capitalista equivale quase à expulsão da esfera de direitos; enquanto o viver em área livre é só anormalidade para quem se encontra fora dessa experiência. O crescimento demográfico da população em situação de rua, enquanto fenômeno recente, por si só carrega violência, pois sua representatividade negativa em relação à forma como o ocidente se organizou, ainda que involuntariamente, esse coletivo desperta na sociedade convencional o medo de ver expulsa sua cidadania. Daí a tendência a uma reação coletiva contrária.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está n o poder, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (...) desaparece, seu poder também se esvanece (Arendt, 2007, p. 36).

As convicções institucionais ruíram com o progresso do neoliberalismo, como demonstraram Deleuze, Byug-Chul Han e outros autores, e o desabar do que antes era certeza, gerou seu contrário. Essa insegurança por vezes se expressa de forma veemente na repulsa às pessoas em situação de rua e aos usuários descontrolados de drogas ilícitas. Arendt oferece uma possível explicação a essa reação extremada. Com a experiência de quem sofreu perseguição, afinal foi presa pelos nazistas por ser judia, a filósofa avalia que “o ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reage-se com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido” (Arendt, 2001, p. 47). A questão é que poder alterar a realidade na Cracolândia e do povo da rua não pode ser confundido com facilidade ou dependência apenas de vontade política, pois como apontado em *Conhecendo o Território*, ambos não são causa de si mesmos, mas consequências de decisões pessoais, familiares e sociais.

Não se pode ser inocente e ignorar que o capitalismo fez da segurança uma mercadoria, o que significa que a violência gera lucro financeiro para alguns, dividendo político para outros, e deixou de ser direito universal. Desde a segunda metade do século XX a arquitetura incorporou a necessidade de se proteger o patrimônio, com a segregação promovida por muros elevados sendo maquiada pela estética, depois acresceu-se cercas elétricas e/ou arames, câmeras de vigilância, guaritas com portaria 24 horas, até a elite se isolar da população em condomínios fechados de alto padrão.

Na interpretação de Fuganti, a sociedade não está preparada para “enfrentar as turbulências do acaso e os riscos do imprevisível, coisas que só as vidas nômades conhecem” (Fuganti, 2021, p. 118). O desconforto gerado pelas pessoas em situação de

rua e usuários/as descontrolados/as de drogas ilícitas são usados para alimentar o costume ocidental de demonizar o estranho; entretanto, a leitura dos registros do site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, dos últimos cinco anos (2018-2022) desmente a associação dos usuários de drogas ilícitas com a criminalidade.

5.1 Violência oficial

A consulta ao site oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo¹ aponta que a Cracolândia do VLT, uma das maiores da cidade, tanto em tamanho quanto na quantidade de frequentadores, não faz do bairro o campeão negativo no quesito violência. O que parece prevalecer é o estereótipo que associa usuários de drogas e pessoas em situação de rua com a criminalidade.

Os números estão disponíveis para consulta pública acessando o site acima, depois basta indicar o ano que deseja colher informações, região e cidade. Este banco oferece dados por delegacias, que abrangem regiões de Santos. No caso do José Menino, os crimes são notificados no 7º DP, que também documenta crimes cometidos nos bairros Aparecida, Boqueirão, Campo Grande, Embaré, Encruzilhada, Estuário, Gonzaga, Marapé, Pompeia, Vila Belmiro, Vila Mathias e Vila Rica. Ou seja, a forma como as ocorrências são administrativamente organizadas impede a comparação por bairros, no entanto, a distribuição espacial das ocorrências segue a mesma lógica por toda cidade.

Nas páginas abaixo, os quadros revelam números de 2018 a 2022, e são 13 tipos de ocorrências (Naturezas) listadas e para efeito de análise, os três primeiros delitos citados (destacados pelo pesquisador com fundo azul) se relacionam diretamente ao universo das drogas e os comentários se concentrarão nessas modalidades. Os quadros com os demais crimes seguem na íntegra, só não fazem parte da reflexão porque sua origem pode não guardar qualquer relação com a presente pesquisa. Movido pelo espírito de transparência, apresentam-se os quadros na íntegra.

¹ A consulta pode ser realizada em: www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx. Acesso em 02.mar..2024.

Tabela 1: 1º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fe	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	0	19	3	3	0	5	0	0	0	0	0	0	30
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	1	1	5	0	3	1	0	6	3	0	0	1	21
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	2	1	0	4	4	0	1	0	0	0	1	14
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Nº de armas de fogo apreendidas	1	2	0	0	5	0	2	0	6	5	0	9	30
Nº de flagrantes lavrados	5	7	7	2	11	12	6	13	12	7	5	9	96
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	5	7	7	2	11	12	9	13	12	7	5	9	99
Nº de pessoas presas por mandado	2	3	4	0	4	3	2	2	3	1	4	1	29
Nº de prisões efetuadas	7	10	11	2	15	15	11	15	15	8	9	10	128
Nº de veículos recuperados	3	1	3	3	0	0	1	2	0	1	2	1	17
Total de inquéritos policiais instaurados	15	15	25	21	28	26	15	38	24	20	16	24	267

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Tabela 2: 2º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	0	15	1	0	6	4	2	1	3	2	1	1	36
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	0	0	3	1	0	1	0	4	3	2	0	0	14
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	6
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	4
Nº de flagrantes lavrados	12	11	13	9	16	0	10	10	9	5	6	6	107
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	12	11	13	9	16	3	13	14	12	5	7	7	122
Nº de pessoas presas por mandado	5	2	2	2	0	1	7	4	3	2	0	0	28
Nº de prisões efetuadas	17	13	15	11	16	4	17	14	12	7	6	6	138
Nº de veículos recuperados	2	3	3	2	5	1	3	5	3	4	2	2	35
Total de inquéritos policiais instaurados	38	30	48	29	57	3	16	18	12	7	19	13	290

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Tabela 3: 3º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Ou.	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	1	7	0	1	5	3	0	2	29	5	0	5	58
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	0	3	1	4	5	4	0	0	2	2	4	10	35
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	3	1	1	1	3	3	0	1	0	0	0	2	15
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	1	5
Nº de armas de fogo apreendidas	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Nº de flagrantes lavrados	3	11	10	0	13	7	12	3	2	5	12	10	88
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	3	11	11	19	16	8	8	5	2	5	12	10	110
Nº de pessoas presas por mandado	4	5	2	4	0	4	4	0	0	4	2	3	32
Nº de prisões efetuadas	7	16	12	16	13	11	8	3	2	9	14	13	124
Nº de veículos recuperados	3	3	3	2	6	3	3	0	0	3	0	7	33
Total de inquéritos policiais instaurados	17	28	39	20	56	18	44	27	31	33	54	46	413

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Tabela 4: 4º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	2	4	4	5	2	6	2	2	3	4	0	0	34
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	2	4	2	1	2	4	2	7	8	2	0	3	37
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	1	5
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Nº de flagrantes lavrados	8	9	5	4	7	8	9	12	9	5	7	3	86
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	10	9	8	4	7	13	9	15	9	6	11	4	105
Nº de pessoas presas por mandado	8	12	4	10	6	4	5	7	12	6	5	5	84
Nº de prisões efetuadas	16	21	9	14	13	12	14	19	21	11	16	9	175
Nº de veículos recuperados	3	2	1	1	1	1	0	1	1	2	1	0	14
Total de inquéritos policiais instaurados	26	22	11	13	16	22	19	46	20	13	14	17	239

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Tabela 5: 5º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	2	2	3	1	2	6	0	5	3	25	1	3	53
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	2	5	3	4	3	6	6	2	9	16	8	6	70
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	5	1	0	1	2	6	1	6	5	23		32
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	2	1	0	0	0	1	1	2	1	3	3	15
Nº de armas de fogo apreendidas	0	1	4	4	1	2	1	3	2	1	3	3	25
Nº de flagrantes lavrados	4	6	8	9	5	4	5	13	5	2	5	6	72
Nº de infratores apreendidos em flagrante	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	4	7	8	9	5	5	1	13	1	1	2	7	63
Nº de pessoas presas por mandado	7	12	5	3	2	7	10	0	2	1	8	1	58
Nº de prisões efetuadas	11	18	13	12	7	11	11	13	1	2	10	2	111
Nº de veículos recuperados	4	3	6	3	5	6	5	5	1	0	7	5	50
Total de inquéritos policiais instaurados	10	9	18	15	19	9	15	32	13	9	16	11	176

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Tabela 6: 7º Distrito Policial - 2022

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	4	7	5	4	3	4	2	2	1	5	0	1	38
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	0	1	0	0	1	2	1	1	0	3	0	6	15
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	4
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nº de flagrantes lavrados	8	14	18	12	13	18	13	15	7	11	6	7	142
Nº de infratores apreendidos em flagrante	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	11	16	22	16	13	19	15	18	7	12	6	7	162
Nº de pessoas presas por mandado	6	2	1	0	3	4	0	6	3	1	2	0	28
Nº de prisões efetuadas	14	16	19	12	16	22	13	21	10	5	8	7	163
Nº de veículos recuperados	5	0	2	0	0	4	1	0	0	1	1	1	15
Total de inquéritos policiais instaurados	14	56	33	32	66	49	19	54	13	30	17	29	412

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2022.

Legenda:

- (1) São computadas somente as ocorrências em que houve apenas apreensão de entorpecentes (sem pessoas envolvidas).

Tabela 7: 1º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	29	4	3	8	12	9	4	6	26	1	27	1	130
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	6	5	2	3	2	2	1	1	2	4	1	1	30
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	1	2	0	1	1	0	1	0	0	0	0	6
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	6
Nº de armas de fogo apreendidas	1	1	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	7
Nº de flagrantes lavrados	20	14	14	13	6	5	9	7	11	10	7	7	123
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	23	17	17	18	6	5	9	7	14	10	10	7	143
Nº de pessoas presas por mandado	3	2	4	0	2	2	1	2	5	4	1	2	28
Nº de prisões efetuadas	23	16	18	13	8	7	10	9	16	14	8	9	151
Nº de veículos recuperados	1	0	2	2	2	1	3	5	2	3	0	0	21
Total de inquéritos policiais instaurados	40	22	32	32	23	18	26	28	42	19	39	16	337

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Tabela 8: 2º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	7	2	4	1	4	6	0	8	13	0	13	1	59
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	4	2	2	0	4	0	2	0	3	1	1	1	20
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	2	0	0	2	1	2	0	0	1	0	0	0	8
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	1	0	1	0	0	3	0	1	0	6
Nº de flagrantes lavrados	12	10	24	15	9	7	7	14	13	9	7	12	139
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	16	11	34	17	9	7	7	15	16	9	7	12	160
Nº de pessoas presas por mandado	2	1	2	0	2	0	3	0	0	2	3	2	17
Nº de prisões efetuadas	14	11	26	15	11	7	10	14	13	11	10	14	156
Nº de veículos recuperados	7	10	0	1	0	0	0	4	6	2	2	2	34
Total de inquéritos policiais instaurados	31	39	41	24	26	20	35	55	22	33	29	66	421

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Tabela 9: 3º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	7	1	1	0	0	2	2	2	0	1	0	7	23
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	5	2	2	3	2	1	1	6	6	8	2	1	39
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	4	0	5	1	2	4	5	1	0	1	2	26
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	4	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	6
Nº de flagrantes lavrados	10	11	8	10	9	14	2	15	12	17	10	9	127
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	11	0	0	0	0	14	0	0	0	25
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Nº de pessoas presas em flagrante	10	13	9	0	9	16	2	17	0	17	11	9	113
Nº de pessoas presas por mandado	5	1	0	0	4	3	3	6	0	0	7	2	31
Nº de prisões efetuadas	15	12	8	10	13	17	5	21	17	17	17	11	163
Nº de veículos recuperados	1	5	2	2	3	1	1	2	1	1	1	4	24
Total de inquéritos policiais instaurados	17	11	32	20	20	41	17	43	20	27	23	56	327

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Tabela 10: 4º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul.	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	5	1	2	5	4	2	2	1	1	8	4	0	35
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	3	13	5	10	5	6	6	2	2	1	2	2	57
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Nº de flagrantes lavrados	5	13	9	15	7	8	8	6	5	8	5	2	91
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	6	13	9	17	8	10	11	7	8	15	5	2	111
Nº de pessoas presas por mandado	5	8	3	4	8	3	3	7	7	9	2	2	61
Nº de prisões efetuadas	10	21	12	19	15	11	11	13	12	17	7	4	152
Nº de veículos recuperados	5	0	3	2	2	1	4	2	0	2	2	0	23
Total de inquéritos policiais instaurados	13	20	18	21	25	22	10	14	10	18	19	4	194

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Tabela 11: 5º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul.	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	3	2	2	1	1	3	5	3	2	2	5	0	29
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	7	4	7	6	9	5	9	5	3	4	4	7	70
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ocorrência de porte ilegal de arma	2	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0	6
Nº de armas de fogo apreendidas	19	0	4	2	7	0	0	3	3	0	0	0	38
Nº de flagrantes lavrados	15	7	9	9	11	8	16	6	11	9	4	9	114
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Nº de pessoas presas em flagrante	16	10	12	12	13	6	19	6	14	12	4	12	136
Nº de pessoas presas por mandado	18	3	8	4	9	2	5	4	7	7	4	9	80
Nº de prisões efetuadas	33	10	17	13	20	8	21	10	18	16	8	18	192
Nº de veículos recuperados	8	1	6	6	7	8	8	3	9	4	4	7	71
Total de inquéritos policiais instaurados	21	18	17	20	16	13	21	12	21	17	12	17	205

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Tabela 12: 7º Distrito Policial - 2021

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	5	1	1	0	4	4	0	3	10	2	4	1	35
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	5	1	2	1	0	1	1	1	1	0	1	1	15
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	0	4
Nº de armas de fogo apreendidas	2	1	0	0	0	1	2	0	0	1	1	0	8
Nº de flagrantes lavrados	15	5	10	8	7	10	15	10	12	9	12	4	117
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	17	8	10	9	7	10	19	10	13	9	13	4	129
Nº de pessoas presas por mandado	9	3	0	3	7	4	1	7	7	5	5	0	51
Nº de prisões efetuadas	26	8	10	11	14	14	16	17	19	14	17	4	170
Nº de veículos recuperados	6	1	3	5	4	3	6	3	2	4	1	5	43
Total de inquéritos policiais instaurados	55	26	12	18	33	52	36	32	12	37	14	5	332

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2021.

Legenda:

- (1) São computadas somente as ocorrências em que houve apenas apreensão de entorpecentes (sem pessoas envolvidas).

Tabela 13: 1º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	23	22	3	2	0	1	3	0	22	1	2	10	89
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	2	2	2	4	0	3	5	2	6	5	2	2	35
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Nº de flagrantes lavrados	10	7	6	12	7	5	13	15	14	15	9	16	129
Nº de infratores apreendidos em flagrante	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Nº de infratores apreendidos por mandado	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Nº de pessoas presas em flagrante	0	8	8	18	8	6	17	18	18	19	12	23	155
Nº de pessoas presas por mandado	0	4	2	0	2	2	4	1	3	2	1	3	24
Nº de prisões efetuadas	14	11	8	12	9	7	17	16	17	17	10	19	157
Nº de veículos recuperados	2	1	0	0	1	0	0	1	0	2	2	1	10
Total de inquéritos policiais instaurados	42	15	23	16	20	53	20	28	30	33	20	42	342

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Tabela 14: 2º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	8	2	0	1	1	1	3	6	7	1	3	3	36
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	3	5	3	3	4	2	5	4	3	3	2	2	39
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	2	7
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	2	0	1	0	1	0	0	2	1	0	0	0	7
Nº de flagrantes lavrados	8	14	10	9	12	9	8	13	5	7	8	7	110
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	9	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11
Nº de pessoas presas em flagrante	10	14	12	11	14	12	12	16	9	8	8	8	134
Nº de pessoas presas por mandado	4	3	7	2	3	0	2	3	3	0	2	2	31
Nº de prisões efetuadas	14	17	17	11	15	9	10	16	8	7	10	9	143
Nº de veículos recuperados	5	3	6	4	1	5	4	5	2	2	5	4	46
Total de inquéritos policiais instaurados	48	32	41	22	21	37	28	35	16	21	25	36	362

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Tabela 15: 3º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	5	9	0	1	1	2	2	1	3	0	0	6	30
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	6	2	3	3	1	1	3	3	1	1	2	3	29
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	1	0	0	0	1	2	1	1	2	1	4	13
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nº de flagrantes lavrados	19	13	15	10	7	7	5	3	4	7	8	6	104
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	22	13	16	10	7	7	5	6	4	7	9	6	112
Nº de pessoas presas por mandado	5	2	1	1	2	0	1	1	2	1	1	2	19
Nº de prisões efetuadas	24	15	16	11	9	7	6	4	6	8	9	8	123
Nº de veículos recuperados	3	0	0	2	0	0	1	0	2	0	0	4	12
Total de inquéritos policiais instaurados	45	36	59	20	19	12	14	9	26	35	22	18	315

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Tabela 16: 4º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	3	0	1	2	1	1	2	4	4	2	2	4	26
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	4	2	3	4	9	5	8	7	6	3	0	2	53
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de flagrantes lavrados	9	5	9	9	14	6	12	11	10	4	6	8	103
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	11	5	13	11	14	6	13	14	14	7	11	16	135
Nº de pessoas presas por mandado	8	11	8	5	1	7	4	3	3	9	2	8	69
Nº de prisões efetuadas	17	16	17	14	15	13	16	14	13	13	8	16	172
Nº de veículos recuperados	7	6	2	4	2	0	3	2	3	3	1	1	34
Total de inquéritos policiais instaurados	17	17	13	11	32	8	16	25	19	18	11	11	198

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Tabela 17: 5º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Ma.	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	10	4	0	4	2	1	2	1	2	3	3	4	36
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	7	9	6	2	8	4	1	3	6	8	5	2	61
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	4
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	1	1	0	1	1	1	2	1	9	17
Nº de flagrantes lavrados	12	6	6	7	11	7	4	7	6	6	4	10	86
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	16	7	9	7	14	7	4	7	6	6	4	15	102
Nº de pessoas presas por mandado	6	11	7	1	3	1	4	3	18	10	5	17	86
Nº de prisões efetuadas	18	17	13	8	14	8	8	10	24	16	9	27	172
Nº de veículos recuperados	4	13	4	2	4	5	7	5	4	9	6	10	73
Total de inquéritos policiais instaurados	23	14	14	12	13	14	8	20	8	16	10	14	166

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Tabela 18: 7º Distrito Policial - 2020

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	22	10	1	0	0	3	4	6	8	0	4	1	59
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	3	2	0	0	0	2	1	0	2	1	0	2	13
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	4
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	4
Nº de armas de fogo apreendidas	1	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	2	7
Nº de flagrantes lavrados	13	35	12	13	7	9	6	6	11	14	5	12	143
Nº de infratores apreendidos em flagrante	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	9
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	15	17	13	14	13	12	8	9	11	15	6	12	145
Nº de pessoas presas por mandado	14	3	0	0	0	0	2	5	6	3	1	8	42
Nº de prisões efetuadas	27	15	12	13	7	9	8	11	17	17	6	20	162
Nº de veículos recuperados	11	6	4	1	1	4	6	2	0	5	5	4	49
Total de inquéritos policiais instaurados	38	32	16	19	23	26	23	12	40	17	30	12	288

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020.

Legenda:

- (1) São computadas somente as ocorrências em que houve apenas apreensão de entorpecentes (sem pessoas envolvidas).

Tabela 19: 1º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	24	27	26	27	27	27	26	21	1	17	18	17	258
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	5	3	12	0	4	2	4	5	3	2	4	2	46
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	6
Nº de armas de fogo apreendidas	0	8	1	1	1	3	1	2	0	0	0	9	26
Nº de flagrantes lavrados	9	16	17	7	10	12	13	13	11	14	9	7	138
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	1	0	0	16	0	0	0	0	17
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Nº de pessoas presas em flagrante	9	18	18	7	13	12	14	0	13	18	9	8	139
Nº de pessoas presas por mandado	4	4	3	1	7	2	2	0	5	4	5	4	41
Nº de prisões efetuadas	13	20	20	8	17	14	15	17	16	18	14	11	183
Nº de veículos recuperados	2	2	4	4	1	1	1	1	3	0	3	2	24
Total de inquéritos policiais instaurados	38	54	38	25	32	43	39	39	21	34	27	11	401

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Tabela 20: 2º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	10	7	8	8	13	2	8	14	9	6	6	2	93
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	4	4	3	4	3	2	2	1	1	3	1	1	29
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
Nº de flagrantes lavrados	8	8	13	21	6	15	9	11	14	5	4	7	121
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	9	8	15	24	6	19	10	15	19	5	7	7	144
Nº de pessoas presas por mandado	6	5	10	4	3	7	18	5	6	3	5	5	77
Nº de prisões efetuadas	14	13	23	25	9	26	27	16	20	8	9	12	202
Nº de veículos recuperados	5	0	4	0	1	6	4	9	2	2	5	2	40
Total de inquéritos policiais instaurados	40	24	26	42	34	40	26	42	38	11	32	29	384

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Tabela 21: 3º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar.	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	3	1	2	2	1	1	4	2	6	2	4	1	29
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	4	6	3	6	7	2	4	4	4	3	3	4	50
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	3	1	0	0	0	1	2	1	2	1	0	0	11
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	1	0	2	0	0	2	1	0	1	0	0	7
Nº de armas de fogo apreendidas	1	1	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	6
Nº de flagrantes lavrados	14	11	6	15	12	6	10	9	12	13	14	11	133
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	15	13	7	17	12	6	11	9	15	13	14	14	146
Nº de pessoas presas por mandado	0	2	1	2	3	3	3	10	6	6	2	2	40
Nº de prisões efetuadas	14	13	7	16	15	9	13	19	18	19	16	13	172
Nº de veículos recuperados	3	3	0	0	2	2	3	4	3	0	6	0	26
Total de inquéritos policiais instaurados	59	28	14	45	30	18	60	42	36	22	17	21	392

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Tabela 22: 4º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	7	3	8	6	3	6	1	3	5	2	2	3	49
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	7	2	3	12	6	0	4	1	6	1	4	6	52
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	3
Nº de flagrantes lavrados	10	7	9	17	7	6	10	4	9	4	10	14	107
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	11	7	11	17	10	6	10	4	10	5	11	15	117
Nº de pessoas presas por mandado	12	16	17	24	19	14	18	7	17	13	14	10	181
Nº de prisões efetuadas	22	23	26	41	26	20	26	11	26	17	24	24	286
Nº de veículos recuperados	2	2	7	6	0	4	2	0	7	1	3	7	41
Total de inquéritos policiais instaurados	16	16	25	24	18	9	20	19	16	11	26	14	214

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Tabela 23: 5º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	4	2	7	3	0	3	1	1	4	0	2	2	29
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	10	6	6	10	0	5	5	4	5	8	2	7	68
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	1	0	1	1	0	0	1	0	3	1	2	10
Nº de armas de fogo apreendidas	1	2	0	3	0	1	0	5	0	1	1	1	15
Nº de flagrantes lavrados	11	5	10	10	3	6	4	10	7	12	5	8	91
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	11	6	10	16	3	6	4	13	9	12	6	8	104
Nº de pessoas presas por mandado	9	7	10	9	8	1	5	8	4	6	3	9	79
Nº de prisões efetuadas	20	12	20	19	11	7	9	18	11	18	8	17	170
Nº de veículos recuperados	6	6	8	7	5	10	3	8	7	7	3	7	77
Total de inquéritos policiais instaurados	27	14	15	25	11	10	9	16	12	18	16	21	194

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Tabela 24: 7º Distrito Policial - 2019

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	39	14	9	11	7	11	12	11	15	7	18	17	171
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	8	3	1	0	1	0	2	2	1	3	1	2	24
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	1	7
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	1	0	0	2	0	1	1	0	1	6
Nº de armas de fogo apreendidas	1	0	0	3	0	0	3	0	1	1	0	3	12
Nº de flagrantes lavrados	19	8	7	19	11	13	13	9	8	11	9	7	134
Nº de infratores apreendidos em flagrante	1	0	4	6	0	0	1	6	5	1	19	0	43
Nº de infratores apreendidos por mandado	1	0	1	0	0	2	2	1	0	1	0	0	8
Nº de pessoas presas em flagrante	21	10	12	25	13	16	18	10	9	12	9	8	163
Nº de pessoas presas por mandado	16	7	6	9	13	2	6	7	8	5	9	9	97
Nº de prisões efetuadas	35	15	18	28	24	15	19	16	16	16	18	16	236
Nº de veículos recuperados	5	3	3	5	5	6	7	3	5	3	6	8	59
Total de inquéritos policiais instaurados	45	29	24	59	28	43	41	42	26	26	33	25	421

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2019.

Legenda:

- (1) São computadas somente as ocorrências em que houve apenas apreensão de entorpecentes (sem pessoas envolvidas).

Tabela 25: 1º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	34	23	22	15	23	2	17	12	27	26	30	23	254
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	2	0	2	3	3	5	6	3	3	4	1	3	35
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	1	0	0	2	1	1	2	0	0	0	7
Ocorrência de porte ilegal de arma	2	0	1	0	0	2	1	1	0	0	2	1	10
Nº de armas de fogo apreendidas	3	0	2	0	1	2	5	2	1	0	1	1	18
Nº de flagrantes lavrados	9	14	12	6	12	16	16	14	8	14	13	13	147
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	9	16	15	6	13	20	16	17	9	16	15	14	166
Nº de pessoas presas por mandado	10	5	3	6	5	4	4	3	6	6	4	1	57
Nº de prisões efetuadas	19	19	15	12	17	20	20	17	14	20	17	14	204
Nº de veículos recuperados	4	2	2	1	5	0	6	1	0	2	2	3	28
Total de inquéritos policiais instaurados	31	18	19	15	25	32	37	38	37	36	41	18	347

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

Tabela 26: 2º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	4	10	4	10	1	2	1	2	6	7	5	7	59
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	8	2	4	1	1	1	3	1	1	2	3	1	28
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	1	0	5
Nº de flagrantes lavrados	17	13	16	10	16	7	15	8	10	14	14	12	152
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	19	14	17	14	22	10	16	9	11	18	15	14	179
Nº de pessoas presas por mandado	11	8	7	9	11	6	3	12	5	4	6	9	91
Nº de prisões efetuadas	28	21	23	19	27	13	18	20	15	18	20	21	243
Nº de veículos recuperados	4	4	4	6	2	4	6	6	3	5	2	0	46
Total de inquéritos policiais instaurados	42	38	24	23	26	28	28	44	29	24	40	32	378

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

Tabela 27: 3º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan.	Fev.	Mar.	Abri l	Mai o	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	10	3	1	3	2	2	1	1	5	5	1	1	35
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	6	1	5	2	2	0	2	1	0	1	2	4	26
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	4	2	1	1	1	0	2	2	1	3	3	3	23
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	1	0	3	0	3	0	0	0	0	3	10
Nº de flagrantes lavrados	14	13	15	15	12	5	12	5	7	11	12	11	132
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	15	15	15	14	14	5	12	6	7	13	13	13	143
Nº de pessoas presas por mandado	5	7	3	3	5	3	4	9	10	2	4	5	60
Nº de prisões efetuadas	19	20	18	18	17	8	16	14	17	13	16	16	192
Nº de veículos recuperados	2	1	4	1	1	1	5	2	3	5	1	3	29
Total de inquéritos policiais instaurados	37	35	37	37	29	29	32	41	27	35	28	17	384

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

Tabela 28: 4º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	15	5	6	5	7	4	4	8	0	14	8	7	83
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	4	5	1	5	6	0	1	2	6	4	5	1	40
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	0	1	2	2	0	1	1	0	0	2	1	1	11
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Nº de armas de fogo apreendidas	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Nº de flagrantes lavrados	8	11	10	10	21	9	8	8	18	9	6	6	124
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	8	17	13	12	25	14	9	9	21	12	6	8	154
Nº de pessoas presas por mandado	13	8	14	11	10	13	17	18	13	11	18	10	156
Nº de prisões efetuadas	21	19	24	21	31	22	25	26	31	20	24	16	280
Nº de veículos recuperados	1	1	1	2	1	0	4	2	2	2	0	0	16
Total de inquéritos policiais instaurados	26	28	13	10	21	34	14	17	17	27	9	13	229

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

Tabela 29: 5º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	4	1	2	2	0	4	3	0	3	1	3	2	25
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	11	3	4	2	2	7	2	2	3	1	3	6	46
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	1	3	1	0	1	0	1	2	1	1	2	14
Ocorrência de porte ilegal de arma	1	2	2	1	0	0	2	0	0	1	0	0	9
Nº de armas de fogo apreendidas	1	1	2	1	0	0	2	0	0	1	0	0	8
Nº de flagrantes lavrados	11	14	9	7	0	11	9	6	9	4	3	8	91
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Nº de pessoas presas em flagrante	14	12	13	9	6	11	9	6	11	5	3	8	107
Nº de pessoas presas por mandado	7	11	14	20	7	17	20	12	20	14	7	8	157
Nº de prisões efetuadas	18	25	23	27	7	11	29	18	29	18	10	16	231
Nº de veículos recuperados	9	3	9	9	7	14	9	4	12	8	8	8	100
Total de inquéritos policiais instaurados	18	25	18	15	12	28	18	12	25	11	19	16	217

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

Tabela 30: 7º Distrito Policial - 2018

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências de porte de entorpecentes	22	18	14	12	10	11	14	12	11	4	13	25	166
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	8	0	4	1	0	3	1	4	5	2	1	5	34
Ocorrências de apreensão de entorpecentes (1)	1	2	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	9
Ocorrência de porte ilegal de arma	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nº de armas de fogo apreendidas	1	2	6	1	0	0	0	0	1	1	0	0	12
Nº de flagrantes lavrados	12	14	10	16	12	15	10	7	21	15	13	16	161
Nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	0	0	0	2	0	0	6	0	0	0	8
Nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de pessoas presas em flagrante	14	17	11	19	14	20	12	9	25	17	17	18	193
Nº de pessoas presas por mandado	12	9	10	3	6	8	4	11	12	8	6	10	99
Nº de prisões efetuadas	24	23	20	19	18	23	14	18	33	23	19	26	260
Nº de veículos recuperados	4	8	6	6	4	9	5	9	8	8	7	4	78
Total de inquéritos policiais instaurados	24	34	28	30	48	31	39	33	37	31	35	40	410

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018.

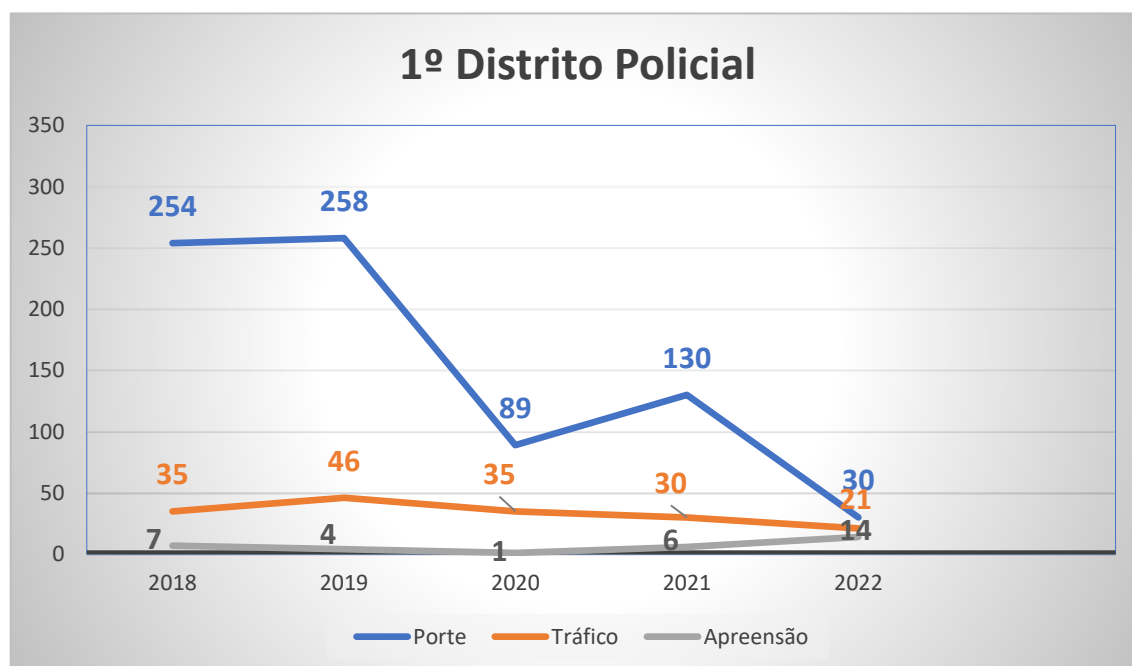
Legenda:

- (1) São computadas somente as ocorrências em que houve apenas apreensão de entorpecentes (sem pessoas envolvidas).

Verifica-se que no período em análise, em nenhum ano o 7º DP liderou as estatísticas em qualquer um dos três delitos sobre entorpecentes. Ficou em segunda lugar, em 2018, 2019 e 2020 na ocorrência de porte de entorpecentes. Em contrapartida, foi a delegacia com menor registro de tráfico de entorpecentes em 2020, 2021 e 2022. No caso de uma análise histórica interna, por tipologia dos três crimes associados à drogadição (ver gráfico de linhas abaixo), vê-se que no 1º DP (que abrange a região central e três cracolândias ao ar livre) houve queda acentuada de indivíduos com porte de entorpecentes, leve redução (de 30 para 21) na apreensão por tráfico a partir do início da segunda década do século XXI, enquanto a apreensão de drogas vem em uma crescente.

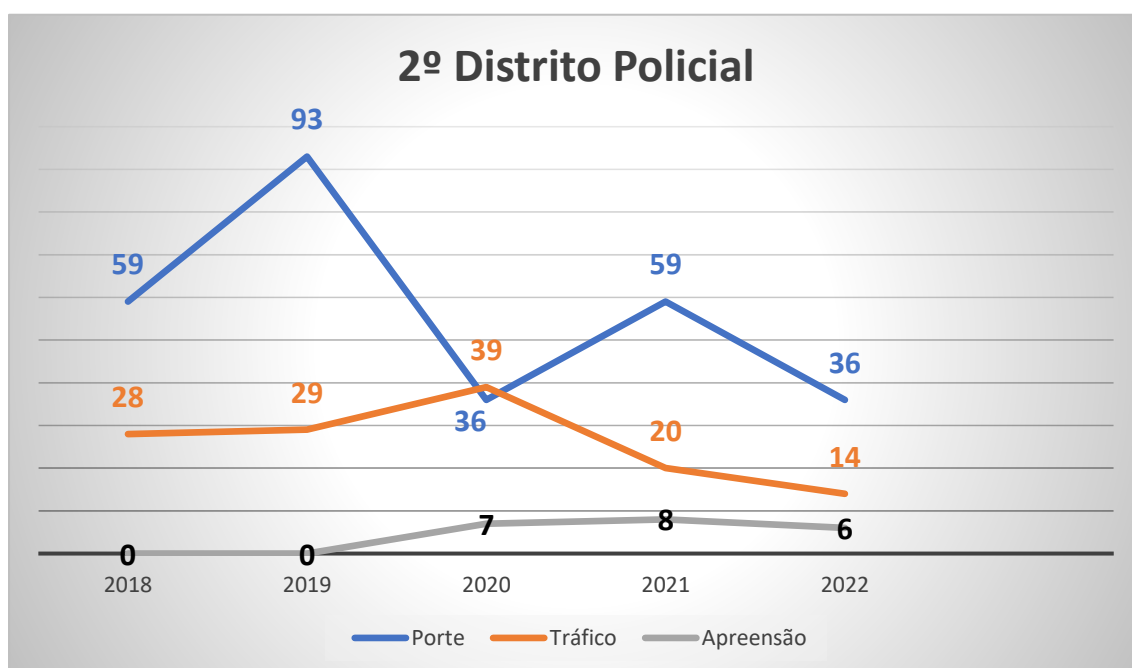
O 7º DP registra uma acentuada queda na apreensão de porte de drogas, enquanto as prisões por tráfico e apreensão de drogas parecem estabilizadas. Na soma dos três delitos (porte, tráfico e apreensão de entorpecentes) por delegacia/ano, novamente o distrito que abrange os crimes cometidos em uma área que inclui a Cracolândia do José Menino, não fica entre os piores, ao contrário.

Gráfico 1: 1º Distrito Policial



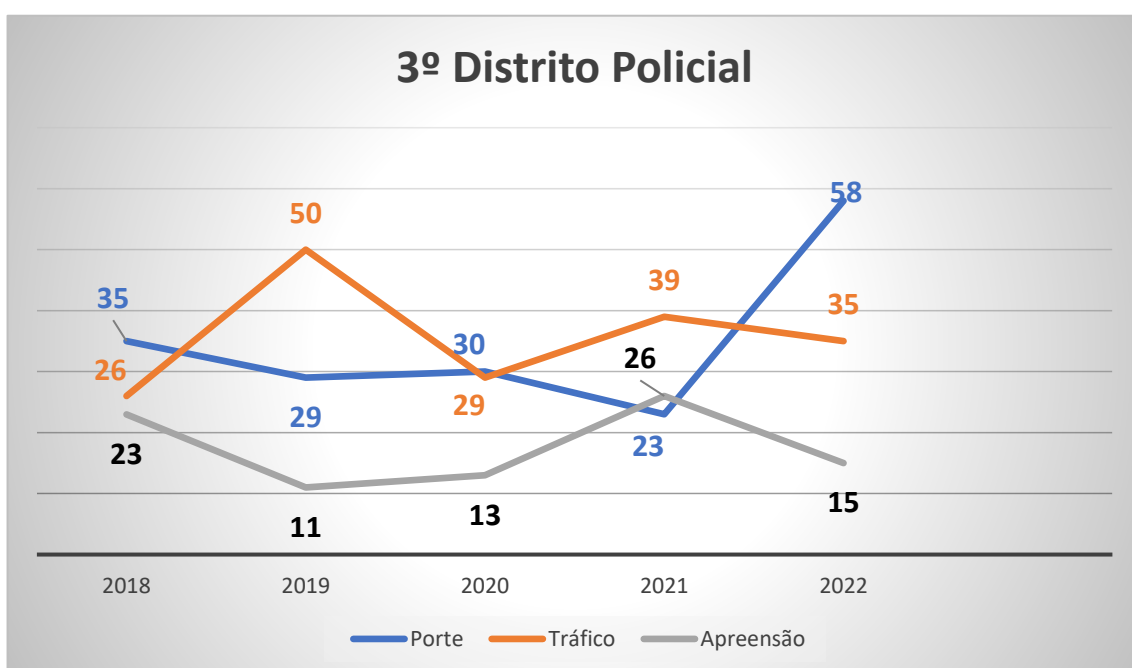
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Gráfico 2: 2º Distrito Policial



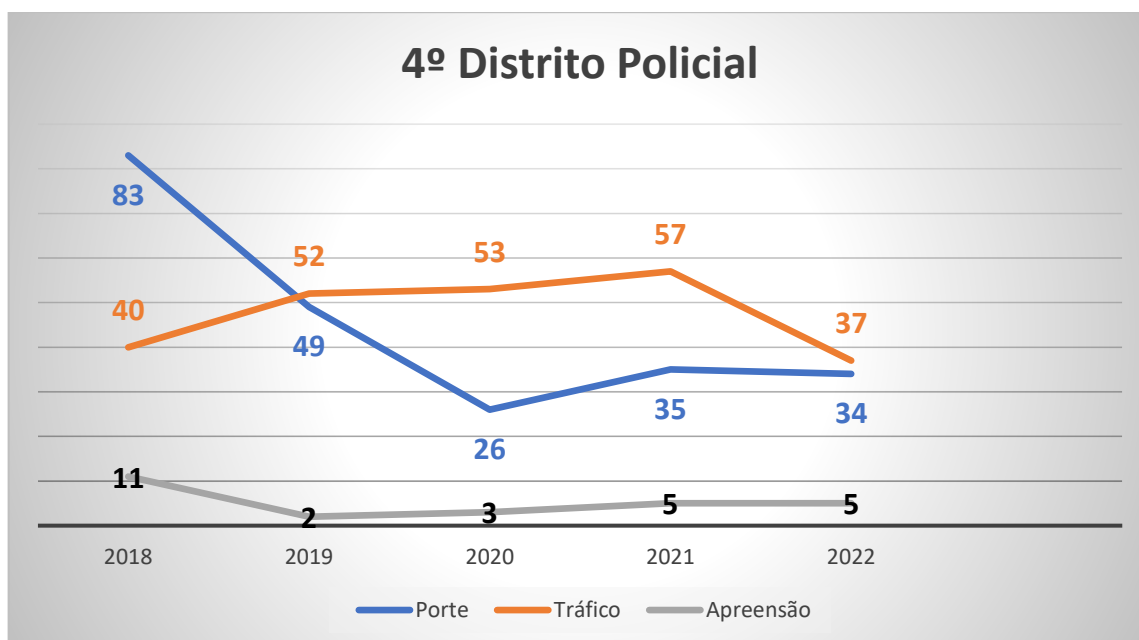
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Gráfico 3: 3º Distrito Policial



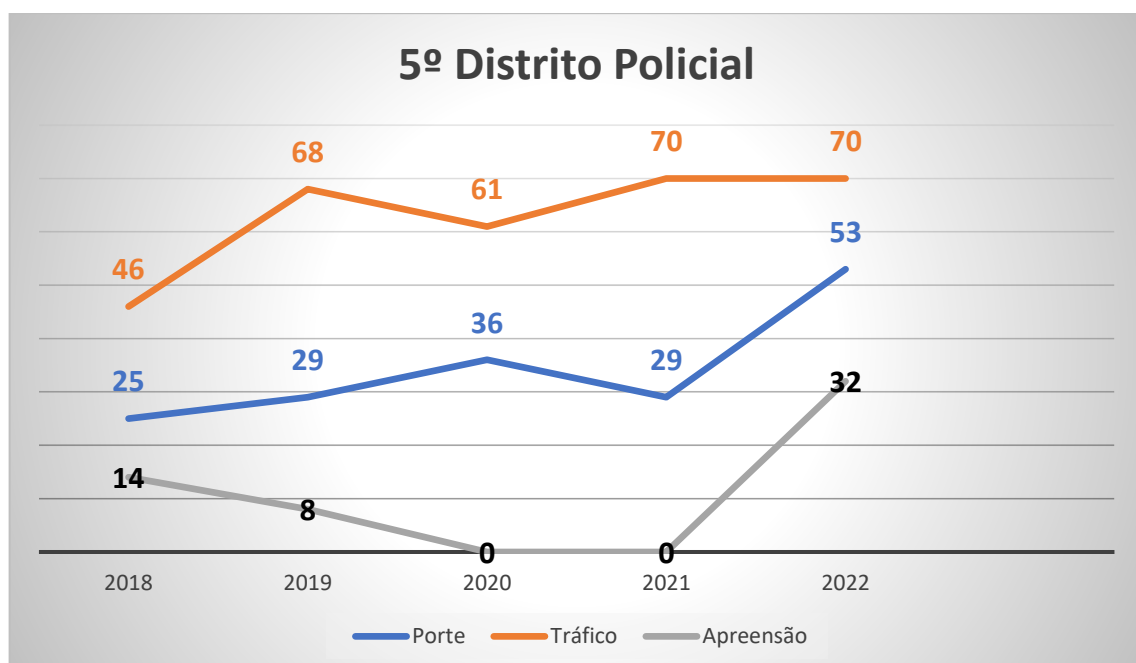
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Gráfico 4: 4º Distrito Policial



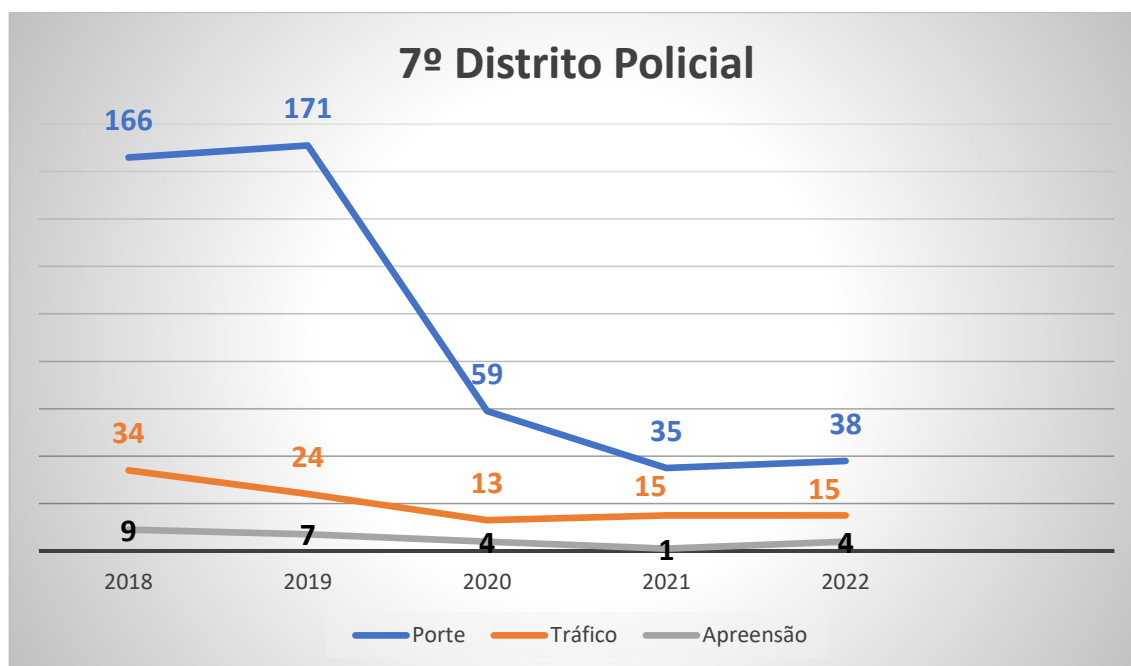
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Gráfico 5: 5º Distrito Policial



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Gráfico 6: 7º Distrito Policial



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018-2022.

Safatle oferece uma explicação para o descompasso entre a sensação descrita por moradores e comerciantes do José Menino e os citados registros policiais, e que está umbilicalmente ligada ao capitalismo neoliberal, à forma como os integrantes da sociedade são concebidos, a partir do estímulo à competição, ao acúmulo de patrimônio, capital, prestígio social, troca de bens. O filósofo afirma que essas exigências neoliberais têm natureza repressiva e geram subjetividades inclinadas à conformidade social, que por sua vez resultaram no conflito entre realidade e desejo. Definitivamente os adictos não se enquadram no padrão atribuído de conformidade social (Safatle, 2021, p. 199):

Sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da gestão e produção social do medo. A liberdade nas sociedades que inscrevem sujeitos sob a forma de indivíduos é indissociável da criação de uma cultura emergencial da segurança sempre latente, cultura do risco iminente e contínuo de ser violentado. Compreender a vida social para além desse horizonte emergencial será, necessariamente, colocar em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos como indivíduos e pessoas (Safatle, 2021, p. 17).

O breve histórico policial ajuda a confrontar o mito da violência no bairro decorrente da instalação da Cracolândia no José Menino. Os números evidenciam que o cometimento de crimes existe, mas não faz desta região uma área mais perigosa que outra, mesmo tendo em seu interior um dos maiores pontos concentradores de usuários compulsivos de entorpecentes, em Santos. O que fica demonstrado neste estudo é que a maior vítima da

violência não está no entorno da Cracolândia, mas em seu coração, e atinge em cheio as mulheres, as negras em particular, atacadas pelo machismo que domina este território e sem encontrar qualquer freio e ignorado até nos registros oficiais. Crítico da estrutura capitalista, Mészáros alerta que o Estado despótico foi substituído pelo Estado totalitário (p. 51), gerando sofrimentos:

Na verdade, o verdadeiro problema não é a violência genérica, mas a ilegalidade do Estado bem concreta, socialmente fundamentada e sustentada que emerge regularmente e afirma-se como uma questão de determinações de crise sistêmica. A questão da violência, não importa quão grave ela seja, é apenas uma parte do problema mais geral e também muito mais fundamental (...) Na verdade, o propósito real não reconhecido do pronunciamento weberiano, é a legitimação e a justificação apologética do Estado capitalista e de sua ilegalidade enquanto violência (MÉSZÁROS, 2015, p.52).

A esquizoanálise identifica a “falsa consciência” que o sujeito capitalista tem de si mesmo e não se percebe em um círculo viciante onde tudo é produção e consumo, incluso sentimentos (Deleuze; Guattari, 2004, p. 9):

A crueldade não tem nada a ver com uma violência qualquer ou com uma violência natural, com que se explicaria a história do homem; ela é o movimento da cultura que se realiza nos corpos, se inscreve neles, domesticando-os. É isto o que a crueldade significa; a cultura da crueldade não é um movimento da ideologia, mas sim um movimento que mete à força a produção no desejo e, inversamente – igualmente à força –, o desejo na produção e reprodução sociais. Porque até a morte, o castigo e os suplícios são desejados e são produções” (Deleuze e Guattari, 2004, p. 149).

5.2 Ética

“O tempo no qual havia o outro passou”. Assim Byug-Chul Han começa *A Expulsão do Outro*, uma síntese tão funesta sobre nossa civilização que poderia constar na lápide da contemporaneidade, se houvesse uma. O sujeito ao qual ele se refere é um terceiro, mas o que o filósofo chama de processo de destruição do outro revela-se um comportamento que culmina com a autodestruição. Em suas palavras: “um sistema que recusa a negatividade do outro desenvolve traços autodestrutivos” (Han, 2022, p.8). O mesmo autor já havia alertado, antes, para o surgimento da sociedade do positivo, onde o excesso de positividade levou à sociedade da transparência, que vem a ser o “abismo do igual” (Han, 2017, p.8). O outro é alguém distinto, permite o contraditório, a dialética do pensar; o outro é quem vive em área livre, é o usuário descontrolado de drogas ilícitas, é a mulher vítima de violência e da exclusão de sua dor, de sua existência. “Sem a presença do outro, a comunicação se degrada em uma troca acelerada de informações. Ela não produz uma relação, mas sim apenas uma conexão” (Han, 2022, p.129-130):

O escutar tem uma dimensão política. Ele é uma ação, participação ativa na existência do outro e também no seu sofrimento (...) Hoje, ouvimos muito, mas desaprendemos cada vez mais a habilidade de escutar outros, de dar escuta à sua fala, ao seu sofrimento. Hoje, cada um está, de algum modo, sozinho consigo, com seus sofrimentos, com suas angústias” (Han, 2022, p.130-131).

Na concepção de Chul Han, entre tantas crises sociais, vive-se uma crise temporal, que é a “totalização do tempo do si”, que é um tempo que fala para dentro, imanente. Nesse tempo de isolamento, de sequer identificar o concorrente comercial, que pode estar até em outro continente, a pessoa em situação de rua e usuária de droga é tudo o que alguns não querem ver, testemunhar. A certeza neoliberal com sua meritocracia inspira o medo de não se ser bom o suficiente:

O tempo do outro se furta à lógica do aumento do desempenho e da eficiência, que produz uma pressão por aceleração. A política temporal neoliberal desfaz o tempo do outro; que seria para ela, um tempo improdutivo. A totalização do tempo do si caminha conjuntamente com a totalização da produção, que hoje abrange todas as esferas da vida e ela à exploração total do ser humano” (Han, 2022, p. 134-135).

Antes de Chul Han, o filósofo franco-lituano Emmanuel Lévinas não só desenvolveu uma teoria dedicada à valorização do outro, como concebe a ética como a filosofia primeira, o que, se aceito, implicaria que toda teoria filosófica, independentemente da área do saber, teria que passar pelo crivo da ética para depois se desenvolver com valores humanos em uma especificidade. Lévinas nos convida para o abrir-se ao outro sem esperar algo em contrapartida, algo difícil de imaginar em uma prática cotidiana marcada pela economia. “O mais perigoso dos sedutores é aquele que arrasta com palavras piedosas à violência e ao desprezo de outro homem” (Lévinas, 2014, p. 37).

Antes de avançar para a pesquisa de campo, urge a volta ao território desta investigação, uma vez que o fato do ponto central da Cracolândia do VLT (entre o túnel e a estação de São Vicente) permitir plateia, pois está ladeada por edificações, transformou este espaço em uma espécie de atualização do teatro de arena da antiga Grécia. As janelas colocam o morador de frente para a violência, mas quem quer ver e escutar essa outra que fica na Cracolândia? Vira-se plateia da violência urbana, que passou a ser tolerável, passa-se a suportar e a cada dia parece haver o esforço inconscientemente para ampliar esse limite da tolerância à violência, que até virou brinquedo nas mãos de crianças, já treinadas a minimizar a morte do outro.

Essa configuração urbana faz do silêncio cúmplice da vizinhança uma opção de ser, uma forma de se relacionar com o mais frágil; no modo como se fecham olhos e bocas, se tampam ouvidos à agressividade ao lado, como se fosse possível não testemunhar. Ao analisar os vínculos sociais, Vladimir Safatle afirma “que nossos olhos não podem ser indiferentes porque nos afeta, seja através da forma da atração, seja através da repulsa” (Safatle, 2021, p. 14), ou

talvez o atual estágio civilizatório seja mais dramático e “somente a pura violência é muda” (Arendt, 2007, p. 35).

Numa época de intransigência e de polarizações ideárias, quando as populações vulneráveis têm ainda mais a perder, vale a pena revisitar o conceito de banalidade do mal, expresso por Arendt. A humanidade não precisa de um ditador ou um Estado opressor para estimular práticas desumanas, não precisa de um imperativo categórico kantiano do mal para se sofrer violentamente, o mal pode ser extraído do nada fazer. O que a filósofa demonstra é que qualquer pessoa pode tomar decisões éticas e socialmente reprováveis, neste caso, na perda da capacidade crítica.

Ao tratar do julgamento de Eichmann, Arendt pontua que “o mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhece – a qualidade da tentação. Muitos alemães (...) devem ter sido tentados a não matar, a não roubar (...) Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação” (Arendt, 2013, p. 167). O mal segue nos perseguindo, geração pós geração, como se fosse uma indiferença hereditária do neoliberalismo que eleva nossos antecorpos a todos os estranhos. Chorar por quem é diferente, só se for as carpideiras, a emoção comprada do capitalismo.

Arendt afirma que “a expulsão de cidadãos (...) já é em si um crime contra a humanidade” (Arendt, 2013, p. 291), com o que concordo, mas lembrando o contrato racial de Charles W. Mills, o mesmo vale para os/as negros/as, me referindo particularmente às pessoas em situação de rua? Nada se compara ao horror da guerra, mas o não inconformismo com agressões menores, significa a continuidade da banalização do mal e a seleção de quem merece justiça e quem segue silenciada. Se como diz Arendt, a violência é a “mais flagrante manifestação do poder” (Arendt, 2001, p. 31) e “jamais será legítima” (Arendt, 2001, p. 41), sua condição estrutural se constata pela teoria e se comprova pela tolerância da plateia a toda sorte de agressividade, violência esta que direta e indiretamente atingem esse indesejado expectador:

O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido (Arendt, 2001, p. 47).

O enfrentamento conjunto da violência direcionada à misoginia, racismo, aporofobia e homofobia precisa obrigatoriamente passar pela ética, no caso de se pretender uma reação humanitária, justa e civilizatória. É imperativo que esse compromisso norteie ações nos campos político, jurídico e social; uma ética da alteridade, que significa respeito e responsabilidade pelo outrem, sobretudo na contemporaneidade que tem como uma de suas marcas o egoísmo. O

pensar transcendente e desafiador de Lévinas, deveria ser um vocativo, dado que até o humano virou mercadoria e bate à nossa porta uma inteligência capaz de tornar artificial a vida de muitos.

5.3 Na sombra

A despeito de toda popularidade da informação, a violência contra a mulher em situação de rua que frequenta Cracolândia permanece no escuro. Estatísticas recentes de quatro órgãos independentes indicam que as autoridades não compreendem locais concentradores de usuários de drogas lícitas e ilícitas como pontos capazes de produzir agressividade interna, e a consequência dessa incapacidade de compreender o jogo de forças espacial faz da mulher dependente química figurar entre as mais vulneráveis, devido à sua compleição física somada à alteração de seu estado de lucidez, que por força das substâncias psicoativas, fica comprometido e prejudica desde sua defesa pessoal até a capacidade de avaliar cada decisão e escolher a melhor alternativa para sua segurança.

A permanência da Cracolândia fora do campo visual até mesmo de organismos que se preocupam com as violências urbana e rural e seus impactos sobre as chamadas minorias sociais, involuntariamente mantém adictos que frequentam esses territórios, como corpos elegíveis à agressividade. Fora do radar cotidiano de observatórios de direitos humanos, nem toda violência praticada pelo Estado nesse ambiente é registrada, e condicionar a reação à denúncia, é minimizar os critérios subjetivos adotados pelo tribunal do crime, onde vigora a sentença de morte, não prevista no Código Penal brasileiro. Nesse ambiente a mulher é duplamente prejudicada, permanecendo indefesa tanto em relação ao poder público como em relação ao homem que fica no mesmo local de drogadição.

Lançado em 25 de julho de 2023, o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta dados de 2022 e assinala que “245.713 mulheres registraram boletim de ocorrência para agressões ocorridas no ambiente doméstico ou dele decorrente (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Isso significa dizer que, diariamente, 673 mulheres se deslocaram até uma delegacia de polícia para denunciar um episódio de violência doméstica, crescimento de 2,9% em relação aos registros do ano anterior” (p. 137-138). O mesmo documento aponta que:

As ameaças também apresentaram crescimento e resultaram em um total de 613.529 registros, o que significa um aumento de 7,2% em relação a 2021. A ameaça é uma das formas de violência psicológica que o agressor pode exercer sobre a mulher, causando danos emocional e mantendo-a sob seu jugo por medo. Já a violência psicológica enquanto tipo penal foi tipificada em 2021 e resultou no registro de 24.382 boletins de ocorrência, com taxa de 35,6 mulheres por grupo de 100 mil –

considerando que oito UFs não enviaram os dados sobre o crime (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 138).

O Anuário coleta informações das secretarias de segurança pública estaduais, polícias militares, civis e demais fontes oficiais do setor. O relatório apresenta estatísticas por unidades federativas, desde mortes violentas intencionais, vitimização e letalidade policial, desaparecimento, crimes contra o patrimônio e entorpecentes, injúria racial e LGBTQIAPN+, violência doméstica e sexual, violência contra crianças e adolescentes, violência sexual infantil, armas de fogo, gastos com segurança pública, segurança privada, força nacional de segurança pública e operações de garantia da lei e da ordem, sistema prisional, sistema socioeducativo e violência nas escolas.

Nenhuma linha sobre a violência em Cracolândia em todo anuário.

O Atlas da Violência 2023 foi distribuído por 11 capítulos: Conjuntura da Violência no Brasil; Homicídios no Brasil e unidades Federativas, segundo os registros oficiais; Homicídios Ocultos no Brasil e Unidades Federativas; Violência contra a Juventude e as Crianças; Violência contra a Mulher; Violência contra Pessoas Negras; Violência contra a População LGBTQIAP+; Violência contra a Pessoa com Deficiência; Violência contra Indígenas; Violência contra Idosos; e Armas de Fogo e Homicídios no Brasil. A metodologia é centrada na pessoa, e não no território, mas não tratar a exceção como tal, é mantê-la no anonimato. Resultado dessa lógica, nada sobre a violência interna na Cracolândia.

Produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na abertura do capítulo 5, no qual dedica atenção exclusivamente à violência contra a mulher, o Atlas traz a seguinte apresentação:

Existe ainda grande desconhecimento sobre a violência de gênero no Brasil. Nunca houve interesse dos governos em produzir, no plano nacional, uma pesquisa domiciliar com metodologia robusta, com amostragem aleatória e os necessários requisitos metodológicos para que as entrevistadas pudessem reportar verdadeiramente os fatos sobre esse tema tão delicado. Assim, o Estado termina enxergando apenas uma pequena parte do iceberg da violência contra a mulher no Brasil” (IPEA, 2023, p. 41).

De fato, há mais fatos sobre violência a serem descobertos. O Atlas é elaborado em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e constrói seu produto a partir dos dados de homicídios sob a perspectiva de gênero, raça, faixa etária, coletados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Assim como o Anuário, o Atlas da Violência do Ipea (2023) ignora a agressividade da Cracolândia, demonstrando a invisibilidade deste espaço como gerador de conflitos internos.

Outro dispositivo de registro da violência social é o Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil cuja 4ª edição foi lançada em 2023, e o acervo de dados distribuído por nove capítulos: O crescimento acentuado da violência contra a mulher em 2022; Metodologia; Percepção da Violência; Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida; Violência nos últimos 12 meses; Local e autor da violência: riscos para mulheres separadas e PEA; Atitudes tomadas pelas mulheres que sofreram violência; Assédio Sexual; As (muitas) marcas da Violência, além de recomendações e referências bibliográficas.

No capítulo dedicado ao local da violência, as alternativas são em casa, na rua, no trabalho, na escola/faculdade, na internet e em outro lugar. A rua, enquanto opção de local da agressividade, diz respeito ao espaço público por onde passa a trabalhadora e a desempregada, não se trata da população feminina que se encontra em situação de rua.

O Visível e Invisível traz entre as alternativas de violência ou agressão nos últimos 12 meses as opções de insulto, humilhação ou xingamento; amedrontamento ou perseguição; ameaça de apanhar, empurrar ou chutar. Todas essas práticas foram incorporadas à linguagem usual na Cracolândia, tornaram-se expressões desse coletivo e ainda que parte das ameaças não se concretize, o problema é que a outra parcela atinge os corpos, tendo entre os principais alvos a população feminina e a LGBTQIAPN+.

Esse território e quem se encontra em seu interior não consta em qualquer teorização contratualista, independente se o pensamento filosófico defende um Estado forte ou limitado, a base teórica parte de uma naturalização da sociedade que ignora suas diferenças internas em todos os campos da atividade humana. A razão se estrutura a partir de uma coletividade idealizada. Como as concepções teóricas de contrato não preveem esse domínio espacial, criam-se condições para a violência criar raízes, perpassar diversas esferas de governo, instituições públicas e particulares, se perpetuar e fugir até dos olhares que procuram denunciar abusos. Tem-se o ecossistema urbano propício ao fascismo.

Todos os instrumentos citados não percebem a Cracolândia como endereço de violência.

A principal fonte de Atlas e Anuário, no que se refere aos homicídios cometidos no Brasil, é a Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade². Mas quem pisa em Cracolândia, não pisa em delegacia buscando proteção, porque o lugar institucional pré-determinado a esse público, seu papel social, é o de criminoso. Existe um pré-julgamento com condenação a priori desse coletivo, e que impede a vítima nesse espaço a recorrer à proteção do Estado.

² As informações podem ser consultadas em: https://opendatasus.saude.gov.br/pt_BR/dataset/sim. Acesso em: 02.02.2024.

Vale lembrar o que Bourdieu escreveu que “o gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar” (Bourdieu, 2007, p. 13), ele mesmo lembra que cabe à classe dominante determinar o “estilo de vida” e o “princípio do *habitus* e das escolhas sistemáticas que ele produz” (Bourdieu, 2007, p. 241). Como o uso descontrolado de drogas produz uma personagem na Cracolândia simbolicamente caracterizado(a) pela sujeira de mãos e pés descalços, a aplicação prática desse pressuposto do sociólogo francês aponta para a estética atuando na discriminação de indivíduos que ficam neste espaço marginal.

O efeito empírico é a exclusão da Cracolândia, a percepção distorcida da violência e da usuária de drogas ilícitas em ambiente aberto. Como a população em situação de rua e frequentadora desse território é majoritariamente negra, a interpretação política de Fanon se aplica perfeitamente ao objeto desse estudo, uma vez que os detentores do poder (brancos) só “por acaso” se interessam por assuntos relacionados aos afrodescendentes. “É uma história que se passa na penumbra” (Fanon, 2008, p. 43), tal qual a violência interna na Cracolândia.

Essa invisibilidade criou o habitat para a agressividade verbal atingir o status de natural. Não há travas disponíveis neste espaço, tampouco alguém ou alguma instituição de fora a quem a mulher possa recorrer. Como diz o sociólogo Jessé Souza, “o que acontece com grupos estigmatizados é simplesmente a vivência radicalizada de aspectos sociais e psíquicos” (Souza, 2016, p. 27).

O efeito dessa irracionalidade é que para a usuária descontrolada de entorpecentes, a Cracolândia é tão ou mais perigosa que o consumo de drogas, uma vez que a agressividade ocorrida neste ambiente é consentida, na medida em que não existem dispositivos de proteção ao alcance da vítima. A falta de dados demonstra que as formas convencionais de proteção, aferição e denúncia não funcionam para quem permanece em cenas de uso de substâncias ao ar livre.

5.4 Rua

Apesar de o Brasil ainda não ter produzido um levantamento censitário nacional da população em situação de rua, nas cidades onde essa contagem ocorreu indica que esse fenômeno social segue crescendo em todas as regiões, conforme apontam os números de 2016 a 2023 que consta na página da internet do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania³.

³ O crescimento pode ser observado na seguinte base de dados: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2IyZTI5NTQtNWRhZC00ODhhLWIyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9>. Acesso em 20 fev. 2024.

O Ipea estima que, em 2022, o Brasil tinha 281.472 pessoas em situação de rua, e explica como chegou a esses números: “a primeira estimativa nacional, feita em 2015, foram utilizados dados oficiais informados por 1.924 prefeituras. Com o início da pandemia (de Covid-19), a estimativa foi atualizada até março de 2020, quando 1.940 municípios tinham 124.047 pessoas em situação de rua. Em 2021, 1.998 municípios reuniam 181.885 pessoas nessa situação”. O pesquisador do Ipea, Marco Antônio Carvalho Natalino, autor do estudo que tem como esforço calcular o universo de quem vive por praças e calçadas, incluiu na estatística quem se encontra inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) da assistência social. Assim, em 2020 chegou a 214.451 e, em 2021, a 232.147 pessoas em situação de rua.

De acordo com o Ipea (2022), de 2012 a 2022, o “crescimento desse segmento da população foi de 211%. Trata-se de uma expansão muito superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Apesar da alarmante evolução populacional desse público em extrema vulnerabilidade, os números estão subestimados porque nem todos que se encontram em situação de rua possuem CadÚnico, e uma parcela desse público é ainda mais desafiadora sua contagem porque temporariamente fica em cortiços, quartos alugados, Cracolândias instaladas em locais fechados, como imóveis invadidos, mas tratam-se de sobreviventes de áreas livres que por passarem períodos em locais improvisados e provisórios, escapam de qualquer contagem, indicando a dificuldade do censo desse universo.

A inexistência de dados sobre agressividade na Cracolândia não pode ser interpretada como prova da ausência da violência, ao contrário, indica que as mulheres que ficam neste território não encontram condições de procurar uma delegacia policial ou de recorrer à assistência social em busca de proteção. A Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, não alcança o gênero feminino que fica na Cracolândia, sejam elas cis ou trans.

O Anuário reflete a distopia com que o tema é percebido ao longo da história recente. O documento percebe a escola como capaz de se transformar em ambiente violento, incluindo as drogas como dispositivo com potencial de impulsionar diversas modalidades de agressão e, contraditoriamente, não se percebe a violência justamente do espaço que congrega dependentes químicos. Esse ignorar coletivo remete à advertência de Rodrigues, para quem “as relações sociais envolvem uma dialética de aproximação e afastamento” (...), onde “a distância social é manipulada pelos indivíduos”, dispondo dos mecanismos formais e informais para tanto. (Rodrigues, 1979, p. 30-31).

6. METODOLOGIA

A opção pela fenomenologia enquanto método de pesquisa com mulheres em situação de rua e em uso de drogas lícitas e ilícitas na Cracolândia do bairro José Menino, em Santos, se deve ao fato de que o interesse desta pesquisa é compreender o processo estrutural que garante a permanência dessa prática, independentemente dos envolvidos. Como escreve Antonio Carlos Gil ao apresentar essa prática, “inicia-se com uma interrogação. Mas diferentemente das pesquisas experimentais e levantamentos, o problema nesta etapa não está ainda bem definido pelo pesquisador” (Gil, 2021, p. 125).

O método usado foi o desenvolvido pelo teórico Alfred Schütz, que valoriza o senso comum, chamado por ele de “mundo da vida cotidiana”, um conceito que explora os métodos usados pelas pessoas comuns na busca de dar sentido a sua vida, em outras palavras, “apreender os fluxos de experiências (práticas) sempre em vias de transformação e de concretização que se desenvolvem cotidianamente” (Alves, 2021, p. 16). A fenomenologia de Schütz contempla a relação do ser humano com o objeto, o que permite explorar a conexão do usuário de crack com o cachimbo, com a Cracolândia e o túnel. O problema a ser respondido pela pesquisa é se a presença inconstante da assistência social na Cracolândia do José Menino contribui para a vulnerabilidade feminina neste espaço? A hipótese é de que a presença eventual desse serviço público não garante a rede de proteção capaz de oferecer apoio, na medida em que é imprevisível a data de retorno ao território para atendimento.

O objetivo geral foi apurar a respeito da violência sofrida pelas mulheres em situação de rua que frequentam a Cracolândia do José Menino; e o objetivo específico foi constatar a violência estrutural que, portanto, contribui para a permanência desse quadro de insegurança. Essa percepção sustenta-se por teoria e prática, com aplicação do questionário de violência; ou como diz Schütz, “compreender os fenômenos sociais a partir do significado atribuído pelo sujeito à ação, amparando-se nos conceitos de intencionalidade e intersubjetividade” (Jesus *et al.*, 2013, p. 737).

O método empregado contempla a observação participante, incluindo observações dos comportamentos individual e grupal, interno e externo à Cracolândia. Será aplicada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, com entrevistas individuais e semiestruturadas. Será aplicado questionário com 15 perguntas para 20 mulheres, de 20 a 50 anos. A participação é livre, individual, sigilosa e em caso de desistência da parte da entrevistada e/ou alteração de comportamento no meio do processo, a pesquisa será descartada. Será excluída quem demonstrar comportamento alterado e os dados coletados serão posteriormente interpretados.

6.1 Confirmação

O acerto da inclusão da pesquisa qualitativa, de natureza fenomenológica crítica, se prova no capítulo em que o território é apresentado em suas estruturas material, política e simbólica, onde se expressam as manifestações cotidianas de poder, e sobretudo aprofunda sua raiz quando se explora a cidadania neoliberal, onde demonstram-se os conceitos que embasam a separação humana e abrem espaço ao silenciamento em relação às diversas formas de violência contra os corpos descartados pelo capitalismo neoliberal. A vida em área livre, para a mulher, é carregada de perigos, mas quando a rua é a Cracolândia, pior.

O método eleito para essa investigação permitiu identificar e demonstrar as estruturas políticas que engendram relações de desigualdades e que subtraem direitos. Possibilitou, inclusive, a observação da relação de moradores da vizinhança e comerciantes com esse público, perceber os sofrimentos que se entremeiam nessa convivência forçada.

Os resultados esperados traduzem as violências que permeiam a Cracolândia e o isolamento da mulher em situação de rua e usuária de drogas lícitas e ilícitas. A caracterização desse fenômeno como estrutural aponta que os números podem mudar em diferentes tempos, mas a essência da agressividade se perpetua porque o sistema assim induz e permite. Por fim, a pesquisa será oferecida a publicações científicas, ao Diário Oficial do Município para publicização junto à mídia. Há, ainda, interesse em apresentações em congressos, eventos acadêmicos e sua edição em livro.

7. PESQUISA DE CAMPO

Enquanto pesquisa fenomenológica, com percepção crítica qualitativa, a quantificação das diferentes formas de violência contra a mulher na Cracolândia do José Menino não é o propósito. Sem desmerecê-los, os números funcionam aqui para demonstrar que o foco do estudo não é algo do campo metafísico, mas de ordem física. Para o levantamento de dados não restringir o conhecimento ao empirismo, estes emprestam sua ordem de grandeza para dar o relevo que sustenta conceitos, estes sim formadores do corpo deste trabalho, e que apontam para a violência orgânica, integrante de um organismo político que recorre a esta forma de repressão, a cada ameaça coletiva.

Como escrito antes, a Cracolândia é inquieta, amorfa e seus(suas) frequentadores(as) se portam como nômades, o que garante mobilidade a essa territorialização, alterando a temporalidade, e isso explica porque a repetição da pesquisa tende a obter números diferentes, ao contrário do espaço, que seguirá violento porque existe um suporte social garantindo e mantendo a natureza rizomática da Cracolândia e sua condição marginal.

A agressão física é das mais explícitas formas de violência, mas a omissão também se configura como um potente ataque. No entanto, a falsa presença do Estado, como denunciada no Capítulo 3, embute a perversidade de convencer os distraídos de que o poder público se faz presente no espaço, e com isso amenizar a crítica contra a falta de iniciativa de órgão oficial diante do problema. Essa presença inconstante, e por isso falsa, tem a capacidade de neutralizar a acusação de omissão, uma vez que o Estado tem registrada alguma participação e passa a imagem de que intervém no quadro social, quando na realidade o grau de comprometimento deve ser averiguado pela atuação incerta do poder público, o que nem sempre é perceptível em uma realidade corrida e acrílica.

O instrumental quantitativo apresentado a seguir foi usado para atender à tendência contemporânea que se apoia na dimensão numérica para verificar a relevância de fatos a objetos. Como a economia constituiu-se na normatividade que atravessa praticamente todas as atividades humanas, carrega consigo a matemática para campos onde sua presença merecia ser questionável, como no caso da violência. No âmbito do Estado, a justificativa pela valorização dos dados é sua serventia para orientar políticas públicas e investimento financeiro em áreas sociais ou estratégicas, ainda que tais ações sirvam ao controle coletivo e à manutenção do poder.

À imposição numérica do pensar capitalista contemporâneo é possível aplicar a crítica feita por Chul Han, para quem “os números são desnudos” e “pobres em narrativa” (Han, 2017,

p. 32); fornecem elementos para a sociedade da transparência, o tempo se torna “aditivo e esvaziado de toda e qualquer narrativa (Han, 2017, p. 33). A consequência do avançar da mentalidade orientada por números, com empobrecimento discursivo e reflexivo, é que se abriu espaço à convivência com o pernicioso, que como se verá ao longo deste capítulo, progride de forma silenciosa, sinistra, e justamente por ser cotidiana, deixa de ser identificada como uma construção política e ganha ares de natural, sem nunca ter sido. O ecossistema orientado por números forneceu as condições para passar a ser tolerável que a dor de poucos seja abandonada em nome da dor de muitos, sem dimensionar que o abandono, por si só, potencializa sofrimentos.

Só em sociedade com narrativas esvaziadas é possível suprimir território e quem vive dentro, e onde violências se tornam, porque não dizer, administráveis. Do ponto de vista ético, a percepção quantitativa de mundo não ocupa ponto central, não funciona enquanto razão, e sim como ferramenta adicional à compreensão fenomenológica crítica, pois o assassinato de uma ou de dez pessoas, por exemplo, é injustificável, podendo variar na escalada de horrores produzidos, mas nem por isso qualquer quantidade de vítimas deva ser aceitável no campo civilizatório.

A armadilha do reino numérico, no entanto, é guardar como inexistente o que lhe escape. A Cracolândia do bairro José Menino, em Santos/SP, ilustra como funciona a diretriz quantitativa que, associada a políticas discriminatórias, serve para parir realidades distópicas, formas atualizadas de segregação espacial e de sua gente. Fazer ciência nesse lugar apartado é imperativo moral, pois se a investigação não for até elas, os fatos continuarão encobertos, ignorados, uma vez que essas mulheres não apresentam autoestima suficiente para impulsioná-las a sair desse território e reivindicar direitos individual e coletivo. E não o fazem. A baixa autoestima resulta do medo, insegurança, tristeza prolongada e da falta de rede de apoio, todos indicadores que aparecem nos gráficos deste estudo acadêmico. As dificuldades do pesquisador em coletar informações seguras dentro da Cracolândia não se sobrepuseram à importância de estar no lugar onde as violências e indiferenças se exibem sem vergonha.

Neste espaço foram entrevistadas 20 mulheres adultas, escolhidas de modo aleatório e cuja aceitação ocorreu de forma espontânea. Foi aplicado um questionário com 15 perguntas de múltiplas escolhas, a atividade ocorreu de modo individual e anônimo, nos períodos matutino e vespertino, mas não durante a drogadição. Registre-se aqui que duas mulheres negras aceitaram participar, mas acabaram impedidas por seus companheiros após serem informados do tema do estudo. Situações como essa não encontram tradução numérica na percepção exclusivamente quantitativa da realidade, e até escapam de algumas dessas percepções dada a

rapidez com que acontece, o que lhe empresta certa aparência de sutileza, mesmo sem o ser, só que integra a agressividade cotidiana desse coletivo. Neste caso específico, a violência veio pela censura.

Antes de pormenorizar as violências, a participação racial no trabalho de campo contou com cinco mulheres pardas, sete brancas e oito negras; quanto à vivência em Cracolândia a estratificação aponta a prevalência de longo período nesse território, o que as credibiliza a falar a respeito do assunto. Das 20 entrevistadas, sete frequentam este tipo de espaço há menos de uma década e com o seguinte recorte: uma mulher fica nesse espaço há um ano e dois meses, outra há três anos, duas possuem quatro anos dessa experiência, duas com cinco e uma com oito anos de Cracolândia.

De 10 a 20 anos sobrevivendo em Cracolândia foram entrevistadas oito mulheres, assim distribuídas: duas com dez anos, três com 12 anos, duas com 17 e uma com 18 anos de Cracolândia. Acima desse período, cinco já levam essa vida há duas décadas, sendo uma com 20 anos, outra com 21 anos, duas com 22 anos e uma com 27 anos de Cracolândia.

Nessa longa jornada que caracteriza as participantes desta pesquisa científica, pelo menos duas delas integram famílias que já atingiram duas gerações de vida na rua e de Cracolândia. Uma das entrevistadas, S.A.R., 44 anos, é da primeira geração, mãe de M. R., 28 anos, que fica no mesmo território que ela; e J.S.O., 28 anos, pertence à segunda geração, com sua mãe E.M.S. oscilando entre permanecer uns meses na Cracolândia do José Menino, e demais meses na Cracolândia da região da Luz, em São Paulo.

Todas as mulheres usuárias de entorpecentes ouvidas nesse território responderam já terem sofrido violência nesse espaço e nas ruas próximas. Todas! Como este totalitarismo só avança sobre pessoas periféricas, descartadas pelo capitalismo neoliberal, talvez por isso até mesmo organismos que denunciam a violência no Brasil, citados no Capítulo 5, deixam esse lugar fora de seu radar de observação, o que indiretamente contribui para perpetrar, através do silêncio, a violência dirigida a um público-alvo: quem se instala em Cracolândia.

Dentro da universalização de respostas que reconhecem esse ambiente como agressivo, encontram-se 85% das mulheres consultadas que afirmaram que a violência desferida na Cracolândia ocorreu mais de uma vez e foi praticada por mais de uma pessoa (Gráfico 1), ou seja, quem ataca está perto, mas não é o mesmo. Em outros termos, nomes de agressores e vítimas mudam, se renovam, imortalizando aquilo que Achille Mbembe chamou como necropolítica, onde “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (Mbembe, A., 2018, p. 18). A Cracolândia é a reserva espacial autorizada ao exercício da necropolítica.

Gráfico 7: Violência na Cracolândia/Rua



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Logo nas primeiras linhas de sua obra, o autor deixa claro se tratar de um poder que dita “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p.5). Há uma ordem na frase que é o dever morrer, abrindo-se para a eliminação objetiva e subjetiva de elegíveis. O sujeito oculto desse pensamento é o(a) negro(a), e é dessa forma que políticas públicas se organizarão em benefício de alguns e desfavorecimento de outros; uma orientação ideológica que vai marcar corpos racializados e com a mulher negra o quadro ainda se agrava por acumular mais sujeições.

Um indicativo do caráter atemporal da violência e do racismo, e, portanto, estrutural, é a descrição que o professor camaronês faz sobre os escravos, cuja expressão atravessou séculos e hoje se corporifica na condição (des)humana da população em situação de rua e frequentadora de Cracolândia. Ele escreve: “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social – que é expulsão fora da humanidade” (Mbembe, 2018, p. 27). Perdas estas que se aplicam integralmente a quem sobrevive pelas áreas livres das cidades; a necropolítica se reinventa para permanecer e eleger os modos de vida de alguns corpos, sobretudo corpos pobres, negros e femininos, que por vezes se abrigam sob a mesma identidade, seja qual for a orientação sexual. O sociólogo Jessé Souza também aponta a coleção de perdas:

A fome, a falta de moradia e de bens, a falta de segurança, a sensação de medo e desconfiança, os laços frágeis com a família e amigos, as experiências de rebaixamento moral, o abandono, a rejeição afetiva, a falta de lazer formam o quadro da miséria moral da ralé, uma experiência geral vivida como mal-estar e traços de uma vida indigna, esvaziada ou empobrecida de reconhecimento social, principalmente nas relações primárias” (Souza, 2016, p. 63).

Outra prática a expor a lógica da necropolítica aplicada no túnel do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), espécie de símbolo da Cracolândia do bairro José Menino, em Santos/SP, e ponto concentrador de adictos, é o apagamento da memória de seus personagens, do registro de sentimentos, de sua existência (Imagem 5, 6 e 7). Não se trata da apologia ao consumo de drogas ilícitas, mas da alteridade que se quer morta, a reflexão que se encerra sem amadurecer. A esquizoanálise diz ser “besteira se interessar pelo começo ou pelo fim de qualquer coisa” e crava que “o interessante é o meio” (Deleuze G., 2012, p. 17), que vem a ser o presente, a possibilidade de um porvir diferente, que nos abra a outra possibilidade, e é justamente o que o *status quo* pretende evitar.

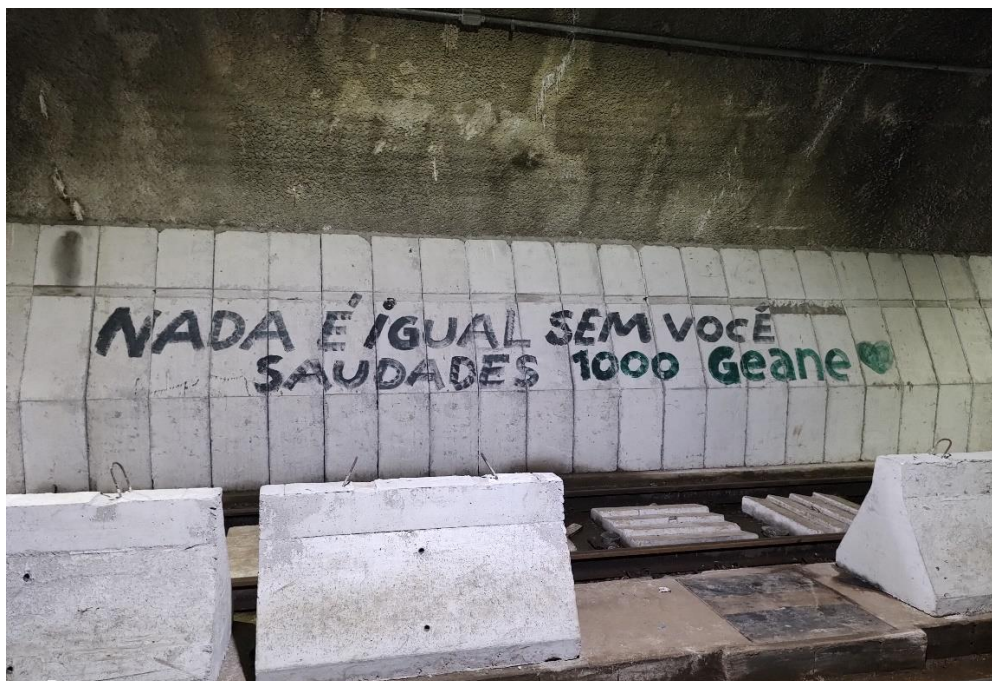
Mbembe define essa estratégia usada pelo poder público contra minorias como a tática da “terra arrasada”, que tem registro histórico, pelo menos, desde o período medieval, depois essa prática se transformou e se materializou nos “campos de refugiados urbanos”, mas sempre teve entre seu propósito a “inabilitação do inimigo” (Mbembe, 2018, p. 47). O poder expresso pela assepsia dessa obra de engenharia civil é a higienização socialmente aceita para limpar da parede o registro da passagem de usuários de drogas lícitas e ilícitas pelo túnel.

Imagem 5: Um dos grafites de Alan, viúvo de Kassiah, expressando sua lembrança



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Imagem 6: Autor ignorado, mas que registrou seu sentimento pela morte de Geane



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Imagem 7: Placas de concreto pintadas, apagando as inscrições nas paredes do túnel



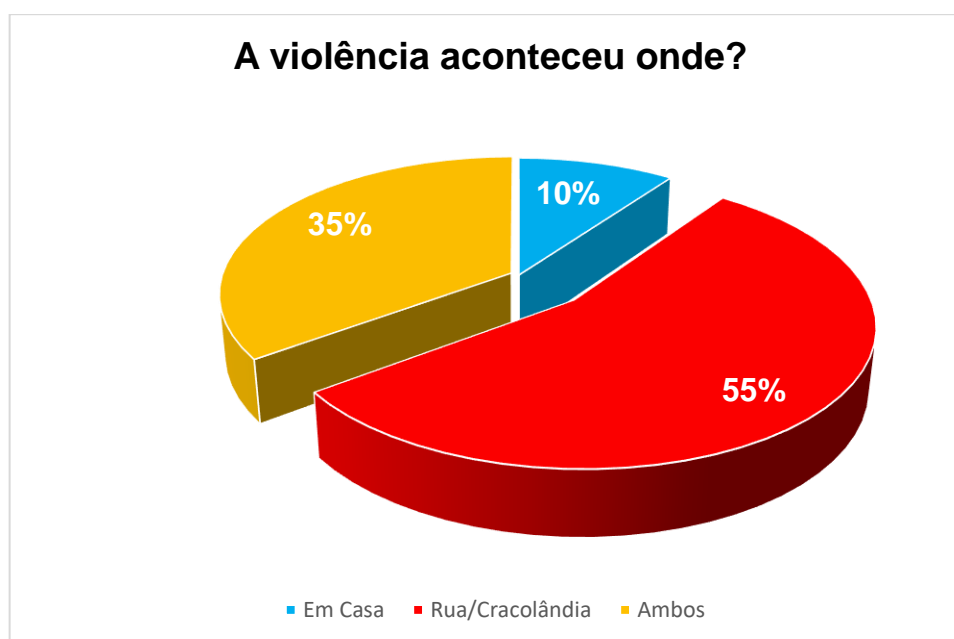
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

A necropolítica está por trás da pintura das placas de concreto, no apagar consigo a documentação dessa vivência, e junto o sinal da opressão; afinal, o que ficará no futuro é que se nunca houve presença humana no túnel, nunca houve expulsão.

Mais violência

A pesquisadora Débora Sinclair é categórica ao afirmar que “raramente as mulheres são agredidas uma só vez” (Sinclair *et al.*, 2019, p. 51). Se os agressores se sentem à vontade para agredir dentro da família, no trabalho e no espaço social organizado, não é na Cracolândia que seria diferente, lugar inclusive propício à impunidade. De acordo com a coleta de dados feita de dezembro de 2023 à primeira semana de janeiro de 2024, das 20 mulheres adultas ouvidas, para 55% delas a violência aconteceu na rua/Cracolândia; enquanto para outras 35%, a violência se deu tanto em casa quanto na rua/Cracolândia, restando 10% que sofreram agressões apenas em casa e deixaram sua residência para escapar da violência doméstica (Gráfico 8). Quanto engano!

Gráfico 8: Local da Violência



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

A identificação da antiga moradia como único ponto de agressividade da mulher que se instalou na Cracolândia exige ser interpretada com cautela, pois a negação desse último ambiente como perigoso às suas integridades física e mental pode ser estratégica para não aumentar o risco, e/ou pela adoção inconsciente do autoengano afim de não assumir a pulsão de morte e a autopunição. Antes de responder a esta pergunta, a entrevistada já tinha afirmado ter sofrido violência nesse território; a identificação da casa como único local perigoso pode ter

sido reação à proximidade de alguém, basta lembrar que duas mulheres concordaram em participar da pesquisa e acabaram impedidas por seus companheiros, que estavam perto.

Outro ponto é que de todas as ouvidas, apenas uma afirmou frequentar Cracolândia a pouco mais de um ano, a maioria permanece nesse espaço por três anos ou mais. Neste caso, a questão temporal possui relevância devido ao ambiente fugir de qualquer controle, seja do Estado ou do traficante, em virtude dos efeitos provocados pela droga no organismo do(a) usuário(a), sem contar que esta pesquisa científica nasce de observações empíricas da periculosidade local.

Em resumo, difícil acreditar que alguém permaneça mais de um ano em um lugar que concentra dependentes químicos, que ficam dias seguidos em drogadição, quase sem comer e dormir, os homens formam maioria, e a despeito de todo ecossistema adverso, a mulher não sofra qualquer ataque, seja direto ou indireto, de modo objetivo ou subjetivo.

Mais um aspecto a ser pontuado sobre a possível motivação escondida na negação da agressividade, é a naturalização da hostilidade verbal. Com o tempo e a ausência de instrumentos de proteção, ofensas e ameaças, assim como gritos, passaram a ser incorporados à rotina, à linguagem deste território. A comunicação constantemente muda de intensidade e a mulher passa a falar alto como o primeiro recurso de proteção; funciona como tentativa de atrair olhares que possam evitar o agravamento da discórdia. No entanto, como elas mesmas confessam, o grito a faz ser percebida pelo homem e pelo entorno como “desequilibrada”, o que faz do gritar para se defender, um ato distorcido pelos públicos interno e externo para desqualificá-la como ser.

A desimportância da violência verbal nesse ambiente sai de quase todas as bocas, sendo indiferente à faixa etária, ao gênero, mas o que chama atenção no gráfico 3 é como esta modalidade se tornou consentida, na medida em que passou a se tornar sistêmica, ficando praticamente imperceptível, com ofensas e ameaças sendo quase que ignoradas pelas entrevistadas, diante de sua repetição. A falta de identificação da agressividade falada leva a não reconhecê-la, no entanto, não evita a somatização, ao contrário, atua como modo imperceptível na produção de patologias psicossomáticas.

A naturalização dos xingamentos está por trás de não o perceber como furor; e a invisibilidade do ataque psicológico serve como indício da dificuldade do público-alvo em perceber violências sutis, ante um quadro extremo. Ser contemplada pela resposta que tem “todas” como uma das alternativas, não diminui a subpercepção da agressividade psicológica, uma vez que em nenhum momento foi citada isoladamente.

Gráfico 9: Formas de Violência



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

No livro *Aspectos Psicológicos da Violência – Uma Abordagem Teórico-Conceitual*, organizado por um coletivo de autores, a violência psicológica é descrita como indutora de medo e que se expressa de diferentes formas, citando desde ameaças de morte até atitudes degradantes (como cortar o vestido), aterrorizá-la, controlá-la e ridicularizá-la. “Esses tipos de tortura psicológica são planejados para desgastar a vítima, que vive em constante medo (...) a natureza insidiosa da situação debilita a capacidade da mulher de pensar claramente” (Daffonseca., 2019, p. 42-43). Safatle pondera que “compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo” e detalha se referir a “como se produz a transformação do medo contínuo da morte violenta, da despossessão dos bens, da invasão da privacidade, do desrespeito à integridade de meus predicados em motor de coesão social” (Safatle, 2015, p. 18-19). O medo ao qual o filósofo aponta pertence ao domínio político, se refere ao desamparo da psiquê, e poucos corpos manifestam com tal ênfase os desamparos emocional e político, quanto a mulher da Cracolândia. As violências são todas:

O medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento. Ele é consequência necessária do fato de a política liberal ter por horizonte: *o homem novo definido pela procura de seu interesse, pela satisfação de seu amor-próprio e pelas motivações passionais que lhe fazem agir* (*). Interesses constituídos pelo jogo social de identificações e concorrências, pelo desejo do desejo do outro. O que pode nos explicar por que a liberdade tal como compreendida em sociedades cujo modelo de inscrição se dá a partir da determinação de sujeitos sob a forma de indivíduos é paga pela definição do outro como uma espécie de invasor potencial” (Safatle, 2015, p.19).

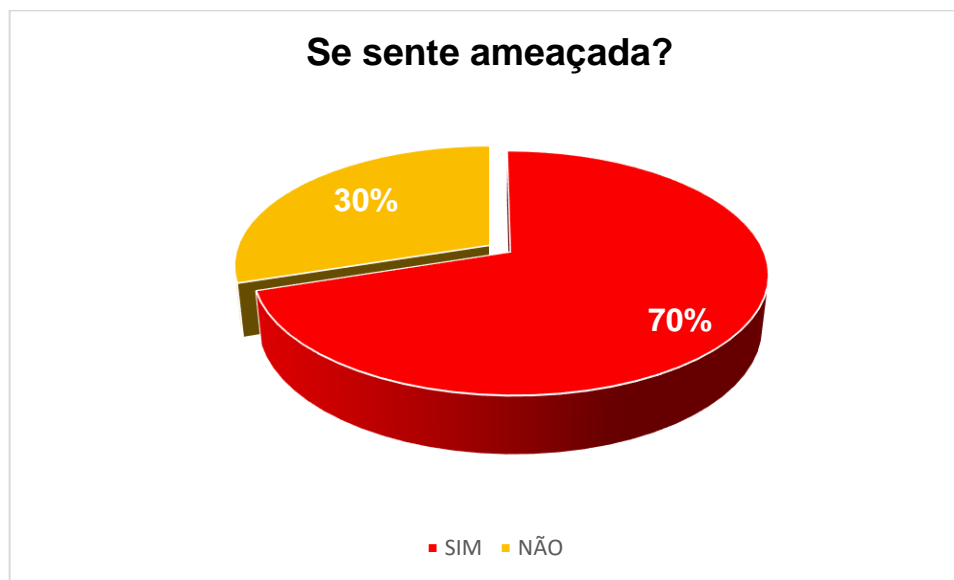
Provavelmente essa silenciosa, mas potente violência psicológica, seja expressa pelo medo que domina a maioria dessas mulheres (Gráfico 10), sejam elas cis ou trans, e cuja percepção se articula com o sentimento negativo que é a sensação de estar sob ameaça (Gráfico 11). São indicadores subjetivos, mas que apresentam níveis equivalentes de avaliações e que talvez ajudem a explicar o parentesco dessas respostas e que podem as ter levado a negar a violência espacial, reconhecida, no entanto, pela maioria (Dardot; Laval, 2020).

Gráfico 10: Sensação de Medo



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

No caso de Safatle estar correto, se “o medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento” (Safatle, 2015, p. 19), esse sentimento tomado coletivamente expressa o medo como modo de reconhecimento humano. O mesmo autor adverte que o medo concebido dessa maneira reforça a lógica que valoriza a segurança, que incentiva a nos “imunizar contra toda a violência” (Safatle, 2015, p. 24).

Gráfico 11: Sensação de Ameaça

Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

O detalhamento do medo e daquilo que as ameaça, através do método quantitativo, poderia estimular o abandono na participação e inviabilizar a resposta completa do questionário, pois exigiria a elaboração de mais perguntas, que por sua vez implicariam em mais tempo de diálogo com o pesquisador, o que geralmente elas não demonstram disposição. Primeiro porque estão ali para usar entorpecentes, depois em razão de a simples abordagem desse tema, em plena Cracolândia, já embutir risco, dada a possibilidade de a informação ser mal-recebida pelo grupo e os homens em particular por serem os potenciais agressores.

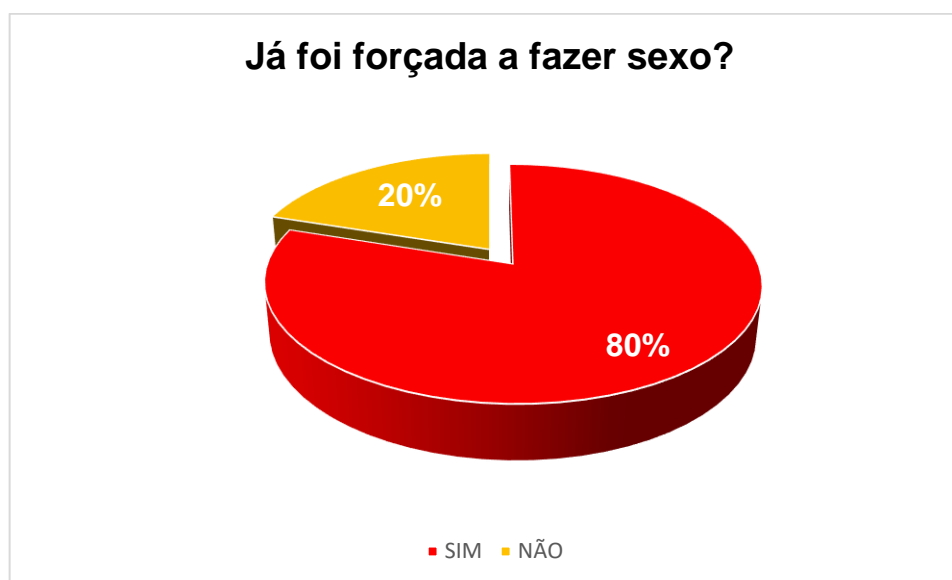
A fenomenologia de Alfred Schütz possibilita esse detalhamento de outra forma. Ao não se desprezar informações transmitidas espontaneamente pelas adictas ao longo do trabalho no território, antes e durante essa investigação acadêmica. Recorrendo ao histórico *in loco*, o medo latente é o da agressão física. Para mascarar essa agressão, algumas atrelam o crack a quedas dentárias, outras, queda ao solo, mas ambas justificativas buscam esconder o ataque facial. Há relatos de que algumas apanharam diariamente e só pararam de sofrer após o agressor ser preso por ter cometido outro crime.

Quanto ao fantasma da ameaça que paira sobre elas, trata-se do estupro. Agressão que pode vir acompanhada de outras, como arma branca no pescoço, arma de fogo apontada à cabeça e a proposital oferta abundante de drogas para que fiquem inconscientes e não resistam ao estupro, às vezes coletivo. Pesquisador da temática da violência de gênero, Gnoato sustenta que o “prazer primevo (referindo-se ao homem) é o da autoafirmação de sua força e da

virilidade” (Gnoato, 2019, p. 152), o que se transportado ao ambiente da Cracolândia, não enfrenta qualquer freio para se concretizar.

Mais um cuidado foi que para reduzir o risco de a pergunta direta sobre estupro servir como gatilho para que abandonassem a entrevista, o questionamento deu-se na forma de ter feito sexo contra o seu desejo (Gráfico 12), ainda que essa resposta permita que a mulher não tenha sofrido estupro, mas tenha sido pressionada a se relacionar contra sua vontade, essa pressão também se configura como violência. Aqui, no entanto, a investigação esbarrou em um aspecto dúbio. O fato do pesquisador ser alguém conhecido facilitou a viabilidade da pesquisa como um todo, mas pode ter gerado desconforto, para algumas, verbalizar já ter sido forçada à prática sexual. Mais um agravante foi o fato de a pergunta ter sido feita por homem, gênero da maioria dos agressores.

Gráfico 12: Violência Sexual



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

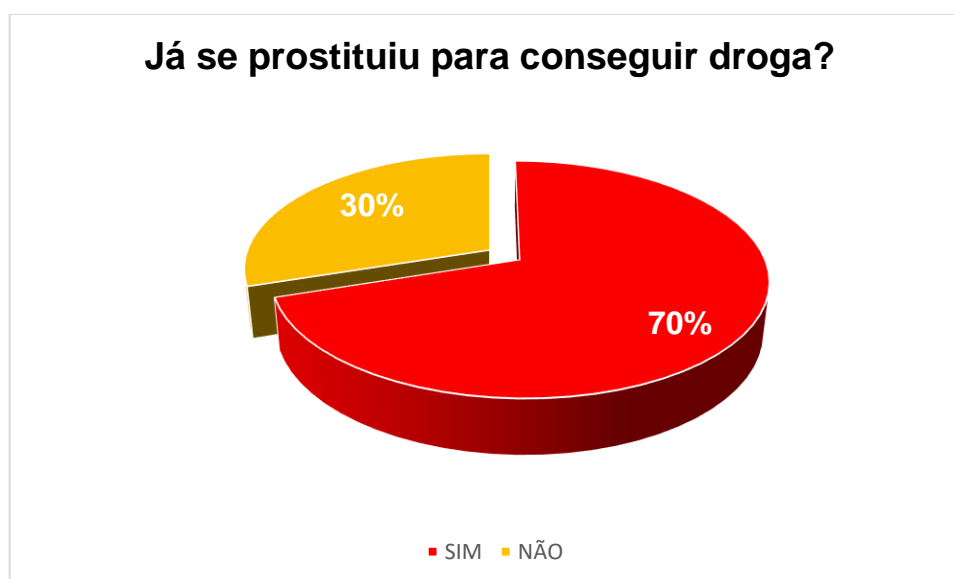
Outra agressividade envolvendo o corpo feminino se relaciona ao modo como se dá a prostituição (Gráfico 13). De forma nenhuma essa prática pode ser interpretada de modo totalizante como uma decisão individual e autônoma, na medida em que algumas são induzidas ou mesmo forçadas por seu companheiro a fazerem programas para conseguir o dinheiro necessário à compra de entorpecentes. E mais, nem sempre consomem a substância comprada à custa de seu corpo e do risco de ser infectada por alguma doença. Não é raro se prostituírem para pagamento de dívida, sua ou do parceiro.

Ao refletir sobre essa questão, a feminista Françoise Vergès cita Claudine Legardinier, a quem “o sistema de prostituição é nocivo às mulheres, a todas as mulheres. Ele simboliza sua subordinação e sua relegação potencial ao status de mercadoria sexual. E, como todas as outras

discriminações sexistas, é um obstáculo à igualdade social, econômica e política” (Vergès, 2021, p. 107):

As lutas feministas decoloniais e antirracistas contra a violência implicam compreendê-la não só como fruto da dominação masculina, mas também de um sistema que faz da violência um modo de vida e de existência que a institui como única forma de relação possível. Ao declarar guerra ao Estado, à polícia, aos juízes; ao considerar como condição de uma vida sossegada a saúde da Terra, assim como daquelas e daqueles que a habitam; ao destacar a necessidade do trabalho de limpeza das pessoas racializadas para o mundo, essas feministas e mulheres da luta apontam o aspecto multidisciplinar, transversal, transfronteiriço e internacionalista das lutas feministas de libertação (Vergès., 2021, p. 134).

Gráfico 13: Prostituição



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

7.1 Saúde mental

O desprezo à explícita realidade violenta da Cracolândia materializa o descaso com o feminino e remete àquilo que aponta a professora Adela Cortina, para quem “o pior castigo que pode ser dado é a condenação à invisibilidade, ao desconhecimento da existência do outro, à rejeição e ao desprezo” (Cortina, 2022, p. 118), que é a condição aprisionante da mulher na Cracolândia, versão atualizada pelo capitalismo da nova senzala, o enclave social onde se tolera a presença da população em situação de rua, composta predominantemente por pardos e negros.

É a segregação pela cor da pele, a mentalidade colonialista que se adequa ao tempo para permanecer atuante, são “os preconceitos raciais, que mantêm os homens pardos e negros em seus lugares”, como denunciou Du Bois (Du Bois, 2021, p. 121) ainda no século XX.

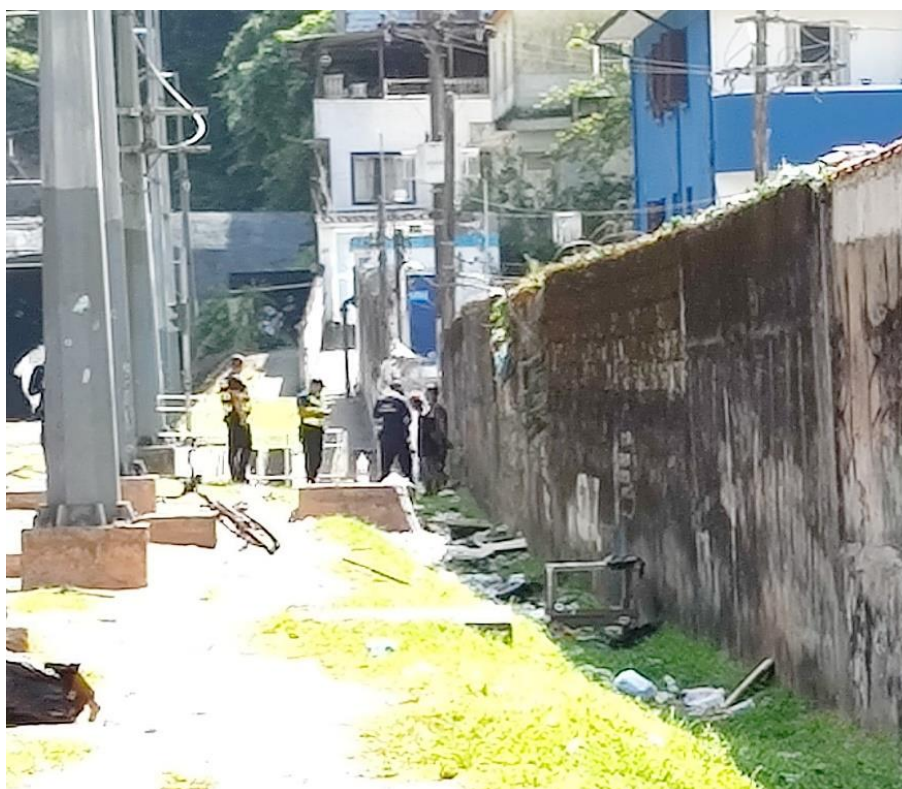
Os próximos gráficos respondem a propósitos importantes dessa investigação e traduzem em números o que empiricamente já se prenunciava a respeito das consequências da presença inconstante das políticas de direitos humanos nesse território. O ponto de partida da pesquisa de campo foi constatar que todas as mulheres entrevistadas na Cracolândia do bairro José Menino, em plena zona turística, já sofreram violência.

No entanto, as forças de segurança do Estado são acionadas não para protegê-las, mas para defender comerciantes e munícipes, a despeito de como já documentado no Capítulo Violentamente, os números oficiais abalam o mito urbano que criminaliza todos os dependentes químicos e que os universaliza enquanto ameaça ao dono do capital que se encontra no entorno, demonstrando a parcialidade do Estado.

A Cracolândia como território vigiado (Imagem 8) lembra o lugar que Fanon chamou de “a cidade do colonizado”, que vem a ser a “cidade negra”, e como não basta estigmatizar esse chão, fala-se de um lugar “mal afamado, povoado de homens mal afamados”:

Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se, não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada, é uma cidade de negros” (Fanon, 1968, p. 29).

Imagem 8: Na cidade acorçada, todos são tratados como suspeitos

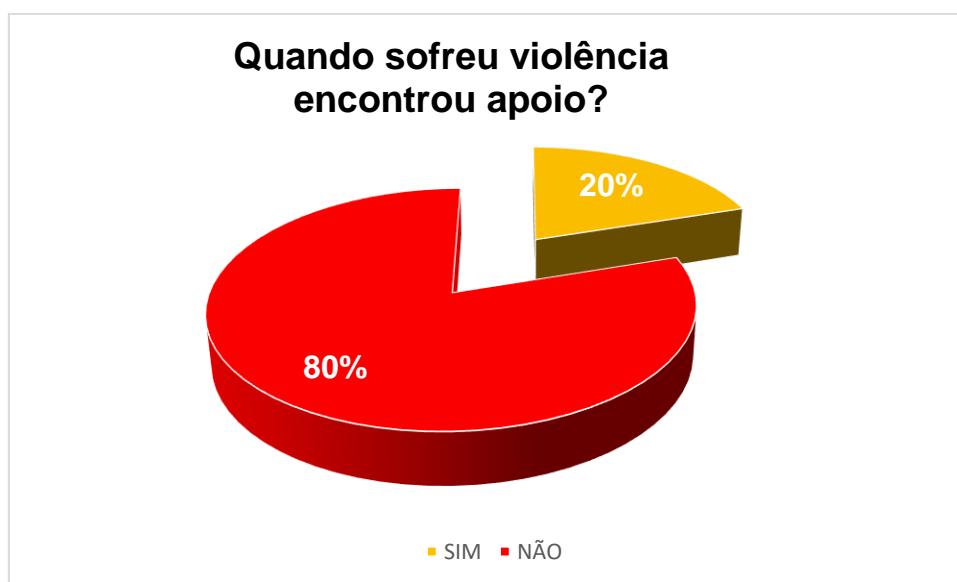


Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Novamente a manifestação da necropolítica na cidade dos agachados, dos contra a parede, onde usuário de entorpecente é sinônimo de criminoso. Mbembe se apoia em outro pensador para afirmar que “na estrutura político-jurídica do campo (...) o Estado de Exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente que se mantém continuamente fora do estado normal da lei” (Mbembe, 2018, p. 8). O campo, ao qual Agamben e Mbembe se referem, é o de concentração adotado pelos nazistas, e que a filósofa Hanna Arendt adverte ser uma experiência sem igual. Mbembe identificou nos *plantations*, os campos de plantações estadunidenses no período da escravidão nos Estados Unidos, dinâmicas que guardam parentesco com os campos de concentração da 2ª Guerra Mundial (Mbembe, 2018, p. 27).

A modernidade pede por novos campos, e o sistema percebeu que pode colher resultados próximos do viabilizado pelo Estado de Exceção, e sem se expor jurídico-politicamente, bastando conter os indesejáveis em territórios periféricos (Cracolândias e favelas), sem escandalizar e se expor às críticas da opinião pública. Ter essa lembrança fresca ajuda a compreender por que 80% das vítimas de violência não encontraram qualquer tipo de apoio depois dessa experiência (Gráfico 14).

Gráfico 14: Apoio Após Sofrer Violência



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

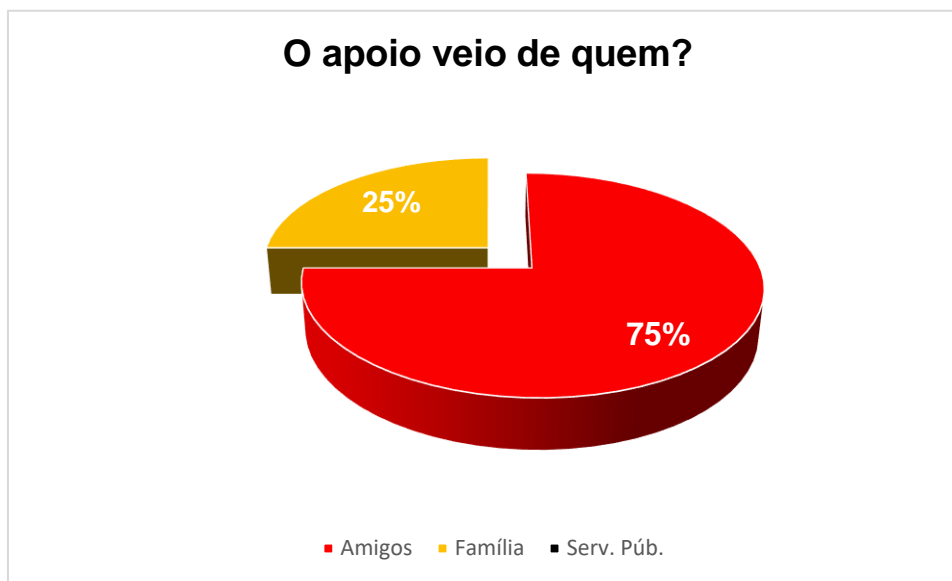
Para esse Estado, a população em situação de rua e usuária de entorpecentes é deixada de lado para ela mesma encontrar saída a seus problemas. O serviço de abordagem, da Assistência Social, assim como o Consultório na Rua, da Saúde, atendem ao público que se encontra na Cracolândia, mas esse trabalho não oferece previsibilidade quanto ao retorno

próximo. O espaçamento das intervenções, a indefinição da data do atendimento seguinte, o deslocamento constante da população em situação de rua, tudo isso esgarça a construção da rede de apoio e o vínculo com os serviços públicos, tão importante na prevenção quanto no pós-violência.

Refletindo a respeito do rompimento desses vínculos sociais, Paugam tem uma interpretação marcada pelo viés econômico, e associa o desemprego com o afastamento do convívio familiar e a tendência ao comportamento introspectivo (Paugam, 2018, p. 74-75). Uma realidade comum entre a população em situação de rua, que se distancia de família e amigos, e cujo trabalho é eventual, sazonal, de ganho incerto, mas em geral insuficiente. Na análise de Paugam, os vínculos são atingidos quando se passa a depender de serviços sociais e a fragilidade da condição econômica do cidadão, sendo que na sua percepção, ambos integram o processo de “desqualificação social”. E ao tratar daqueles que vivem em “meios sociais desfavorecidos” constata que:

“há então a projeção para a esfera da subjetividade da inutilidade, do não reconhecimento da potencialidade do sujeito para participar da vida coletiva e integrar-se aos valores sociais considerados positivos. A sensação de inutilidade se apresenta seja difusa, como mal-estar, seja de modo claro, sendo objeto de representações explícitas. Mas ela é sempre geradora de sofrimento psíquico, o qual, por ter uma raiz social, deve ser considerado sofrimento social” (Carreteiro, 2018, p. 94).

O fato é que no lugar onde se concentram adictos, vigora o adágio de “cada um por si”, o que oferece os contornos da vulnerabilidade feminina neste espaço. Entre os 20% de mulheres que tiveram guarida na pós-violência (Gráfico 14), 75% delas encontraram o ombro amigo entre outros(as) frequentadores(as) desse mesmo território, conhecedores do perigo. Só 25% obtiveram respaldo na família (Gráfico 15), ninguém citou qualquer serviço público, seja para interromper a violência ou socorrer a vítima.

Gráfico 15: De quem vem o apoio?

Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

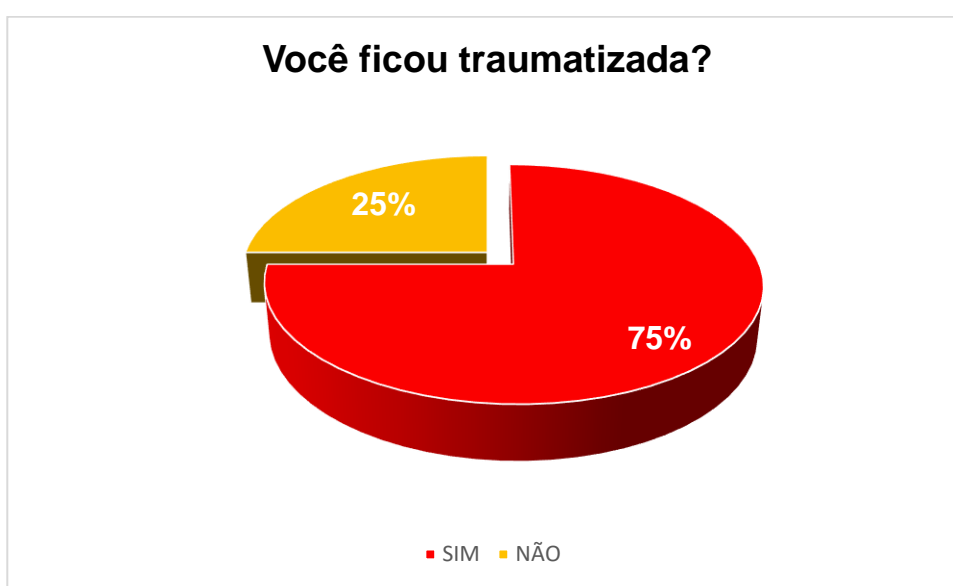
Chega-se, ao que me parece, a um ponto crítico da dinâmica do trabalho, cuja diretriz legal se orienta pela formação de vínculo entre o serviço público e o/a assistido/a. Vincular alguém a uma pessoa ou equipamento passa pela conquista e preservação da confiança; e o rápido pedido de socorro à etimologia da palavra confiança talvez nos dê pista do obstáculo que o Estado constrói para si próprio e à sociedade, ao negligenciar a importância da presença frequente na Cracolândia.

Esse substantivo vem do latim, *confidere*, que significa acreditar com firmeza; mais a incorporação do antigo termo latino *fides*, que significa fé. Portanto, se confiança configura uma crença moral, a ausência do Estado em momentos críticos da vida das mulheres da Cracolândia e das pessoas em situação de rua, abala a fé no serviço oferecido. Na prática, o efeito é o inverso do desejado: abala a confiança. Tem-se aqui novo desdobramento funcional, no caso de a descrença reverberar em negativas futuras; neste caso, é a inclinação de as recusas serem interpretadas como o desinteresse em sair da rua, com a contribuição do poder público nessa rejeição tendendo a desaparecer, uma vez que nasce do vazio provocado pela ausência em momentos críticos no passado.

A população em situação de rua que frequenta Cracolândia é deixada de lado para ela mesma encontrar saída a seus problemas. O serviço de abordagem, da Assistência Social, assim como o consultório na rua, da Saúde, atendem ao público que se encontra nesse território, mas esse trabalho não tem previsibilidade quanto ao seu retorno próximo.

O desdobramento dessa falsa presença do Estado em uma área marginalizada (mesmo estando geograficamente em zona turística, próximo à praia, mas que é excluída devido ser frequentada por usuários de drogas) é que elas seguem expostas ao risco, 24 horas; lembrando o que já foi exibido no gráfico 7, de que 85% são reincidentes, pois sofreram violência de mais de uma pessoa e mais de uma vez na Cracolândia. Por todo o exposto, não causa estranheza que a maioria (Gráfico 16) admita se perceber traumatizada após as experiências negativas e segue solitariamente buscando se proteger.

Gráfico 16: Traumas



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Diante das evidências, neste ponto cabe o incômodo questionamento. As mulheres que não se percebem traumatizadas podem estar omitindo essa fragilidade, uma vez que não contaram com respaldo do serviço público quando mais precisaram? Por outro lado, a luta pelo empoderamento feminino e combate ao pensamento machista que responsabiliza a mulher pelos ataques que sofre, ainda tem um caminhar diante de si, uma vez que não é grande a diferença entre mulheres que se sentem responsabilizadas pelo que sofreram com as que entendem não caber esse tipo de raciocínio (Gráfico 17).

Gráfico 17: Culpa



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Mas 40% ainda não se livraram da cultura que responsabiliza a vítima pelo que lhe acontece, e que individualiza a solução de problemas de ordem coletiva. “As mulheres são treinadas para sentir culpa”, resume Saffioti, “ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa” (Saffioti, 2015, p. 24).

A despeito do peso do julgamento moral sobre as usuárias de drogas ilícitas, não se pode perder de vista que o uso seguido de entorpecentes configura o quadro de dependência química, e na opinião de Chaim, C.H., este atua enquanto doença crônica. Os traumas resultados da violência sofrida precisam ser contextualizados nesse quadro genérico:

Os mecanismos capazes de produzir e manter a dependência química funcionam como um ciclo e são afetados pelo que chamamos de efeitos de reforço positivo e reforço negativo. O reforço positivo pode ser definido como o processo pelo qual um estímulo (no caso, as próprias drogas), quando presente, aumenta a probabilidade de respostas prazerosas. O reforço negativo equivale ao processo pelo qual a retirada de um estímulo negativo (no caso, os estados emocionais negativos ligados à abstinência, em que novo uso da droga propicia alívio), aumenta a probabilidade de respostas prazerosas. Enquanto o reforço positivo associa-se ao conceito de impulsividade, caracterizada por crescente excitação antes de cometer o ato, o reforço negativo se associa ao conceito de compulsão, caracterizada por ansiedade e estresse antes e alívio de tal estado negativo ao performar o ato, isto é, o uso da substância (Chaim, 2015, p. 257).

7.2 Referência

A maior parte das sociedades a vida se dá em residência tradicional, mas seguir desviando o olhar ao que acontece com a população em situação de rua, e em particular as mulheres que se encontram nessa condição, é manter no inconsciente coletivo uma forma de

violência da qual não se tem sequer parâmetro. Ainda que seja de domínio público, não custa repetir ser comum a perda de documentos por parte de quem vive em áreas livres. A morte nessa condição é indigente, inquantificável e, portanto, inexistente politicamente.

Aimé Césaire escreveu “Chega de racismo! Chega de Colonialismo! Cheira demais a barbárie” (Césaire, 2020, p. 51). O legado colonialista, patriarcal e racista resiste por integrar uma racionalidade excludente em sua base, que se manifesta desde os primórdios do pensamento ocidental, que se orienta pela conjunção alternativa “ou”, que nos ensina desde criança a fazer escolhas, e tudo aquilo que não é eleito, torna-se excluído. A lógica da supressão se exercita desde um objeto, e que não resulta em maiores consequências, até sustentar posicionamentos graves, porque causam sofrimento, e que deveriam ser condenados como a misoginia, aporofobia, homofobia, transfobia, xenofobia. Há coerência nesse pensamento, ainda que recriminável.

Assim, os instrumentos de proteção à mulher que Estado e sociedade civil foram capazes de criar não contemplam aquelas que se tornaram adictas e mantêm-se em qualquer Cracolândia, um território alijado de cidadania, à parte do sistema democrático, espécie de *terra nullius*, expressão em latim que significa “terra de ninguém”. A Cracolândia é a *terra nullius* dos direitos civis, lugar onde a cidadania não germina, onde “tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana” (Collins, 2016, p. 106).

7.3 Solidão

A falsa presença do Estado volta à cena reflexiva. Essa política que se apresenta rarefeita, incapaz de dar respostas aos traumas carregados pelas vítimas de violência que vivem em áreas livres, mas que parecem escondidas da atenção coletiva, é a mesma diretriz de governo que se ocupa cada vez menos do público, terceirizando serviços, responsabilidades, focada no privado, no estímulo empreendedor que torna o indivíduo patrão de si mesmo, no desmonte do sistema de proteção social.

É o Estado neoliberal que não encontra resposta convincente às 100% de mulheres da Cracolândia do VLT vítimas de violência; às 85% que sofreram essas agressões mais de uma vez e de mais de uma pessoa, o que é comum como aponta a literatura; 85% que já experimentaram todas as formas de violência; 80% já fizeram sexo contra sua vontade e se prostituíram para conseguir droga; 80% que não receberam qualquer apoio após sofrerem violências; as 75% que admitiram permanecer traumatizadas após essa experiência; 70% que se sentem ameaçadas e com medo; mais as 55% que disseram ter a violência ocorrido na

rua/Cracolândia; e, agora, as 90% que se sentem sozinhas (Gráfico 18), mesmo cercada de pessoas que padecem da mesma angústia.

Gráfico 18: Solidão



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Em *Micropolítica, Cartografias do Desejo*, os autores Félix Guattari e Suely Rolnik expõem como essas cognições se estruturam estimuladas por um ordenamento neoliberal: “o que caracteriza os modos de produção *capitalísticos* é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação” (Rolnik; Guattari, 1996, p. 16). Na visão desses autores, as ideias atuam como “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (Rolnik; Guattari, F., 1996, p. 27), ou, são as ideias dominantes que dizem quais violências importam, alimentando o ecossistema social receptivo ao fascismo, como escrito antes.

Essa solidão não pertence ao individual, tampouco trata-se de orientar o caso principalmente pelos números, mesmo sendo os dominantes 90%, isso não garante compreensão do todo. Há algo mantenedor do isolamento coletivo, a solidão da qual elas se queixam é a da impotência, da falta de perspectiva de um devir produtor, de um desejo criativo, de linhas de fuga, de multiplicidades. Deleuze traz para sua filosofia da diferença a experiência teatral da subtração, que conheceu com Carmelo Bene. A dinâmica consiste na retirada do enredo de quem representa o poder e a partir desse instante, narrativa e relações mudam. Aplicar esse exercício mental pensando na Cracolândia do José Menino redundaria em alterar as

correlações de força. A primeira coisa a se fazer, neste caso, é identificar qual personagem representa o poder a ser eliminado, total ou parcialmente desse espaço.

O impulso é associar poder ao Estado, mas até pelo já demonstrado, o Estado não sobe de frente nesse palco; não está por inteiro, só marca presença constante através da força de segurança pública, o que no transcorrer do tempo se provou um poder impotente, nunca gerou resultados concretos quanto à dependência química dos frequentadores da Cracolândia, que é a força motriz desse lugar. O Estado se mantém de forma enviesada, não encara essa história dando protagonismo a ações de direitos humanos que teriam de fato potencial de combater o sentimento de solidão.

Se a Polícia Militar, Polícia Civil e a Guarda Civil Municipal deixarem de atuar na Cracolândia, os adictos não consumirão mais ou menos drogas; se prenderem algum criminoso no meio do grupo de usuários, outros continuarão consumindo entorpecentes no mesmo lugar; outros chegarão, vindos de bairros vizinhos e distantes, de outras cidades, outros estados, porque parte da população em situação de rua é andarilha e usuária de substâncias psicoativas. Sem contar que por vezes, pessoas que ainda estão em sua morada, iniciam a jornada de permanecer algumas horas na Cracolândia, dias depois aumenta um pouco mais o período no lugar, começa a fazer amizades, até passar a primeira noite em claro usando crack com os novos amigos e sem notar o fantasma deste território desapareceu. Começa a se acomodar onde antes era incômodo e isso é empírico, não um jogo de palavras.

Outra inclinação é supor a droga como poder absoluto. Evidente que para a atividade intrínseca só existe drogadição por haver droga, mas seu papel na cena é de instrumento para se chegar ao instante de trégua com o real. A saída da droga acaba com a trama na forma, inibe pontualmente aquele território enquanto ponto de encontro de dependentes químicos, mas não inviabiliza esse vício e certamente haveria o deslocamento do público para novo lugar, uma vez que a droga faz parte da humanidade desde os povos indígenas, antes mesmo de se atingir o estágio civilizatório. Equivale a uma peça que sai de cartaz em um palco e vai para outro e o público interessado acompanha, porque o relevante é a encenação, o lugar fica em segundo plano.

O poder nesse teatro da drogadição, que se retirado não inviabilizaria o próprio teatro, é o homem. Esse espaço, sem o personagem masculino, resulta em novo enredo e outras relações sociais, outra reconfiguração. Deleuze compara o Estado a uma máquina de guerra, cuja função é a de controlar indivíduos, impor um ordenamento social e seu pensamento resiste a essa norma. O objetivo contido na proposta da subtração é abalar os “elementos estáveis de

poder, que vai liberar uma nova potencialidade de teatro, uma força não representativa sempre em desequilíbrio” (Deleuze, 2012, p. 15).

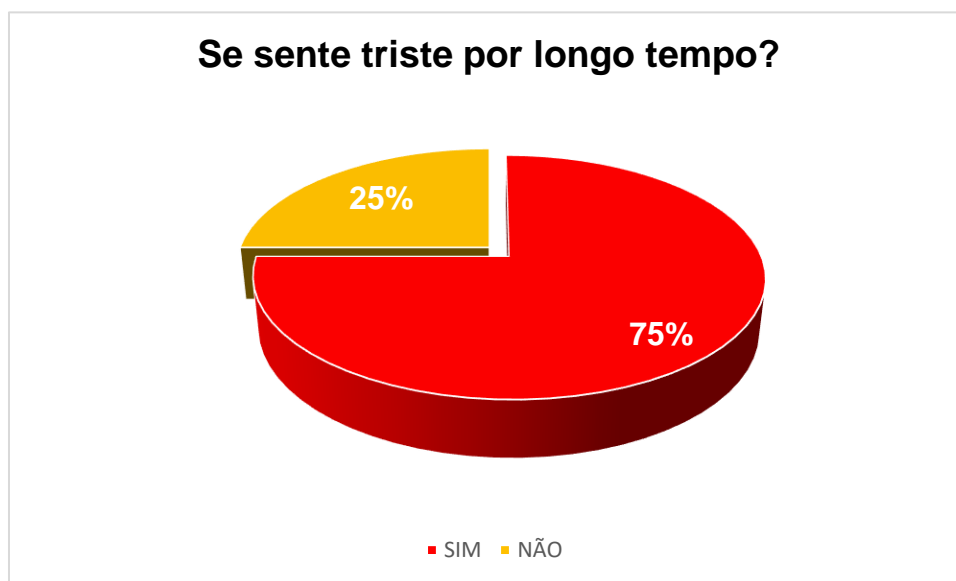
A subtração na Cracolândia não deve ser interpretada no sentido literal, como a retirada arbitrária dos homens usuários de drogas, mas equivale a se pensar uma intervenção dirigida a eles, capaz de atuar na prevenção a futuras violências, e outras medidas direcionadas ao público feminino, exposto à maior vulnerabilidade nesse chão. Nas palavras deste filósofo francês, é “fazer tudo passar pela variação contínua, como por uma linha de fuga criadora” (Deleuze, 2012, p. 25).

Sem a disposição da política coletiva e enfrentando o empoderamento do discurso meritocrático, que como avalia Sandel, levam as elites a não se sentirem constrangidas por seus preconceitos “e o motivo para essa falta de constrangimento está relacionado à ênfase meritocrática na responsabilidade individual” (Sandel, 2021, p. 139). Não surpreende que a razão neoliberal reduza a propensão à solidariedade perante a mulher da Cracolândia, afinal, para essa corrente ideológica sua pobreza, condição de rua, dependência química e assiduidade nesse espaço são todas de sua inteira incumbência.

Para acalmar a consciência inquisidora, em geral de inspiração religiosa, recrimina-se seu descontrole no uso de entorpecentes, ser vista rodeada por homens e por vezes suja. A estética do crack, ou seja, as marcas deixadas em alguns corpos, é usada na formulação de juízos prévios, inclusive para justificar o poder despótico. Esse conjunto é apresentado como justificativa para o distanciamento social e inocentar o Estado, atribuindo apenas à vontade do adicto o modo como vive. O resultado dessa lógica excludente é que a mulher da Cracolândia padece da falta de empatia, uma vez que se levantou o muro moral que inibe gestos de solidariedade de chegarem em sua direção.

O conceito de *habitus* proposto por Bourdieu ajuda a explicar a racionalidade fundante na formação dos grupos, como interação por afinidades e, em contrapartida, corroboram na produção de rejeição que pode levar aos sentimentos de solidão e de tristeza prolongada (Gráfico 13), comprometedores da saúde mental.

Gráfico 19: Tristeza



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

O *modus*, tomado no sentido de Bourdieu, se refere a articulação de conhecimentos, que por sua vez está aliada ao conceito de *habitus*, que simultaneamente vem a ser sistema de “produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas” (Bourdieu, 2004, p. 158). Entende-se o *habitus* como formações individuais e coletivas, algo que se aprende na família e na escola, tem-se que o *habitus* atua na formação do gosto pelas coisas e pessoas, são acompanhados por adjetivos, valores culturais, e atuarão no inconsciente para a formulação das escolhas.

O gosto (ou o *habitus*) enquanto sistema de esquemas de classificação está objetivamente referido, através dos condicionamentos sociais que o produziram, a uma condição social: os agentes se autotransformam, eles mesmos se expõem à classificação ao escolherem, em conformidade com seus gostos, diferentes atributos, roupas, alimentos, bebidas, esportes, amigos, que combinam entre si e combinam com eles, ou, mais exatamente, que convêm à sua posição. Mais exatamente: ao escolherem, no espaço dos bens e serviços disponíveis, bens que ocupam nesse espaço uma posição homóloga à posição que eles ocupam no espaço social. Isso faz com que nada classifique mais uma pessoa do que suas classificações (Bourdieu, 2004, p. 159).

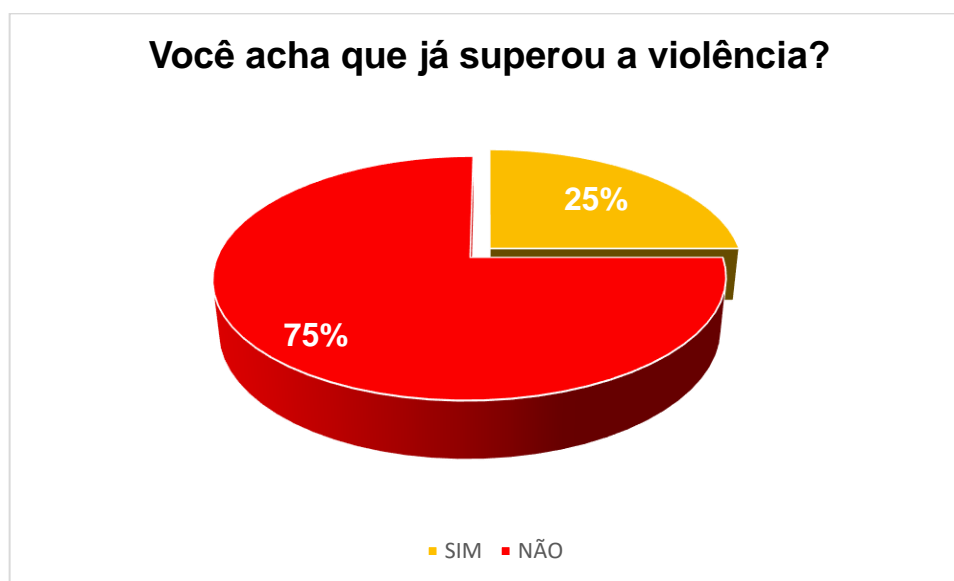
O mesmo autor resume a construção do mundo social “de acordo com diferentes princípios de visão e de divisão” (Bourdieu, 2004, p. 159). Esses princípios serão formados pela soma de informações e influências externas, com análises internas e subjetivas. A aplicação prática da teoria dos conceitos de *habitus* e gosto no jogo de forças travado na Cracolândia, ajuda a melhorar a compreensão sobre as motivações que atuam de forma introjetada para conter a empatia social ante a mulher que vive na Cracolândia, mesmo diante da violência sofrida. Ninguém melhor que o excluído para identificar e sentir a exclusão, com seus efeitos emocionais, como a tristeza prolongada.

Em outra obra, *A Distinção Crítica Social do Julgamento*, Bourdieu não deixa margem para dúvidas ao dizer que “gosto une e separa” e que “gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (Bourdieu, 2007, p. 56). Ele mesmo resume a força inconsciente do gosto sobre a decisão humana: “a intolerância estética exerce violências terríveis (Bourdieu, 2007, p. 57). E a população em situação de rua sente na pele que a aparência é o primeiro não a chegar.

7.4 Tempo

O último questionamento, e que fecha o instrumental quantitativo, serve como disparador reflexivo da “prática social e institucional incorporada de modo pré-reflexivo e não consciente no sujeito, mas que, não obstante, comanda silenciosamente seu comportamento concreto” (Souza, 2016, p. 23). Prática esta que se dá no binarismo espaço-tempo, dois conceitos filosóficos usados por Deleuze para criar seu conceito de acontecimentos.

A pesquisa de campo feita em dezembro de 2023 e primeira semana de janeiro de 2024 constatou que a maioria das mulheres usuárias de drogas lícitas e ilícitas (Gráfico 20) avaliou ainda não ter superado as violências sofridas na Cracolândia e suas imediações. Os ataques dirigidos a seu corpo, sua moral, seguem repercutindo subjetivamente mais sentimentos, como os citados medo, solidão, insegurança, num reflexo explícito da disjunção temporal entre o Estado que atende e quem necessita atendimento, descompasso este mantenedor das dores da alma. “Não existe dominação social durável baseada apenas na violência material” (Souza, 2022, p. 15).

Gráfico 20: Superação da Violência

Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Souza, que tem décadas de estudo e pesquisa com populações em situação de rua no Brasil e identificou a relação entre temporalidade e identidade, elabora a seguinte sentença, quase como fórmula matemática: quanto maior a capacidade de ipseidade, menor o valor relativo de cada identidade parcial (Souza, 2016, p. 166). Funciona da seguinte forma, a ipseidade é a capacidade humana de transformar as identidades parciais adquiridas, conseguindo assumir diferentes papéis, e quanto mais recursos técnicos se possui, cada uma dessas identidades passa a ter peso menor.

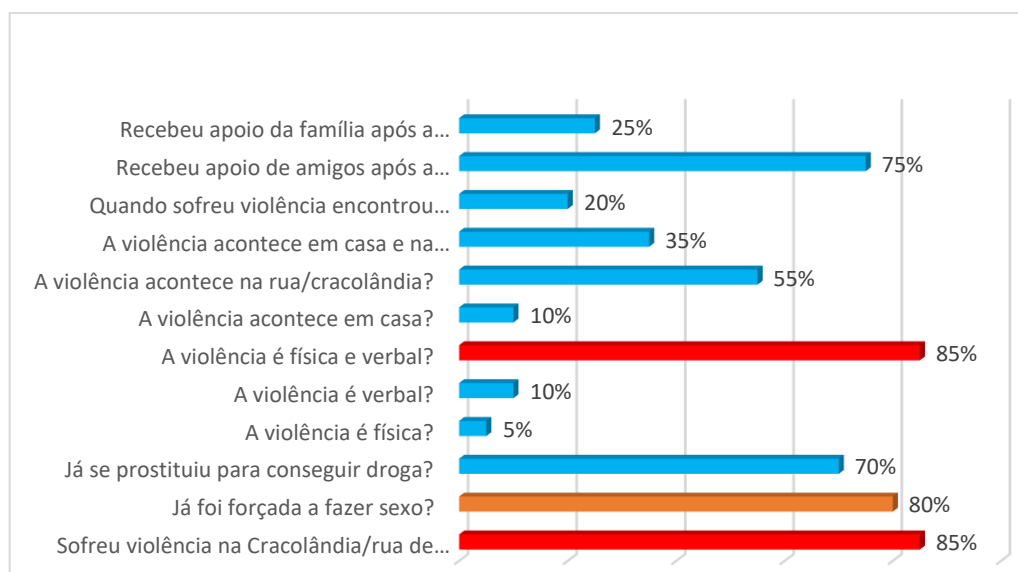
Em termos práticos, um homem em situação de rua cuja identidade parcial seja exclusivamente a de trabalhador da construção civil, sua ipseidade é pequena enquanto dispositivo capaz de reinseri-lo no mercado de trabalho, o que obriga o valor relativo dessa identidade a ser elevado, ou seja, ele precisa demonstrar grande eficiência técnica para ter chance nesse mesmo mercado de mão de obra. “Em síntese, pode-se dizer que a saúde da temporalidade biográfica depende da capacidade de pluralização de papéis e da capacidade deles de oferecer temporalidade à existência como um todo” (Souza, 2016, p. 167).

7.5 Avaliações grupais

Na análise da violência apurada, pode-se dividir a percepção da vítima em dois grandes grupos, integrados por identificações objetivas (Gráfico 21), que dizem respeito a aspectos concretos da violência. Nesse campo, os destaques negativos ficaram para as agressões física e verbal; e o fato de terem sofrido violência na Cracolândia/rua de mais de uma pessoa e mais de

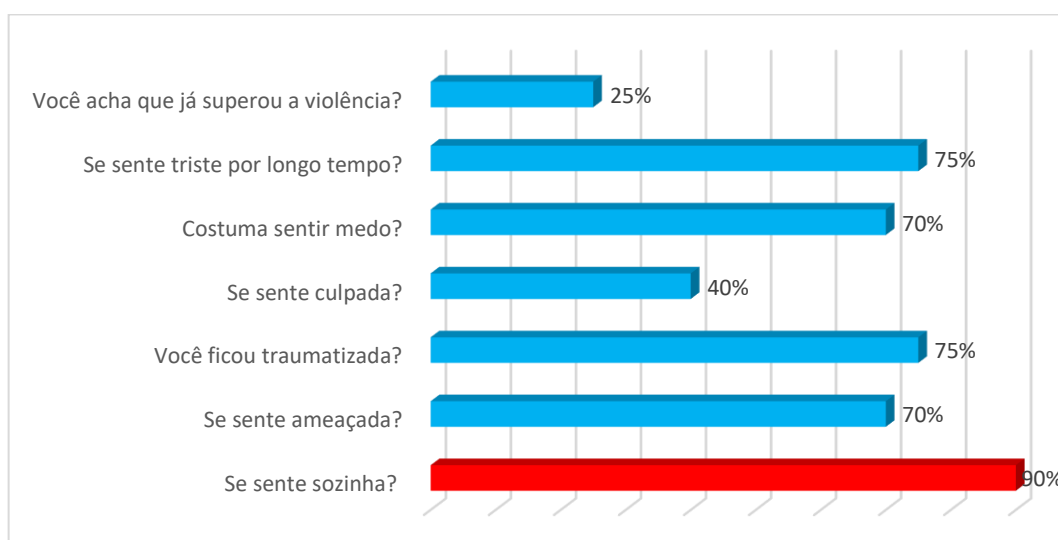
uma vez, ambas empatadas com 85% das respostas. Já o grupo composto por ações cuja avaliação é subjetiva (Grá) tem como destaque negativo a solidão (90%), um sentimento que pode atravessar outras emoções como medo, insegurança e tristeza prolongada. Das 12 avaliações objetivas de violência, cinco ficaram acima de 70%; quando a observação se volta à pós-violência, que diz respeito à avaliação subjetiva, das sete respostas, cinco ficam acima de 70%.

Gráfico 21: Percepção Objetiva da Violência



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

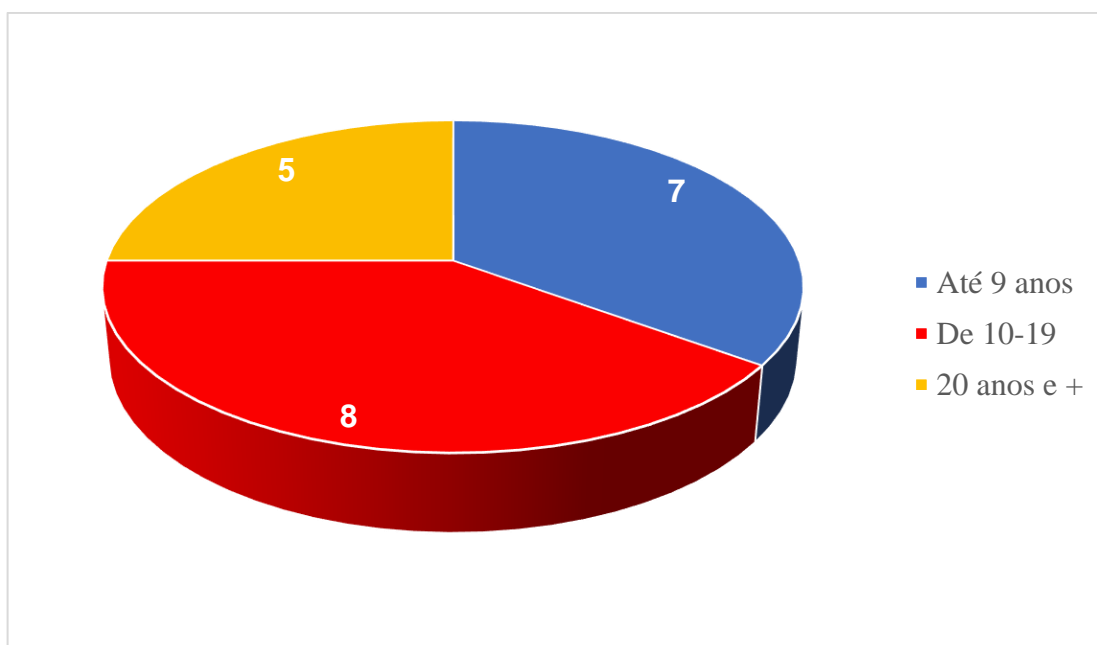
Gráfico 22: Percepção Subjetiva da Violência



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Por todo o exposto fica explícito que a violência na Cracolândia é acentuadamente interna, dirigida pelos detentores de poder, formatada nas expressões de racismo, misoginia, aporofobia, transfobia e homofobia, que com o tempo cronificam sentimentos em quem está dentro e em quem é vizinho a esse lugar. Mesmo com as entrevistadas sendo convidadas de modo aleatório, e passando a participação pela concordância em responder ao questionário, ao se agrupar as mulheres pelo tempo de vida nesse espaço verifica-se certo equilíbrio entre esses conjuntos (Gráfico 23), não havendo grande desproporção em alguma faixa temporal de permanência na Cracolândia do José Menino.

Gráfico 23: Tempo em Cracolândia - Indivíduos



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Se extrai também a percepção de que o existir nesse território não produz, necessariamente, uma cultura que lhes proporcione lidar sem dor com as diversas formas de agressividade. Fica indicado que o tempo ajuda a usuária de drogas lícitas e ilícitas a elaborar estratégias para se expor menos ao risco, entretanto, mesmo quem acumula mais de uma década de vivência nesse ambiente dificilmente fica livre de ser alvo e sofrer com novo ataque. Logo, a atmosfera predominante é a da insegurança.

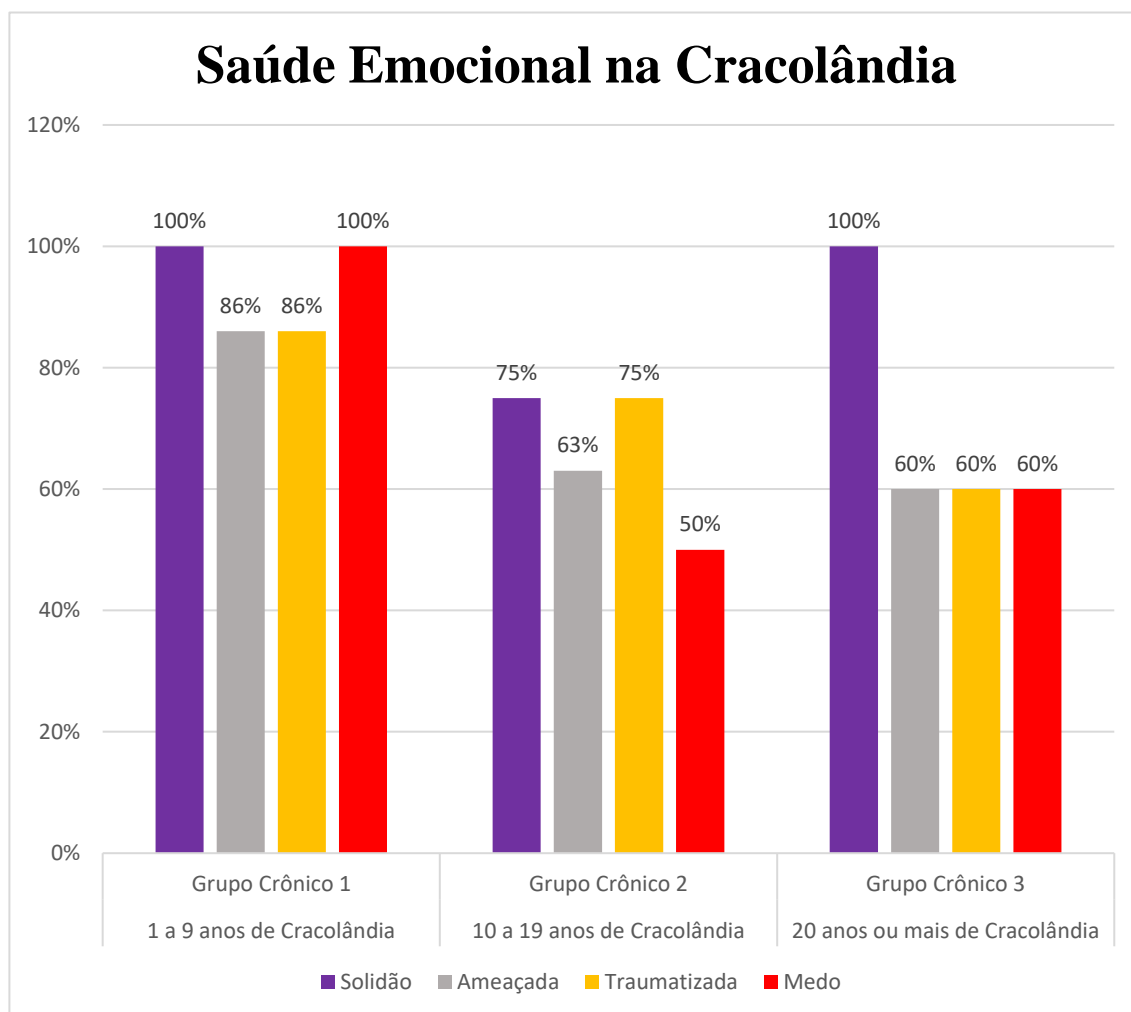
Outro aspecto interessante diz respeito ao mapa da saúde mental desse público, composto pela coexistência de solidão, medo, trauma e insegurança (Gráfico 24), com esses sentimentos gerando outros e que influenciam decisões futuras. Como a visão que conduz a trajetória, desde a abordagem até a interpretação, é fenomenológica, conceitual e qualitativa, importa mais a constância do que a oscilação numérica do sentir. O medo que domina todas do

primeiro grupo, aparenta ser menor no coletivo intermediário (50%), volta a subir um pouco entre as mais experientes (60%), no entanto o medo está lá, pronto para explodir a qualquer instante, tendo o crack, o machismo, a predominância masculina sobre a feminina, ou as incursões policiais na Cracolândia como gatilhos.

Importante destacar que independentemente dos números, a solidão aparece na liderança entre os sentimentos predominantes nos três grupos etários estratificados. É a queixa de todas que possuem de 1 a 9 anos de Cracolândia e também de todas com mais de duas décadas nesse espaço. Nesse último grupo lidera sozinha o rol de sofrimento, enquanto nos outros dois coletivos divide a liderança com o medo (Grupo Crônico 1) e com o trauma emocional (Grupo Crônico 2), estes últimos empatados com 75%.

A interpretação externa, influenciada pela razão matemática, olha os dados e se apressa em concluir pela queda do sofrimento com o passar dos anos, supondo que a violência gerou saber etário. Porém, todos os componentes que perfazem o clima de insegurança local seguem na Cracolândia e essa ambiência não se dissipa. Se para efeito de reflexão formar-se o conjunto só das mulheres que responderam não sentir medo, tem-se seis integrantes, sendo que dois terços (quatro pessoas) se percebem ameaçadas. É possível não se amedrontar diante de uma ameaça, mas também dois terços delas se veem sozinhas e metade não acredita ter superado as experiências de violência.

Gráfico 24: Saúde Emocional na Cracolândia



Fonte: elaborado pelo autor, 2023-2024.

Assim como já apresentado, se a repetição fez a violência verbal ser incorporada como linguagem deste território e com isso se tornar imperceptível no primeiro momento; a constância pode ter feito algo similar com o medo. Assim como drogas e doenças, o medo é crônico nesse espaço alheio ao estado democrático de direitos. A Neuropsicologia identifica aspectos neurológicos para explicar a subpercepção do medo, e segundo a pesquisadora Vanina Teixeira, “os usuários de *crack* apresentam prejuízos no controle inibitório, na capacidade de avaliação dos seus comportamentos de risco” (Teixeira, 2014, p. 22-23).

Algo semelhante se dá com sentires desconfortáveis levantados durante o trabalho de campo. A solidão, por exemplo, ela se destaca nessa amostragem e é o único que atingiu a totalidade em dois grupos. Esse sentir-se sozinha resulta de várias experiências, e uma delas aparece de modo indireto nessa investigação que é sobre não terem encontrado apoio quando sofreram violência (Gráfico 14 – acima).

A precarização da rede de solidariedade em momento delicado da vida contribui para que interpretem não poderem contar com ninguém. Para mulheres que carregam essa memória, a recusa a ir para o abrigo não está necessariamente vinculada ao não querer cumprir regra, que é o primeiro pensamento apresentado por quem vive em moradia e insiste no abrigamento como alternativa, ou mesmo solução, para o problema social de conviver com quem vive em área livre. Não se pode descartar que a recusa tenha a segurança própria como justificativa motora, afinal, se quando sofreu não contou com auxílio de ninguém, pelo menos conseguiu fugir por estar ao ar livre. Não se pode descartar que o receio do abrigamento passe por talvez não conseguir o mesmo sucesso se estiver em ambiente fechado.

Segundo a revista Padrões de Uso de Drogas, da Universidade Federal de Santa Catarina, o que caracteriza a dependência química são ter, no mínimo, três entre os seguintes comportamentos: compulsão para consumir droga, dificuldade em controlar o consumo, seja no início, término ou quantidade; corpo requer doses maiores de drogas para atingir o mesmo efeito de antes; abandono de novos prazeres; continuidade no uso da substância, apesar da manifestação de algum dano à saúde física e mental. Na Cracolândia, todos estão presentes.

7.6 Entrevistas

A proposta da entrevista aberta era dar tempo e liberdade para discorrerem a respeito de três temas, abrindo-se a uma reflexão compartilhada, espaço para desabafo. As perguntas foram apresentadas e explicadas antes do depoimento ser gravado, e se fosse mantida a ideia inicial, era possível que as declarações não chegassem a um minuto de duração. A atitude defensiva das entrevistadas foi a primeira coisa a se destacar na audição de todas as entrevistadas.

Os áudios transcritos constam no anexo e o(a) leitor(a) é convidado(a) a fazer sua própria interpretação. Aqui, resumidamente, a concentração é na ambiência, nas atitudes que não ganharam palavras, como por exemplo, a entrevistada nº 1, que ficou inquieta durante a entrevista e abandonou o local antes de ser feita a última pergunta, que era sobre racismo e ela tinha ciência porque a estrutura da entrevista lhe foi apresentada antes do depoimento começar a ser gravado.

Elas eram conhecidas do pesquisador, algumas passaram a acessar direitos civis a partir do trabalho da assistência social, e mesmo aquelas que quase tudo recusam e resistem em deixar a Cracolândia, também essas mantêm um trato respeitoso. No entanto, revisitar sua história de vida até a chegada à Cracolândia, avaliar o que representa esse espaço para a mulher e discorrer sobre o racismo, quase as emudeceu.

Adjetivos e substantivos pareciam medidos antes de escapar pela boca, talvez calculados por um pensamento dividido entre o que pode ser dito e o que dizer. O índice elevado de medo apontado por outras mulheres, na pesquisa de múltipla escolha, parecia presente. Foram raros os momentos em que as respostas eram ditas encarando o entrevistador, em geral olhavam para o chão, ou a todo instante giravam a cabeça de um lado para o outro. Não havia foco visual.

Em todas elas, a esperança ficou alheia ao vocabulário; mesmo quando falam em deixar esse território, a projeção futura soa mais como onírico do que um projeto racional. Empatia, solidariedade, cidadania, são ausências discursivas que ilustram um mundo de poucas cores, onde não cabe reivindicar direitos civis. Parece haver a introjeção do expurgo, em que pertencer aos excluídos justificaria a própria exclusão.

Entre as coisas ditas, o medo foi citado por duas entrevistadas, sendo que uma delas, em duas ocasiões, agrupa ao medo os adjetivos “muito” e “aumenta”, dando ordem de grandeza ao sentimento. Nas duas ocasiões em que os adjetivos foram empregados elas o usavam como referência temporal. “No começo deu muito medo”, se referindo ao início da vida dentro da Cracolândia, e o “medo aumenta” quando avaliava a permanência nesse território no período noturno. A outra entrevistada associa diretamente o medo com a morte e “levarem muita coisa”.

Duas mulheres fizeram referência à mãe, e uma delas também mencionou a figura paterna, mas essas presenças são narradas associando-as ao negativo. Em um áudio com pouco mais de 6 minutos, a mãe é citada quatro vezes, todas quando descreve sua saída de casa e passar a viver em situação de rua, ainda na adolescência. Uma trajetória onde casa aos 13 anos, é mãe aos 15, se separa aos 16, é expulsa de casa aos 17 e um ano depois começa a usar drogas. A vida deu uma reviravolta num intervalo de seis anos, e em janeiro de 2024, aos 48 anos, essa mulher tem praticamente o dobro de vida em área livre, em comparação ao período em um lar tradicional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as violências contra a mulher em situação de rua, usuária de drogas lícitas e ilícitas, e frequentadoras da Cracolândia do bairro José Menino, em Santos, resultou em algumas conclusões. A principal delas é que racismo, misoginia, aporofobia, homofobia e transfobia, que perpassam a sociedade brasileira e as instituições, asseguram a continuidade das agressões a esses corpos, cuja vulnerabilidade tem sido incapaz de superar a barreira da recriminação coletiva e gerar empatia igualmente grupal; ao contrário, os ataques são despercebidos, ignorados. É essa condição atemporal, burocrática e organizativa que configuram os preconceitos estruturais.

São padrões que ocultam determinados coletivos (classificados pelas ciências sociais como minorias), cuja consequência é o definhamento da cidadania desse público e assegurar uma espécie de hereditariedade da violência, que pode diminuir ou crescer, mas sempre se herdará pelo simples entrar nesse território marginal em direitos, e que no caso desse estudo se situa no túnel e nas margens das linhas férreas do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em zona turística, ao lado da praia e na divisa com a cidade de São Vicente.

Em relação à metodologia da pesquisa, o convite à participação foi aleatório tanto nas entrevistas abertas quanto no questionário de múltiplas escolhas, com 15 perguntas. Ambos aplicados de forma individual, anônima e sigilosa, com a anuência constando no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde de próprio punho indicaram as iniciais de seus nomes e rubricaram.

No levantamento quantitativo feito de dezembro de 2023 a janeiro de 2024, verificou-se que todas as 20 mulheres adultas ouvidas, de 20 a 50 anos, afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência na Cracolândia e os índices de sequelas seguem elevados. Um dos mais representativos indicadores é aquele que desnuda a violência institucional, ao apontar que 85% sofreram agressividade em mais de uma ocasião, e por diferentes pessoas. Apesar do comportamento abusivo repetitivo, nenhuma das consultadas recebeu apoio de qualquer órgão público para impedir os ataques, ou acudir na pós-violência. Ninguém! A maioria (80%) foi obrigada a lidar solitariamente com os traumas, sem qualquer ajuda, e essa ausência *in loco* dos serviços de assistência social e de saúde, no momento dos ataques, coloca em xeque esse mesmo poder.

Afinal, a legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê como uma de suas ferramentas de trabalho a formação de vínculo com quem será atendido(a), na medida em que a condição de vulnerabilidade o(a) aproxima das diversas formas de violência; e como

recordar a violência é revivê-la, é preciso confiança para se expor a um estranho, sem a garantia de ser acolhido(a) em seu sofrimento.

A partir da ausência do serviço público no momento de maior necessidade da vítima, duas consequências passam a ser esperadas: o distanciamento emocional que dificulta o vínculo, e se já houver o vínculo, seu abalo ou a quebra da credibilidade; e a construção do vínculo ser uma conquista pessoal, entre servidor(a) e usuário(a), sem a transferência para o Estado. Esse proceder fragiliza a relação, pois a saída do(a) funcionário(a) público(a) leva consigo a confiança, resultando na descontinuidade do trabalho. Condição esta agravada no caso da perda do histórico de vida, o que leva a pessoas em situação de rua e usuária de drogas lícitas e ilícitas a carregar solitariamente a responsabilidade pela interrupção do serviço público, apagando o peso da ausência do Estado na origem e em sua influência na futura decisão do(a) assistido(a) em voltar à sua condição primeira: estar sozinho(a), não contar com o Estado.

Outra conclusão é de que a segurança perdeu espaço como direito universal e se consolidou como mercadoria capitalista global, pervertendo inclusive a realidade. O desdobramento empírico dessa lógica comercial é de que a vítima concreta, quando vive em corpos oprimidos, sobretudo negros, femininos e pobres, é ignorada; em contrapartida ao uso da segurança pública em defesa do patrimônio privado, que para o viés comercial do liberalismo ficar menos explícito, propaga a narrativa protetiva ao contribuinte, ao pagador(a) de impostos, a quem o Estado deve proteger, e é apresentado como vítima potencial ante um quadro de descontrole e de recriminação estética, como já apontou Bourdieu, e que se aplica cabalmente à Cracolândia.

No capitalismo neoliberal o ingresso à cidadania passa pelo capital, seja na forma de comércio regular, ou na figura do proprietário de imóvel. Pesquisa feita de 2018 a 2022 no arquivo digital da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo prova que nunca o 7º Distrito Policial (que registra as ocorrências do José Menino) liderou as notificações criminosas em Santos, nem mesmo em quesitos relacionados diretamente ao tráfico, consumo e porte de entorpecentes. O bairro tem sua carga de violência, assim como todo o município, mas o fato de abrigar uma das maiores Cracolândias da cidade, tanto em área territorial como em número de frequentadores, não o faz campeão em agressividade externa. Pelo menos é o que indicam os dados oficiais.

No entanto, as polícias civil, militar e a guarda municipal são recorrentemente acionadas para proteger donos de capital do bairro José Menino. O silenciar da vítima real é completado por órgãos independentes, criados para acompanhar as ações policiais e denunciar eventuais abusos. As publicações de 2023 do Atlas da Violência, Anuário Brasileiro de Segurança

Pública, do painel Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania não concebem a Cracolândia como potencial gerador de violência interna. Percebe-se a escola como local de risco em razão da presença das drogas e dos traficantes, mas não se identifica o espaço concentrador de drogas, usuários e traficantes do mesmo modo. Para azar das mulheres, e as negras em particular por sua alta vulnerabilidade, na prática isso equivale a uma autorização tácita do Estado aos ataques, desde que circunscritos a este território.

Os apontamentos numéricos quantificam e corporificam a prática da necropolítica que Achille Mbembe denunciou no século XX e desse repertório excludente integram a crença na meritocracia criticada por J.M. Sandel; os efeitos colaterais do neoliberalismo prescrito por Vladimir Safatle, Jessé Souza, Pierre Dardot e Christian Laval.

A análise qualitativa, no entanto, nos conduz ao abismo emocional em que essas mulheres estão mergulhadas. As que participaram do questionário de múltipla escolha, ainda que o assunto seja delicado, na maior parte das vezes a resposta se limitava ao sim e não; já as mulheres convidadas a dissertar sobre violência, racismo e significar a Cracolândia para o feminino, demonstraram reação defensiva, por vezes com respostas monossilábicas. E não eram as mesmas pessoas que participaram do questionário.

A intenção da entrevista era de ser aberta, deixá-las à vontade para desabafar, mas se fosse seguida à risca nenhum depoimento teria chegado a um minuto de duração. Elas precisaram de questões complementares para expor um pouco mais o pensamento, mas a entrega à participação na pesquisa permaneceu contida, se comparada ao grupo anterior. Por fim, fica claro que a conjuntura social somente se importa com algumas vidas, quando estas incomodam à parcela produtiva e hegemônica que luta para se manter no poder e continuar decidindo “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe A., 2018, p.5) e todos sabem a qual sentença a mulher da Cracolândia é endereçada, mantendo vivo o ambiente micropolítico do fascismo, como alertou Deleuze.

A pesquisa sobre violência na Cracolândia do VLT é com mulheres, as respostas são simultaneamente pessoais e coletivas, próprias de um território embrutecido e árido em termos de direitos individuais e civis, mas delimitar a agressividade a esses corpos é ignorar que a violência no Brasil se tornou endêmica, como denunciou Adorno. Mas se a agressividade tornou-se uma espécie de metástase social, como descreveu este sociólogo, a pesquisa se desdobra sobre todos e é neste ponto que cresce a importância de se visitar Levinas, e seu apelo à alteridade, à escuta ao outro, a vê-lo (a), exatamente o oposto da prática contemporânea, que nos deposita em um conjunto de indivíduos isolados.

Ao chamar a atenção do ocidente para o infinito, Levinas propõe a abertura total ao outro, a deixar-se de fora desse encontro todos os rótulos que se costuma carregar, tipificando pessoas por raças, gênero, classe social, idade. “É apenas ao abordar outrem que me ajudo a mim mesmo” (Levinas, E., 1988, p. 160) e o que transcorre no entorno da Cracolândia do José Menino é o justo oposto, a recusa a ver, ouvir, sentir, o bloqueio da empatia, como se junto o observador também não contivesse seus sentimentos.

O rosto que acolho faz-me passar do fenômeno ao ser num outro sentido: no discurso, expondo-me à interrogação de Outrem e essa urgência da resposta – ponta aguda do presente – gera-me para a responsabilidade; como responsável, encontro-me reduzido à minha realidade última. Essa atenção extrema não atualiza o que foi em potência, porque não é concebível sem o outro. Estar atento significa um acréscimo de consciência que supõe o apelo do outro (...) A minha existência, como coisa em si, começa com a presença em mim da ideia do infinito, quando me procuro na minha realidade última. Mas tal relação consiste já em servir outrem” (Levinas, 1988, p. 160).

A negação do outro abriu o consentimento à violência na Cracolândia.



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

PAULO ROGERIO ALVES RODRIGUES

Produto Técnico e Tecnológico: **Observatório de Pesquisa Social de Santos**, na categoria Tecnologia Social submetido e aprovado pela Banca Examinadora de defesa de Dissertação do Mestrado Profissional Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos. Material resultante como processo inovador da população pesquisada pela dissertação: **Violências Consentidas. As Mãos Invisíveis do Estado e do Mercado na Produção de Violência Contra a Mulher Usuária Compulsiva de Drogas na Cracolândia do Bairro José Menino, Em Santos.**

Orientador: Prof. Dr. Hélio Alves

2024

PAULO ROGERIO ALVES RODRIGUES

**PRODUTO TÉCNICO:
OBSERVATÓRIO DE PESQUISA SOCIAL DE SANTOS**

Produto Técnico: Observatório de Pesquisa Social de Santos, apresentado à Banca do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos, como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Alves

Santos

2024

PAULO ROGERIO ALVES RODRIGUES

**PRODUTO TÉCNICO:
OBSERVATÓRIO DE PESQUISA SOCIAL DE SANTOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Alves – Orientador

Prof.^a Dr.^a. – Thalita Lacerda Nobre, Universidade Católica de Santos

Prof. Dr. Luiz Sales do Nascimento, Universidade Católica de Santos

Prof.^a Dr.^a. Aldenir Dias dos Santos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RODRIGUES. Paulo Rogério Alves. **Observatório de Pesquisa Social de Santos**. 2024. Produto técnico como parte do processo de qualificação para obtenção do grau de Mestre por meio do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos, Santos-SP, 2024.

RESUMO

O Observatório de Pesquisa Social de Santos é um instrumento com potencial de funcionar, simultaneamente, como uma espécie de monitor da realidade das populações que vivem em situação de vulnerabilidade, e que são o público-alvo da assistência social, como de levantar dados atualizados, capazes de contribuir na melhoria do atendimento às populações que enfrentam extrema dificuldade econômica. O Observatório será criado por legislação municipal estabelecendo critérios para a participação dos servidores municipais, detentores dos títulos de mestre, doutor(a) ou mestrando. Sua vinculação é com o gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SDS), tendo como ideal contribuir para a justiça social e o pleno exercício da cidadania. A título de estímulo à participação do funcionalismo público na área científica será concedida uma bolsa pecuniária, paga durante o exercício da pesquisa de campo. Com o corpo do funcionalismo voltado ao atendimento das comunidades, pouco sobra de tempo e condições de trabalho para identificar, interpretar e intervir na realidade social, que se modifica em uma velocidade superior à que o poder público consegue acompanhar. O Observatório funcionará em parceria com as universidades que aderirem ao programa, podendo estas instituições também indicarem participantes no programa.

Palavras-chaves: Pesquisa, social, atualização, universidade e vulnerabilidade.

RODRIGUES, Paulo Rogério Alves. **Social Research Observatory of Santos**. 2024. Technical product as part of the qualification process for obtaining the Master's degree through the Professional Master's Program in Psychology, Development and Public Policies at the Catholic University of Santos, Santos-SP, 2024

ABSTRACT

The Social Research Observatory of Santos is an instrument with the potential to function simultaneously as a kind of monitor of the realities of populations living in vulnerable conditions, who are the target audience of social assistance, as well as to gather updated data capable of contributing to the improvement of services for populations facing extreme economic hardship. The Observatory will be established by municipal legislation setting criteria for the participation of municipal employees who hold the titles of master, doctor, or master's candidate. It is linked to the office of the Municipal Secretary of Social Development (SDS), with the ideal contribution to social justice and the full exercise of citizenship. As an incentive for public employees' participation in the scientific area, a monetary grant will be awarded, paid during the field research exercise. With the workforce dedicated to serving the communities, there is little time and working conditions left to identify, interpret, and intervene in the social reality, which changes at a speed that the public power cannot keep up with. The Observatory will operate in partnership with universities that join the program, and these institutions can also nominate participants in the program.

Keywords: Research; Social; Update; University; Vulnerability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	167
Objetivo geral.....	169
Objetivo específico.....	169
PLANO DE AÇÃO.....	169
Etapas do Projeto.....	169
Lei sugerida (baseada na Lei 754/2012 – adicional de gestão pública)	170
REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PRODUTO.....	172

Introdução

O projeto para criação do Observatório de Pesquisa Social de Santos é resultado da pesquisa de mestrado profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas e tem potencial para oferecer informações científicas complementares, capazes de contribuir na melhora do atendimento do serviço público junto as populações em situação de vulnerabilidade social. Este dispositivo técnico funcionará em parceria com as universidades que aderirem ao programa, podendo estas instituições também indicarem participantes nos grupos de trabalho de campo.

Como o corpo do funcionalismo se volta ao atendimento das comunidades, pouco sobra de tempo e condições de trabalho para identificar, interpretar e intervir na realidade social, que se modifica em uma velocidade superior à que o poder público consegue acompanhar. O Observatório é uma tentativa de ler as sutilezas da vida cotidiana, com a possibilidade de ofertar informações científicas e atualizadas através de uma página virtual do Observatório, como é ofertado pelo Observatório de Direitos Humanos da População em Situação de Rua do Estado do Paraná⁴ e a organização espanhola Hatento⁵ que inclusive disponibiliza pesquisas acadêmicas nas áreas sociais.

Outra prática inspiradora é o trabalho realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas⁶, com destaque para os recortes de pesquisas com a população negra, majoritária entre as pessoas em situação de rua no Brasil, e igualmente em Santos.

Observatório será criado por legislação municipal estabelecendo critérios para a participação dos servidores municipais, detentores dos títulos de mestre, doutor(a) ou mestrando. Sua vinculação é com o gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SDS), tendo como ideal contribuir para a justiça social e o pleno exercício da cidadania. A título de estímulo à participação do funcionalismo público na área científica será concedida uma bolsa pecuniária, paga durante o exercício da pesquisa de campo.

Os problemas a serem tratados na investigação científica podem ser propostos pelos pesquisadores, bem como, solicitados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a quem caberá definir o limite do grupo de pesquisadores, tendo em vista o orçamento municipal. O Observatório terá um cronograma de atuação, a ser definido em colegiado entre poder público e universidades parceiras.

⁴ Os detalhes do Observatório podem ser conferidos em: <http://observatoriopopruapr.org>. Acesso em: 02 mar. 2024.

⁵ Para conhecer a iniciativa, conferir: <https://hogarsi.org/hatento>. Acesso em: 02 mar. 2024.

⁶ Os detalhes do Observatório podem ser conferidos em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/violencias_estruturais.html. Acesso em: 02.mar. 2024.

Um dos suportes teóricos deste produto final é a Proposição de Observatório Científico para Popularização da Ciência escrito pelas pesquisadoras Maria Giovanna Guedes Farias e Francisca Clotilde de Andrade Maia (Farias; Maia, 2021). Elas afirmam que “diversas instituições internacionais realizam pesquisas sobre a percepção das pessoas sobre a ciência, a exemplo do *Wellcome Global Monitor*, que com base em dados de 2019 produziu um relatório, o qual demonstra em seus resultados o distanciamento entre a ciência e a sociedade, principalmente na América Latina, onde parte da população não se sente beneficiada pelas descobertas científicas” (p.02).

Essa constatação demonstra a importância da criação do Observatório de Pesquisa Social de Santos, cujos resultados da investigação venham a ser publicizados, desde a mídia convencional às redes sociais, revistas científicas e eventuais participações em congressos acadêmicos, a exemplo do que é feito pela Universidade Federal do Ceará⁷ (Agência UFC).

Outro aspecto importante da iniciativa santista é reforçar uma postura ativa do poder público, a de buscar compreender o que acontece nas ruas, na periferia do município, nos cortiços, morros, na Zona Noroeste, em toda a sociedade.

Como a atuação desse órgão é voltada à pesquisa científica, as propostas de trabalho devem ser registradas na Plataforma Brasil e prevê a participação, na forma de convênio/parceria, com as universidades e permitindo a presença de universitários em grupo de pesquisa a que venha a ser desenvolvido pelo poder público. O Observatório de Pesquisa Social de Santos fica diretamente vinculado ao gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SDS), tendo como ideal contribuir para a justiça social e o pleno exercício da cidadania. O Observatório será criado por legislação municipal estabelecendo critérios para sua participação e execução.

As investigações podem ser propostas e desenvolvidas por servidores municipais estáveis, como também a SDS pode encomendar pesquisa e abrir a execução para servidores/as interessados/as que tenham titulação e estejam cursando mestrado ou doutorado, ou tenham tais títulos. Os projetos passarão por avaliação conjunta da secretaria e da universidade participante.

Como afirma Marcondes (2022, p.04) os observatórios são “mecanismos dotados de algum nível de autonomia e que têm como objetivo produzir, difundir e traduzir informações sobre problemas públicos e/ou políticas, programas ou projetos de interesse público.

⁷ Para ver mais detalhes, conferir: <https://agencia.ufc.br/quem-somos/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

9.1 Objetivo geral: A proposta do Observatório de Pesquisa Social de Santos é o de criar uma abordagem alternativa que ultrapasse a esfera do atendimento cotidiano, possibilitando e estimulando um olhar acadêmico, de modo a ampliar o campo de análise.

9.2 Objetivo específico: incentivar grupos de estudo que venham a acompanhar alguns coletivos, abrindo a reflexão sobre dramas contemporâneos. A proposta técnica tem bases empírica, teórica e legal, tendo como relevância o fato de o serviço público ampliar seu campo de atuação e ir além do atendimento a quem recorre às repartições. O Observatório atuará na esfera de pesquisa, buscando interpretar e entender a complexidade social da vida moderna, o que pode resultar em novas propostas de intervenção propositiva para a sociedade santista.

9.3 Plano de Ação

- Apresentação do projeto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- Apresentação à presidência da Câmara Municipal de Santos do projeto que cria o Observatório de Pesquisa Social de Santos;
- Apresentação do projeto à direção da Universidade Católica de Santos, com quem a Prefeitura firmará parceria/convênio para o compartilhamento de informações científicas e trabalho em parceria;

9.4 Etapas do Projeto:

- Formação do corpo conjunto de pesquisadores, com integrantes do poder público e da universidade;
- Definição conjunta de locais a serem monitorados;
- Construção do organograma de abordagem da população em situação de rua no local escolhido;
- Definição de linha metodológica de pesquisa;
- Definição teórica que norteará a leitura das informações coletadas;
- Formação de banco de dados, se for o caso;
- Pesquisa de campo

9.5 Lei sugerida (baseada na Lei 754/2012 – adicional de gestão pública)

Fica criado o adicional de pesquisa pública, caracterizado pelo exercício das atividades previstas pelo Observatório Social Municipal de Santos.

§ 1º O adicional de pesquisa pública será concedido ao servidor municipal estável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que:

I - comprovar graduação de doutorado, mestrado ou cursando pós-graduação;

II - tiver obtido média de, no mínimo, 70 (setenta) pontos nas duas últimas avaliações de desempenho;

III - tiver título de especialização em Gestão Pública, Mestrado ou Doutorado em área que possua correlação direta com a atividade a ser desenvolvida;

IV - desenvolver programa e/ou projeto de relevante interesse da Administração Pública.

§ 2º Os títulos mencionados no inciso III devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para fins do preenchimento do inciso IV do parágrafo 1º deste artigo, o servidor deverá apresentar Plano de Trabalho contendo os objetivos, as metas, as ações voltadas à gestão pública, o cronograma de execução e o mecanismo de mensuração dos resultados, devendo este ser aprovado pela autoridade competente.

§ 4º O adicional de gestão pública corresponde ao pagamento mensal de R\$ 1.569,46 (mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos) e terá caráter transitório, sendo devido apenas enquanto perdurar a pesquisa de que trata o parágrafo 1º deste artigo.

§ 5º A suspensão de execução do programa ou projeto por prazo superior a 8 (oito) dias, independentemente do motivo, acarretará a interrupção do pagamento do adicional de pesquisa previsto neste artigo.

Art. 1º Os valores dos adicionais ora instituídos serão reajustados na mesma data e pelo mesmo

índice estabelecido para o reajuste do vencimento dos servidores municipais.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão pela dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data da publicação, com efeitos financeiros a partir de...

Referências básicas do Produto

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO PARANÁ. **Homepage**. Disponível em: <http://observatoriopopruapr.org>. Acesso em: 02. fev. 2024.

HATENTO. **Homepage**. Disponível em: <http://hogarsi.org>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SANTOS. **Lei Complementar nº 754 de 05 de Janeiro de 2012**. Institui o Plano Diretor e estabelece as normas de funcionamento e gestão do desenvolvimento do Município de Santos e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/a/sp/s/santos/lei-complementar/2012/76/754/lei-complementar-n-754-2012-institui-o-plano-diretor-e-estabelece-normas-gerais-de-funcionamento-e-gestao-do-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-santos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FARIAS, M. G. G.; CAMAIA, F. **Análise sobre a influência de políticas públicas na condição social brasileira em 2021**. Disponível em: http://www.ufc.br/2021_art_mggfarias_fcamaia.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Homepage**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/observatoriobrasileirodepoliticaspUBLICAS>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MARCONDES, Mariana. Observatórios sociais e desigualdades no Brasil: Uma análise exploratória e descritiva. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** n. 27, p. 1-18, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357820440_Observatorios_sociais_e_desigualdades_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_e_descritiva. Acesso em: 22 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Quem somos – Agência UFC**. Disponível em: <http://www.ufc.br/quem-somos/agencia-ufc>. Acesso em: 03 fev. 2024.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **A violência no Brasil explicada por Sérgio Adorno**. Entrevista Completa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gj2odAHhPA4>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- AGÊNCIA UFC. **Quem somos**. Disponível em: <https://agencia.ufc.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 jan. 2024
- AGÊNCIA BRASIL. **População de rua cresceu 31% em dois anos, indica censo**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ALEXANDER, M. **A Nova Segregação – Racismo e Encarceramento em Massa**, Edit. Boitempo, 1ª edição, 2ª reimp., São Paulo, 2021.
- ALVES, Y.D.D. e PEREIRA, P.P.G. **O Surgimento da Cracolândia como Problema Público: O Desenvolvimento do Mercado Lucrativo do Crack e sua Exploração Político-midiática**, Edit. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., vol. 14, nº 2, Rio de Janeiro, 2021.
- ALVES, P. C., **Fenomenologia e Teoria Social**, Civitas - Revista de Ciências Sociais, Salvador, 2021.
- ARENDT, H., **Sobre a Violência**, Edit. Relume Dumará, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2001.
- _____, **Eichmann em Jerusalém**, Edit. Cia. Das Letras, 14ª reimpressão, Rio de Janeiro, 2013.
- _____, **A Condição Humana**, Edit. Forense Universitária, 10ª edição, 6ª reimpressão, Rio de Janeiro, 2007.
- BAILEY M., **Misoginoir Transformada – a resistência digital da mulher preta**, Edit. Rua do Sabão, Santo André (SP), 2021.
- BARDIN, L., **Análise de Conteúdo**, Edições 70, Lisboa (Portugal), 1977.
- BAUMAN, Z. e DONSKIS, L. **Cegueira Moral – a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Edit. Zahar, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2021.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**, Edit. Zahar, Rio de Janeiro, 2001.
- _____, **Danos Colaterais**, Edit. Zahar, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2022.
- _____, **O Mal-estar da Pós-Modernidade**, Edit. Zahar, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2022.
- BECKER, H.S. **Outsiders**, Edit. Zahar, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2019.
- BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**, Companhia das Letras, 5ª reimpressão, São Paulo, 2022.

BINSWANGER, H.C., **Dinheiro e Magia**, Edit. Zahar, Rio de Janeiro, 2011.

BIRMAN, J., **Drogas, Performance e Psiquiatrização na Contemporaneidade**, Ágora, Rio de Janeiro, 2014.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina – A Condição Feminina e a Violência Simbólica**, Bertrand Brasil, 21ª edição, Rio de Janeiro, 2023.

_____ **A Economia das Trocas Simbólicas**, Perspectiva, 6ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo, 2007.

_____ **A Distinção Crítica Social do Julgamento**, EdUSP, 1ª edição, São Paulo, 2007.

_____ **Coisas Ditas**, Edit. Brasiliense, 1ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo, 2004.

_____ **A Miséria do Mundo**, Edit. Vozes, 7ª edição, Petrópolis (RJ), 2008.

_____ **O Poder Simbólico**, Edit. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BROIDE, J. **A Psicanálise nas Situações Sociais Críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias**, tese de doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2006.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**, Edit. Paulitea, 3ª reimpressão, São Paulo, 2021.

BUTLER, J., **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**, Autêntica Editora, 1ª edição, Belo Horizonte, 2017.

_____ **Vida precária - os poderes do luto e da violência**, Autêntica Editora, 1ª edição, 2ª reimpressão, Belo Horizonte, 2022.

_____ **Discurso de ódio – uma política do performativo**, Editora Unesp, 1ª edição, São Paulo, 2021.

CALDEIRA, T.P. do R., **Cidade de Muros**, EdUSP, 3ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo, 2016.

CASARA, R.R.R. **Estado Pós-democrático, Neo-obscurantismo e Gestão dos indesejáveis**. Civilização Brasileira, 6ª edição, Rio de Janeiro, 2020.

_____ **Sociedade Sem Lei – Pós-democracia, Personalidade Autoritária, Idiotização e Barbárie**. Civilização Brasileira, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**, Edit. Veneta, São Paulo, 2020.

CHAIM, C. H. et al. Fisiopatologia da dependência química. **Rev Med**, São Paulo, 2015.

COLLINS, P.H., **Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro**, Revista Sociedade e Estado, vol. 31, nº 1, 2016.

CORTINA, A. **Aporofobia – A Aversão ao Pobre**; Editora ContraCorrente, 2ª reimpressão, São Paulo, 2022.

COSTA, J.B., TORRES, N.M. e GROSFOQUEL, R. **Decolonidade e Pensamento Afrodiaspórico**, Edit. Autêntica, 2ª edição, 4ª reimpressão, Belo Horizonte, 2023.

DAVIS, A., **Mulheres, Raça e Classe**, Editora Boitempo, 1ª edição, 16ª reimpressão, São Paulo, 2022.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**, Edit. Boitempo, 1ª edição, São Paulo, 2016.

DAFFONSECA, S.M., WILLIAMS, L.C. de A., MAIS, J.M.D., RIOS, K. De S. A., **Aspectos Psicológicos da Violência**, Juruá Edit., volume 1, Curitiba (PR), 2019.

DE LA BOÉTIE, E., *Discurso da Servidão Voluntária*, Montecristo Editora, edição digital, 2020.

DELEUZE, G. **Conversações**, Edit. 34, 1ª edição, 7ª reimpressão, São Paulo, 2008.

DELEUZE, G. E GUATTARI, F. **O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia I**, Edit. Assírio & Alvim, edição 0403, Lisboa (Portugal), 2004.

_____ **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**, Edit. 34, 1ª edição, 2ª reimpressão, vol. 1, São Paulo, 2000.

_____ **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**, Edit. 34, 1ª edição, 1ª reimpressão, vol. 2, São Paulo, 1997.

_____ **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**, Edit. 34, 5ª edição, 3ª reimpressão, vol. 3, São Paulo, 1999.

_____ **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**, Edit. 34, 1ª edição, vol. 4, São Paulo, 1997.

DERRIDA, J. **Da Hospitalidade**, Escuta, 1ª edição, 2003.

ESCÓSSIA, F. M. da, **Invisíveis – uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania, nas trajetórias de brasileiros sem documentos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

FARIAS, M.; MAIA, F. Proposição de Observatório Científico para Popularização da Ciência. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.30, n.3, p. 1-19, jul./set. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/62649/1/2021_art_mggfarias_fcamaia.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FUGANTI, L., **Saúde, Desejo e Pensamento – as origens da filosofia nômade**, Instituto Mojo, 3ª edição, São Paulo, 2021.

G1. Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GNOATO, G. **Violência contra a Mulher**, Juruá Edit., Curitiba, 2019.

GOFFMAN, E. **Estigma**, LTC, 4ª, Edição, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, M.P. C. E MERHY, E.E., **Pesquisadores In-mundo – um Estudo da Produção do acesso e barreira em saúde mental**, Edit. Rede Unida, 1ª edição, Porto Alegre (RS), 2014.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolíticas – Cartografias do Desejo**, Edit. Vozes, 4ª edição, Petrópolis (RJ), 1996.

GUIMARÃES, A.S.A., **Como trabalhar com “raça” em sociologia**, Educação e Pesquisa, v. 29, n.1, São Paulo, 2003.

GURGEL, C. e Justen, A., **Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque**, Cadernos Ebape.BR, Rio de Janeiro, 2021.

HAN, B.C. **A Sociedade da Transparência**, Edit. Vozes, Petrópolis (RJ), 2017.

_____ **A Sociedade do Cansaço**, Edit. Vozes, Petrópolis (RJ), 2015.

_____ **A Expulsão do Outro**, Edit. Vozes, 2ª reimpressão, Petrópolis (RJ), 2022.

HAESBAERT, R e BRUCE, G. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. *GEOgraphia*, 4(7) 7-22. (2002).
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**, Bertrand Brasil, 13ª edição, Rio de Janeiro, 2021.

_____ **Territórios Alternativos**, Edit. Contexto, 3ª edição e 3ª reimpressão, São Paulo, 2021.

ICICT/Fiocruz, **Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack**, Ministério da Saúde, Editora ICICT/Fiocruz, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2023**. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes#:~:text=Atlas%20da%20Violência%2023>. Acesso em: 12 fev. 2024.

JESUS, M.C.P. de, E OUTROS, **A Fenomenologia Social de Alfred Schütz e sua contribuição para a enfermagem**, Revista de Escola de Enfermagem da USP, vol. 47, nº 3, 2013.

LÉVINAS, E. **Violência do Rosto**, Edições Lpoyola, São Paulo, 2014.

_____ **Ética e Infinito**, Gráficas Rógar, 3ª edição, Madrid (Esp.), 2008.

_____ **Totalidade e Infinito**, Ediciones Sígueme, 6ª edição, Salamanca (Esp.), 2002.

MBEMBE, A. **Necropolítica**, N1 Edições.org, São Paulo, 2018.

_____ **O Fardo da Raça**, N1 Edições.org, São Paulo, 2018.

MARCONDES, Mariana. Observatórios sociais e desigualdades no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/357820440_Observatorios_sociais_e_desigualdades_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_e_descritiva. Acesso em: 15 dez. 2023.

MÉSZÁROS, E. **A Montanha que Devemos Conquistar**, Boitempo, 1ª edição, São Paulo, 2015.

MILLS, C.W., **O Contrato Racial**, Edit. Zahar, edição comemorativa, Rio de Janeiro, 2023.

MUNIZ, Sodré. **A Sociedade Incivil - M dia, iliberalismo e Finanças**, Petrópolis: Vozes, 1ª edi o, 2021.

NEGRI, A. e GUATTARI, F. **As Verdades Nômades**, Edit. Filosófica Politeia e Autonomia Literária, 1ª edi o, São Paulo, 2017.

NOGUEIRA, I. B., **A Cor do Inconsciente**, Edit. Perspectiva, 1ª edi o, 2ª reimpressão, São Paulo, 2022.

NUNES, N.R. de A., SENNA, M. de C.M., e CINACCHI, G.B. **Popula o em Situa o de Rua: Abordagens Interdisciplinares e Perspectivas Intersetoriais**, Edit. Rede Unida, 1ª edi o, Porto Alegre (RS), 2022.

ORTIZ R, **Mundializa o e Cultura**, Edit. Brasiliense, 10 reimpressão da 1ª edi o, São Paulo, 1994.

PAUGAM, S. O Enfraquecimento da Ruptura dos Vínculos Sociais – Uma dimensão essencial do processo de qualifica o social. In: SAWAIA, Bader (Org.), **As Artimanhas da Exclusão. Análise Psicossocial e  tica da Desigualdade Social**. 2. Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

PREFEITURA DE SANTOS (PMS). **Trabalho que antecede instala o de barreiras   realizado no túnel do VLT em Santos**. 2023. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Censo da Popula o em Situa o de Rua**. 2015. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

REY F.G. **O Social na Psicologia e a Psicologia Social**, Editora Vozes, 3ª edição, Petrópolis (RJ), 2012.

RIBEIRO. C. T e NASCIMENTO, Z.A. **Racismo, Violência e a questão das drogas no Brasil: faces da segregação**; Revista Subjetividades 20, especial 2, 2020.

RODRIGUES, J.C., **Tabu do Corpo**, Edit. Achiamé, Rio de Janeiro, 1979.

SACHS, J. **O fim da pobreza**, Ed. Companhia da Letras, São Paulo, 2005.

SANDEL, M.J. **A Tirania do Mérito**, Civilização Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2021.

SAFATLE, V. **O Circuito dos Afetos – Corpos Políticos, Desamparo e o Fim do Indivíduo**, Grupo Autêntica, 2ª edição, 7ª reimpressão, Belo Horizonte, 2021.

SAFATLE, V. (e outros) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**, Grupo Autêntica, Belo Horizonte, 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**, Edit. Expressão Popular, 2ª edição, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**, EdUSP, 4ª edição, 10ª reimpressão, São Paulo, 2020.

_____ **O Espaço do Cidadão**, EdUSP, 7ª edição, São Paulo, 2007.

_____ **Por uma Outra Globalização**, Edit. Record, 6ª edição, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, B. S., **Reinventar a Democracia**, Gradiva Publicações, 2ª edição, Lisboa (Portugal), 2002.

SILVA, M. L. B. da; BOUSFIELD, A. B. da S.; GIACOMOZZI, A. I.; LEANDRO, M.; FIOROTT, J. G. Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 448–470, 2020. DOI: 10.23925/2594-3871.2020v29i2p448-470. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/47413>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SARDENBERG, C.M.B. e TAVARES, M.S., **Violência de Gênero contra mulheres**, EdufBa, 2ª reimpressão da 1ª edição, Salvador (BA), 2021.

SAWAIA, B. (e outros). **As Artimanhas da Exclusão**, Edit. Vozes, 14ª edição, 3ª reimpressão, Petrópolis (RJ), 2018.

SMITH A. **A Riqueza das Nações**, Edit. Nova Cultura, vol. 1, São Paulo, 1996.

SOUZA, J. **Subcidadania Brasileira**, Leya Editora, 1ª edição, RJ, 2018.

_____ **Brasil dos Humilhados**, Civilização Brasileira, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2022.

_____ **Crack e Exclusão Social**, Minist. da Justiça, 1ª ed., Brasília, 2016.

_____ **A Tolice da Inteligência Brasileira**, Leya Editora, São Paulo, 2015.

SOLOMON, A. **Longe da Árvore**, Companhia das Letras, 1ª edição, 6ª reimpressão, São Paulo, 2019.

SOWELL, T. **Discriminação e Disparidades**, Edit. Record, 4ª edição, Rio de Janeiro e São Paulo, 2023.


SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). 2023. **Notícias STF**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511160&ori=1>. Acesso em: 18 dez. 2023.

TAYLOR, C. **As Fontes do Self – a construção da identidade moderna**, Edit. Loyola, 2ª edição, São Paulo, 2005.

VERGÈS, F. **Uma Teoria Feminista da Violência**, Ubu Editora, 1ª edição, São Paulo, 2021.

ANEXOS

ANEXO A - FICHA DA ABORDAGEM


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
 SEÇÃO ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FICHA DE CADASTRO

Data: _____ Horário: _____ Bairro: _____

NOME: _____

NOME SOCIAL: _____

Data de Nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: () masc. () fem.

Nome da mãe: _____

Local da Abordagem: _____

Endereço: _____

Naturalidade: _____ Tempo em Santos: _____ Tempo em Situação de Rua: _____

Procedência: _____ Localidade de referência: _____

Condição no município: () Migrante () Munícipe

Motivo P/ Estar na Rua: 1() Conflito Familiar 2() Desemprego 3() Uso de Drogas
 4() Outros: _____

Situação no Município: 1() Turista 2() Egresso 3() Acolhido 4() PSR
 5() Outros: _____

Características Específicas (aparentes ou autodeclaradas):
 1() Uso de drogas ilícitas 2() Uso de álcool 3() Pessoa com deficiência 4() Gestante
 5() Sofrimento mental 6() Perdido/Confuso 7() Com problemas de saúde
 8() Outras: _____

Cor (autodeclarada): () branca () negra () parda () amarela () indígena

Atendido por Serviços Públicos em Santos: () Não () Sim
 1() UPA 2() Centro Pop 3() Abordagem Social 4() CAEF 5() Acolhimento
 6() Outros: _____

Estratégias de Sobrevivência: 1() Mendicância 2() Guarda de carros 3() Coleta de recicláveis
 4() Vendas 5() Nenhuma 6() Malabares 7() Outras: _____

Acompanhado pela Equipe a algum Serviço: () Não () Recusou () Sim
 1() Centro POP 2() Serviços de Saúde 3() Albergue Noturno 4() SEACOLHE-AIF
 5() Rodoviária 6() Outros: _____

Recebido por: _____ Horário: _____

Observações: _____

ANEXO B - FICHA DO LEVANTAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CRACOLÂNDIA

Pesquisa sobre violência contra as mulheres na Cracolândia do VLT			
	Perguntas	SIM	NÃO
1	Você já sofreu violência?		
2	Sofreu violência de mais de uma pessoa?		
3	Se sente sozinha?		
4	Se sente ameaçada?		
5	Você ficou traumatizada?		
6	Se sente culpada?		
7	Costuma sentir medo?		
8	Se sente triste por longo tempo?		
9	Você acha que já superou a violência?		
10	Já foi forçada a fazer sexo?		
11	Já se prostituiu para conseguir droga?		
12	Quando sofreu violência encontrou apoio?		
13	O apoio veio de quem? Serviço Púb. () Família () Amigo ()		
14	Como é a violência? Física () Verbal () Psic. () Todas ()		
15	A violência aconteceu onde? Em casa () Rua () Ambos ()		

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você _____ (nome da participante) está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “As Mãos Invisíveis do Mercado e do Estado na produção de violência contra a mulher na Cracolândia”, que tem como objetivo identificar a violência estrutural contra mulheres em situação de rua que frequentam a Cracolândia do bairro José Menino, na cidade de Santos (SP). Você não terá nenhum custo para participar da pesquisa e segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016, artigo 19, parágrafo 2º, “havendo algum dano decorrente da pesquisa, a participante terá direito a ser “indenizada pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei (Resolução CNS 510, VI, Art. 9)”.

Fui informada que responderei perguntas sobre experiências em que sofri violência. Por estar em situação de rua, a falta de documentos e o esquecimento dos números da documentação não impedem minha participação nesta pesquisa. A aplicação do questionário ocorrerá na Cracolândia, em privacidade, de forma voluntária, anônima, sigilosa e individual, onde estarão somente eu e o pesquisador. Estou ciente que este estudo tem caráter acadêmico e será conduzido pelo pesquisador mestrando Paulo Rogério Alves Rodrigues, operador social da Prefeitura de Santos, registro nº 35.992-7, cursando o Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Católica de Santos, sob a orientação do Prof.-Dr. Hélio Alves, psicólogo registrado sob o nº: CRP: 06/ 5.435, Docente do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Católica de Santos.

Estou ciente que minha participação contribui com a proposição de novos atendimentos a este público, visando a construção de uma rede social protetiva. É de meu conhecimento que contribuirei para o desenvolvimento científico nessa área, em que se faz necessária atualização e compreensão da complexidade que envolve o consumo de drogas e a população em situação de rua. Em caso de alguma dificuldade, o pesquisador assume a responsabilidade de encaminhar a participante para atendimento psicológico na própria Clínica Escola da Universidade Católica de Santos localizada na Av. Conselheiro Nébias, 292 – Paquetá. Estou informada de que, caso seja de meu interesse, poderei contar com uma devolutiva da pesquisa, oferecida pelo pesquisador.

Autorizo o uso dos materiais produzidos para fins acadêmicos e de formação profissional, considerando que a minha identidade será resguardada, sendo mantido o sigilo ético, ou seja, o caráter confidencial das informações. Assim, estou informada que será mantido

rigorosamente o sigilo ético a respeito de tudo que for feito nesta pesquisa e será usado um nome fictício na divulgação do registro de minha entrevista. Esta autorização é concedida por minha livre e espontânea vontade, e estou ciente que poderei, a qualquer momento, comunicar a desistência da participação no presente estudo, não acarretando nenhum ônus. Em caso de dúvida, o telefone para contato com o pesquisador orientador é (13) 99701-9704, e o e-mail é *prof.dr.helioalves@unisantos.br*. O Comitê de Ética é um “órgão colegiado, multidisciplinar, de caráter público e autônomo, vinculado ao Gabinete do Reitor, constituído nos termos das resoluções nº. 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde. Ele tem por finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos e, dessa forma, proteger a integridade e a dignidade dos sujeitos/participantes, de acordo com os valores ético-cristãos”. O Comitê fica na Av. Conselheiro Nébias, 300, bairro Paquetá, Santos – SP. O e-mail deste comitê é: *comet@unisantos.br*, telefone (13) 3205-5555 – ramal 1254, sala 202. Este documento será assinado em duas vias, uma para o pesquisador e outra para a participante. O acesso ao registro deste consentimento estará disponível sempre que solicitar.

Santos, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do participante: _____

Documento de Identificação: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Documento de Identificação: _____

ANEXO D -TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS

Legenda:

Em letra azul: as perguntas do pesquisador durante a entrevista.

Em letra preta: as respostas.

Colorido (**verde**, **amarelo** ou **vermelho**): palavras iguais ou associadas.

Entrevistada nº 1 (4m48s) 20/12/2023

Como foi chegar na Cracolândia?

Assim, cada Cracolândia é uma diferente da outra, então, dá um **pouco** de **medo**, aqui é meio tenso no começo, quem não conhece a coisa é feia, como conheço todos, de ponta a ponta (inaudível), até quem ajuda a gente. No começo deu **muito medo** (do que você tinha medo?) de alguém me machucar (silêncio).

O que é para a mulher esse território?

Horrível para a mulher (silêncio).

(o atropelamento pelo trem do VLT não é o maior medo? – aproveitando que o trem passou)

É **horrível** também, nossa! Ver o atropelamento dos outros (inaudível) machucam demais.

(pelo que você vê, entre as mulheres em geral, como é a Cracolândia?)

Para a mulher é assim, quando ela tem droga, tá tudo mil maravilhas, muita calma. (inaudível)

Eu, aí muita calma... Tá começando a bater a abstinência, aí, já começa a ficar irritante. As pessoas ficam feio, eu xingo todo mundo, eu brigo com todo mundo, eu choro, aí sai pro lado a outra chora, a outra tá berrando também, (inaudível) muito palavrão, que nem... outra coisa rapidinho, a Japa foi atropelada você não tem um curativo?

A noite isso aqui para a mulher é **horrível**. (O que é horrível para a mulher à noite?) Tudo, as pessoas, a droga, o lugar, é quando o **medo aumenta**. De madrugada aqui ninguém dorme. (você acha que é perigoso morrer de madrugada?) Eu dormia aqui, mas não confiava muito. Na verdade, a gente passa 15, até um mês lutando contra o sono, então vira rotina isso. (Por causa do crack?) Por causa do crack. (Você chegou a ficar quantos dias sem dormir por causa do crack?) Cheguei a ficar até 18 dias. (Só dava um cochilo?) Só (Depois quando você dormiu depois dos 18 dias, dormiu quanto tempo?) 2, 3 dias (inaudível).

Entrevistada nº 2 (2m51s) 09/01/2024

Como foi chegar na Cracolândia?

Foi a droga, conheci as drogas por causa dos amigos, **tinha tudo e perdi tudo** e hoje estou aqui tendo que correr atrás de **tudo de novo**.

O que é para a mulher esse território?

Horível! Para tomar um banho, se trocar (e a segurança com relação à mulher de maneira geral) **medo** (...), como não vai ter **medo**? É um lugar que você sabe que pode morrer e levarem muita coisa.

Se sua história fosse igual, mas se você não fosse negra, nem parda, você acha que sua história seria diferente?

Não! Me ajudaram, as pessoas queriam o meu bem, eu morava lá. Isso é pessoal, não é racismo. Não me considero negra, me considero uma parda. (mas você vê o racismo acontecendo) (silêncio). Não consigo falar.

Entrevistada nº 3 (6m25s) 17/01/2024

Como foi chegar na Cracolândia?

Conflito familiar mesmo. (o que aconteceu?) Eu sou filha adotiva, minha **mãe** morava no Nordeste e moça no Nordeste é criada para casar e mulher no Nordeste separada é pior que puta. Minha **mãe** falava assim: chega em casa com marido, sem marido ela não queria. Minhas colegas diziam assim: olha, minha **mãe** não quer que eu ande com você porque você é separada do marido. Depois que eu me separei, minha **mãe** me jogou para fora de casa, eu saí de casa com 17 anos. (com quantos anos você se separou?) Eu me casei com 13, muito nova. separei com 16, fui mãe com 15 anos. Desde os 16 anos que estou assim. (como você foi parar na Cracolândia?) Acho que... fui andando de cidade em cidade, cidade, conhecendo ... (você usou droga pela primeira vez com que idade?) 18, 19. Tenho 48 anos. Primeiro usei maconha, depois fui usar mesclado, depois que usei o crack, já era. (Antes do crack você não frequentava Cracolândia?) Não. (Você tem 30 anos de uso de droga, e quantos anos de crack?) mais ou menos uns 20 e poucos (anos) só de crack.

(E quanto dias seguidos você ficou sem dormir/comer por causa do crack?) Dez dias seguidos já, sem comer nem dormir. Aqui em Santos. Dez dias sem dormir. Já passei por um monte de Cracolândia, não só em Santos. Tive em Belém, Maranhão, Goiás, Brasília, São Paulo. Em Santos estou há mais de dez anos, vou e volto.

O que é para a mulher esse território?

Não é seguro para ninguém. (O que representa para a mulher?) Meu **pai** falava assim, se para o homem é ruim, para a mulher pior ainda.

(O que você já viu com a mulher?) Tipo

Entrevistada nº 4 (7m23s) 17/01/2024

Como foi chegar na Cracolândia?

Então, sempre estudei, minha mãe sempre foi um pouco rígida, tinha que ter horário para chegar em casa (em Cubatão, Cota 200), assim, a minha mãe ela (...) me frustrou (com o quê?), ela não falou quem era meu pai durante muito tempo, meus irmãos não, sempre souberam quem era o pai, cada um tem um pai, aquilo me magoou e foi quando comecei a ficar rebelde, mas sempre fui uma pessoa inteligente. (começou a rebeldia com que idade?) Namorei com 13 anos, meu primeiro beijinho, aí baile e essas coisas, eu nunca gostei muito, mas comecei a usar droga mais por curiosidade, com 19 anos, comecei a usar cocaína, usei cocaína 13 anos. Fiquei na casa de recuperação por 4 meses, mas caí também (usou cocaína já em Cracolândia?) Não, não era Cracolândia. Só uso crack há 9 meses (o crack te trouxe para a Cracolândia?) o crack me trouxe para a rua, para a calçada, tive uma frustração no casamento, não tenho muito o que falar porque já estou até desistindo (pausa) de continuar na rua e de continuar usando, isso é uma fase, sei que vai passar. E é isso... Estou tendo experiências agora né, são coisas que eu vejo outras pessoas passarem né, creio em Deus que eu não vou chegar ao ponto de passar. Eu tenho uma doença (não vou transcrever porque é uma doença rara e poderia ajudar na identificação da entrevistada). Eu fico assim, sozinha, não fico em maloca, só passo, não preciso me prostituir, não consigo. (Mas você conhece meninas que acabam...) Demais... é a necessidade da droga.

O que é para a mulher esse território?

É um lugar que elas não tinham nem que estar, né. Os filhos... Muita briga, brigam entre elas, se machucam, sabe... elas fazem de tudo para usar, e eu já não consigo ser que nem elas (ri). (Mas você já viu cenas fortes?) Já vi gente morrer, já vi mulher morrer. (morrer por causa da droga?) Apanhando né, marido pega com outro cara (morreu de tanto apanhar?) Tipo facada, tiro, sabe... Isso é muito triste. Eu hoje estou indo embora, vou para o Saboó, o pessoal vai me ajudar, vou ter que fazer a cirurgia no braço de novo, creio que esse tempo eu já esqueça, vou trabalhar minha mente, fazer outras coisas, só estou no começo, outro ciclo.

(No crack é pouco tempo)

Não uso muito né, eu creio que vou conseguir, é questão de força de vontade já passei por tanta coisa, eu posso parar né. (você já usa com palha de aço?) Eu uso sem bombril. Não ilude muito meus olhos, outras coisas iludem meus olhos. (O quê?) Estou louca para comprar celular (não identifica doença), gosto de trabalhar pelo celular.

Se sua história fosse igual, mas se você não fosse negra, nem parda, você acha que sua história seria diferente?

Seria igual, não tem essa de cor, é todo mundo igual, eles tratam tudo igual. Branca, preta, azul.

ANEXO E - ACERVO DE IMAGENS DA CRACOLÂNDIA DO VLT

Imagem 9: Aparente joelho hidráulico foi adaptado para ser usado como cachimbo no fumo do crack



Imagem 10: Cachimbo feito com duas peças presas por plástico amarrado e pedra de crack de R\$ 10,00



Imagem 11: Na ponta do cano, que parece cigarro convencional, está bola feita com palha de aço misturada com crack



Imagem 12: Cachimbo feito com cano, levemente torcido, e duas pedras de crack de R\$ 5,00 cada



Imagem 13: Joelho hidráulico, com roca, adaptado para funcionar como cachimbo e duas pedras de R\$ 5,00



Imagem 14: Lata de cerveja com a resina do crack. Esse resíduo será jogado dentro da lata para ser fumado



Imagem 15: Configuração original do túnel do VLT. Na imagen, usuários começaram a deixar o local que seria limpo



Imagem 16: Túnel com as 710 placas de concreto nas laterais, e em parte do passeio central. Custo: R\$ 931.351,49



Imagem 17: Pessoas dormem no vão das placas. Até março de 2024, pelo menos dois usuários foram atropelados



Imagem 18: Resto de cobertor e de roupa indicam o uso do local como pernoite para usuário de drogas ilícitas



Imagem 19: Homem e cachorro se acomodam entre as placas de concreto instaladas entre as duas linhas férreas



Imagem 20: As placas de concreto deixavam um vão junto a parede do túnel e esse espaço foi improvisado como casa



Imagem 21: Vista do trem saindo do túnel do VLT, sentido a estação João Ribeiro, em São Vicente
Vista do trem



Imagem 22: Usuários de crack não gostam de ser vistos fumando e improvisaram “malocas” junto ao muro dos prédios



Imagem 23: Seringueira que era ponto de encontro de usuários de crack foi cortada pelo serviço da Terracom



Imagem 24: Guarda Municipal e Polícia Militar acompanham trabalho de limpeza das linhas férreas do VLT



Imagem 25: Usuários de drogas que frequentam a Cracolândia do VLT expressavam suas emoções na parede do túnel



Imagem 26: Sob o pretexto da limpeza, túnel é pintado apagando o registro da presença de usuários de drogas no local



Imagem 27: Usuário de crack usa a pedra como espécie de analgésico para aliviar a dor. Eles resistem em ir à UBS



Imagem 28: Homem adiou buscar socorro médico para o problema no pé e acabou tendo que amputar dois dedos

